

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

FRANCILENE BERNARDO CORDEIRO RÔAS

As mulheres haitianas em Paranavaí, Paraná: um estudo sobre identidades e autoestima.

Maringá
2022

FRANCILENE BERNARDO CORDEIRO

As mulheres haitianas em Paranaíba, Paraná: um estudo sobre identidades e autoestima.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marivânia Conceição de Araújo

Maringá
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

R222m

Rôas, Francilene Bernardo Cordeiro

As mulheres haitianas em Paranavaí, Paraná : um estudo sobre identidades e autoestima / Francilene Bernardo Cordeiro Rôas. -- Maringá, PR, 2022.
123 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientadora: Profa. Dra. Marivânia Conceição de Araújo.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2022.

1. População haitiana. 2. Mulheres haitianas - Identidades. 3. Autoestima em mulheres. 4. Imigrantes haitianos. I. Araújo, Marivânia Conceição de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 910.163

Márcia Regina Paiva - CRB-9/1267

FRANCILENE BERNARDO CORDEIRO RÔAS

As mulheres haitianas em Paranavaí, Paraná: um estudo sobre identidades e autoestima.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof^ª. Dr^ª. Marivânia Conceição de Araújo
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof^ª. Dr^ª. Andréa Pires Rocha
Universidade Estadual de Londrina (UEL)



Prof^ª. Dr^ª. Sandra Lourenço Andrade Fortuna
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Aprovada em

Realizada por vídeo conferência conforme a Resolução nº 026/2020 - PGC

Dedicatória

*Às mulheres haitianas que inspiraram e
participaram dessa pesquisa;*

*Aos meus ancestrais que construíram
nossa história me permitindo chegar até aqui;*

*À minha família que me deu a vida, sustento,
suporte, ânimo, coragem, amor e compreensão.*

AGRADECIMENTO

Essa dissertação contou com a participação e contribuição direta e indireta de diversas pessoas, que colaboraram para que essa jornada tão desafiadora se tornasse possível, entre elas agradeço:

À Deus que me proporcionou a vida, guiou meus caminhos, pensamentos e reflexões, dando-me coragem e sabedoria para enfrentar os desafios encontrados durante a realização dessa pesquisa.

Aos meus ancestrais que traçaram caminhos e construíram histórias contribuindo para que eu chegasse até aqui, sei que um dia nos encontraremos e eu poderei agradecer a todos pessoalmente.

À minha família, especialmente minha mãe Geneci Pedro Bernardo Cordeiro, pai Francisco Alves Cordeiro e irmã Franciele Alves Cordeiro, que me deram a vida, amor, alento, apoio, sustento e incentivo, bem como, pela busca de participantes para essa pesquisa.

Ao meu esposo Yuri Alexander dos Santos Rôas pelo amor, cumplicidade, apoio, trocas de conhecimento e sugestões, assim como, por entender minha ausência e acumular sozinho as responsabilidades domésticas durante a minha dedicação à essa dissertação.

Ao meu amigo Gustavo Figueiredo Pires Correia e à amiga Elisangela de Souza Guinda pelas trocas, sempre me auxiliando a tomar melhores decisões nesse mundo tão confuso, inclusive em relação aos caminhos do mestrado.

Às minhas amigas, que conheci no mestrado, Samária Crystiane Bicalho de Brito, Caroliny de Souza do Nascimento Cardoso, Débora Cristina Sampaio do Valle, Priscila Betania Pereira e Amanda Aparecida Salomão Lopes de Souza, pelas trocas de conhecimento e apoio incondicional.

À Professora Priscila Semzezem que, enquanto muitos duvidavam, acreditou no meu potencial e me selecionou para participação de seu projeto de pesquisa, me ensinando amar, dar os primeiros passos e trilhar os caminhos da pesquisa.

Ao Professor André Luis de Castro e à Professora Rejane Heloise dos Santos que me apoiaram, me ensinaram e incentivaram a realizar a seleção para o mestrado, sempre fazendo sugestões valiosas.

Aos Professores e às Professoras do mestrado a quem tive a honra de ser aluna Carla Cecília Rodrigues de Almeida, Éder Rodrigues Gimenes, Ednaldo Aparecido Ribeiro, Eide Sandra Azevedo Abreu, Hilton Costa, Meire Mathias, Rafael da Silva, Wania Rezende Silva,

Zuleika de Paula Bueno, pelo apoio e ensinamentos que foram imprescindíveis para essa dissertação.

À minha orientadora Marivânia Conceição de Araújo que me acolheu, apoiou, acreditou no meu potencial, guiou meus passos realizando indicações, sugestões, apontamentos que me conduziram na construção dessa pesquisa, sua tranquilidade me auxiliou a superar situações difíceis da minha vida pessoal e da escrita da dissertação.

A todos e a todas, gratidão!

Sou Imigrante

Sou Imigrante dalém
Lá do outro lado do oceano
Forçado a abandonar o país
Sim o país de origem
Que há séculos venho lutando
Querendo viver
Batendo as portas nunca descerradas
Sempre encerradas
Não tenho terra
Lá de onde eu venho
Do qual vós chamais
ou dizeis ser minha terra...
Eu era igual uma flecha
Querendo ir pra frente
Eu era cada vez mais puxada pra trás
Com mais força!
E de tanto me puxarem
Fui lançada veementemente
Para atingir o alvo
E vim aqui parar!
Sou Imigrante
Não tenho terra
Tudo é terra
Não importa se aqui ou lá!
Quem dera que não houvessem fronteiras!
Quem dera que não houvessem leis
Leis essas que nos prendem, Separam,
Hostilizam, injuriam e abalam!
Oh, se não houvessem fronteiras
Divisões geográficas
E que todos os homens fossem só homens!
Sem distinção de cores, raças, nacionalidades!

Que culpa tenho eu em ser Preto ou branco?
Cristão ou muçulmano? Hindu ou Budista?
Judeu ou Samaritano?
Se talvez as raças negra ou branca, não existissem!
Na verdade, não existem
O que apenas existe é...
Raça humana!
Sou Imigrante, emigrante, migrante
Resistente, com força pra viver, almejando viver
Sou resistível como um Leão da África
Tenho garras de um falcão do mato
Sou persistente como a onda movível
Porém, me respeitem!
Só quero viver a vida...
Porque a terra é nossa, de todos nós
Feito por Deus e entregue à todos os homens
Não importa se aqui ou lá!

(ANTÓNIO, 2017)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender o que sentem as mulheres haitianas, que habitam no município de Paranavaí, por serem quem são. Para isso, realizei uma pesquisa teórica e bibliográfica sobre identidade e autoestima que se associam e marcam a história dessas mulheres, pois a identidade, basicamente, é uma concepção sobre si próprio e a autoestima uma avaliação que fazem a respeito do que se é, podendo ambas se alterarem com as relações sociais produzidas com a migração, nas quais podem estar permeadas pelo racismo, sexismo e xenofobia, influenciando a busca por meios, como as técnicas de despigmentação voluntária, para se enquadrar no padrão de beleza ideal socialmente construído. Como resultados da pesquisa de campo, compreendemos que, ao longo da trajetória de vida, as mulheres haitianas que habitam em Paranavaí, sentiram por suas identidades: aceitação, mérito, orgulho, bem-estar, perfeição, valorização, esperança, desesperança, bem como, invisibilidade, rejeição e desestímulo, sendo a rejeição, juntamente com o sentimento de subalternização, ainda presentes. Com essa pesquisa pretendo dar visibilidade a um assunto pouco explorado que é a associação da identidade e autoestima das mulheres haitianas em Paranavaí.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to understand what Haitian women, who live in the municipality of Paranaíba, feel, for being who they are. For this, I carried out a theoretical and bibliographical research on identity and self-esteem that are associated and mark the history of these women, because identity, basically, is a conception about oneself and self-esteem an evaluation that they make about what one is, being able to both change with the social relations produced with migration, in which they can be permeated by racism, sexism and xenophobia, influencing the search for means, such as voluntary depigmentation techniques, to fit the socially constructed ideal beauty standard. As a result of the field research, we understand that, throughout their lives, Haitian women who live in Paranaíba have felt for their identities: acceptance, merit, pride, well-being, perfection, appreciation, hope, hopelessness, as well as, invisibility, rejection and discouragement, with rejection, together with the feeling of subordination, still present. With this research I intend to give visibility to a little explored subject that is the association of the identity and self-esteem of Haitian women in Paranaíba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Posição geográfica do município de Paranavaí e a distância dele entre as três maiores cidades do Paraná.....	17
Figura 02 – Localização geográfica da região da AMUNPAR e municípios que compõe essa região.....	18
Figura 03 – Os equipamentos utilizados na minha ida ao campo	24
Figura 04 - Local que Cristóvão Colombo aportou na ilha caribenha.....	30
Figura 05 – Separação da ilha haitiana entre Haiti e República Dominicana.....	34
Figura 06 – Rotas do primeiro grande fluxo imigratório da população haitiana.....	41
Figura 07 – Rotas do segundo grande fluxo imigratório da população haitiana.....	42
Figura 08 - Gráfico temporal do número de pessoas de origem haitiana que chegaram na França.....	44
Figura 09 – Principais rotas do terceiro fluxo imigratório da população haitiana	45
Figura 10 – Região do País Haiti que o terremoto em 2010 atingiu diretamente.....	47
Figura 11 – Dados referentes a quantidade de pessoas desabrigadas e edifícios que tiveram seus escombros removidos em um período de quatro anos.....	48
Figura 12 – Dados sobre inseguranças de meio ambiente e saúde intensificada com o terremoto de 2010.....	49
Figura 13 – Primeiras regiões usadas pelos haitianos para entrar no Brasil.....	50
Figura 14 – Muro do cemitério do município de Nova Odessa, Estado de São Paulo picado com frase racista.....	61
Figura 15 – Mulheres nas ruas do Haiti vendendo produtos de primeira necessidade.....	74
Figura 16 – O cuidado do cabelo das Haitianas em Porto Príncipe – Haiti.....	77
Figura 17 – idade das haitianas que participaram dessa pesquisa.....	80
Figura 18 – Local de nascimento.....	81
Figura 19 – Cor de pele.....	81
Figura 20 – Tempo que as participantes dessa pesquisa habitam em Paranavaí.....	82
Figura 21 - Mapa de calor da residência das haitianas em Paranavaí – PR com raio de 1.000 metros da região central da cidade.....	83
Figura 22 – Tipo de residência das participantes dessa pesquisa.	83
Figura 23 – Escolaridade das participantes.....	84
Figura 24 – Condições de trabalho.....	85
Figura 25 – Benefícios socioassistenciais.....	85
Figura 26 – Vivencia de insegurança alimentar.	86

Figura 27 – Uso de substâncias psicoativas por parte das participantes.....	86
Figura 28 – Fluxo de imigração realizado pelas mulheres haitianas que participaram dessa pesquisa.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Consequências do terremoto que abalou o Haiti em 2010	48
Quadro 02 – causas que contribuíram para a inclusão do Brasil como rota de imigração.....	51
Quadro 03 – Definição de preconceito racial, discriminação racial e racismo	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

NEIAB - Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros

ONU – Organização das Nações Unidas

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná

SUMÁRIO

1 INICIANDO O DIÁLOGO	16
1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS.....	20
2 IDENTIDADES	27
2.1 A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES HAITIANAS	28
2.2 A IMIGRAÇÃO HAITIANA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES	39
2.3 A RAÇA E O RACISMO COMO MARCADORES DAS IDENTIDADES HAITIANAS.....	54
3 AUTOESTIMA	64
3.1 INICIANDO A REFLEXÃO SOBRE A AUTOESTIMA E AS PERCEPÇÕES IDENTITÁRIAS	65
3.2 AS CONSTRUÇÕES SOBRE O CORPO DAS MULHERES HAITIANAS	71
4 COMPREENDENDO AS IDENTIDADES E AUTOESTIMA DAS HAITIANAS EM PARANAÍ – PARANÁ	79
4.2 HISTÓRIA DE VIDA DA DJAMILA: “TINHA QUE TENTAR NASCER DE NOVO”	80
4.3 HISTÓRIA DE VIDA DA NEUZA: “PRECISAVA ENTENDER QUEM EU ERA, COM QUEM EU PODERIA ME RELACIONAR, QUEM FAZIA PARTE DO MEU CICLO DE AMIZADE”	90
4.4 HISTÓRIA DE VIDA DA CONCEIÇÃO: “NÃO TEM LUGAR PRA HAITIANA”....	99
4.5 HISTÓRIA DE VIDA DA LÉLIA: “MOSTRANDO QUE A GENTE SE AMA E MERECE O RESPEITO”.....	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
REFERÊNCIAS DE SITES	122

1. INICIANDO O DIÁLOGO

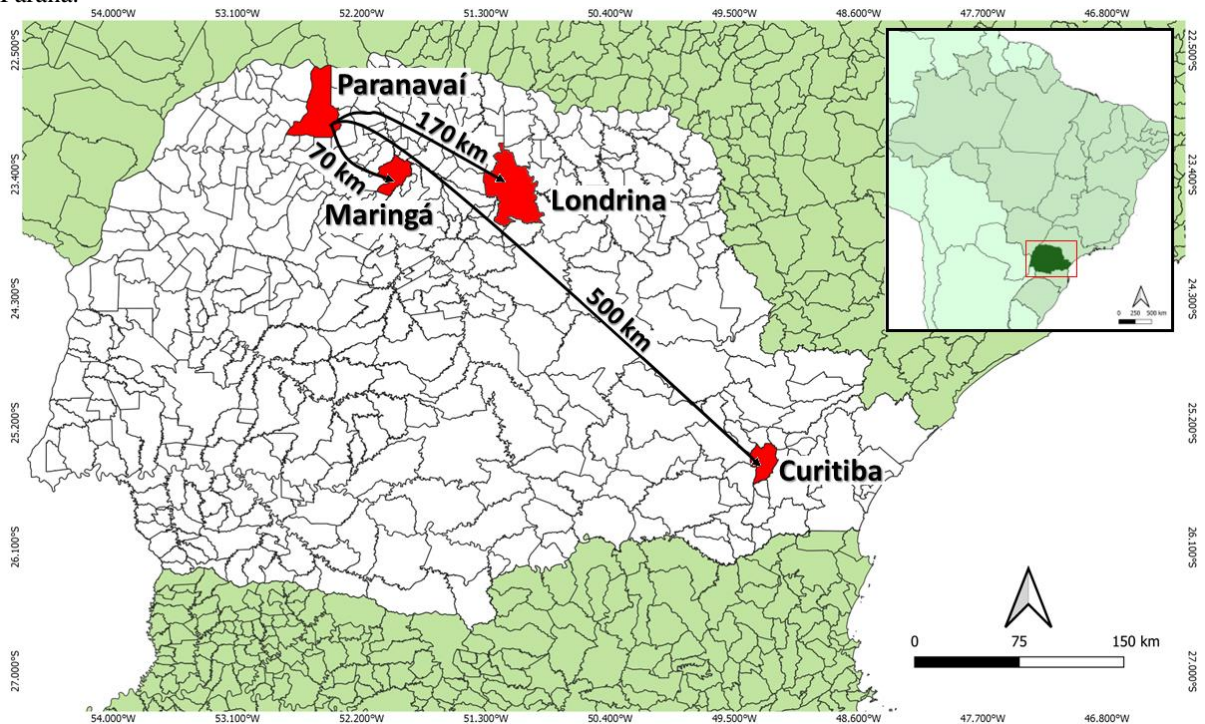
Nesta dissertação, consta o registro de um estudo que elaborei com as mulheres haitianas no município de Paranavaí, Estado do Paraná. Como foco principal dessa pesquisa está o debate em torno das identidades e autoestima que foram construídas ao longo da trajetória de vida. Procurei traduzir nessas páginas minhas percepções, análises e subjetividade enquanto pesquisadora em relação ao tema.

Para iniciar o debate, é importante apresentar-lhes as motivações que fizeram selecionar esse tema como foco de estudo. Pretendo abordar neste tópico respostas para algumas indagações relevantes que frequentemente me são feitas quando tenho a oportunidade de falar sobre o estudo presente nessa dissertação. Nesse tópico, serão respondidas as seguintes questões: por que escolheu a cidade de Paranavaí para desenvolver as abordagens da pesquisa de campo? Por que selecionou mulheres haitianas para participarem desse estudo? Qual motivo te levou a se dedicar a estudar esse tema?

Antes de responder sobre quais motivações me levaram a pesquisar especificamente o território de Paranavaí, considero importante conhecer sua posição geográfica. Ele está localizado no sul do Brasil, Estado do Paraná, na região da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná (AMUNPAR), a 506,1 quilômetros da cidade de Curitiba, 165,7 de Londrina e 75,2 de Maringá¹. A seguir apresento uma imagem que mostra a posição do município de Paranavaí no mapa:

¹ Utilizei esses municípios de referência por ser eles considerados as três maiores do Estado em termos de quantidade de habitantes, estima-se que em Curitiba, capital, possui 1.963.726 habitantes, Londrina 580.870 e Maringá 436.472 (IBGE, 2021).

Figura 01 – Posição geográfica do município de Paranavaí e a distância dele entre as três maiores cidades do Paraná.



Fonte: Própria autora com base nos dados IBGE (2021)

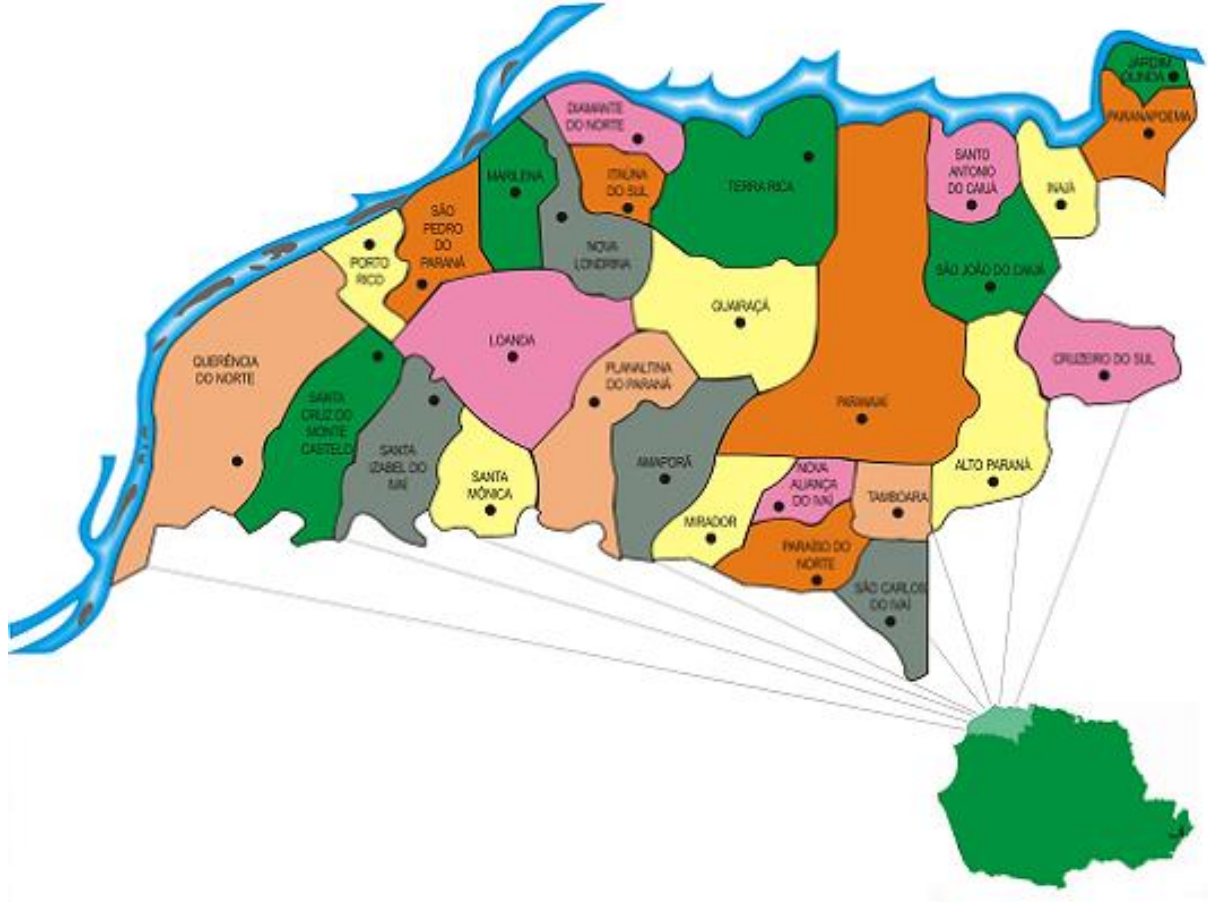
A região da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná (AMUNPAR) apresenta características que estimulam a produção de pesquisa em seu território. Ela é formada, em sua maioria, por municípios de pequeno porte², e mesmo assim possui uma cultura diversificada (com a presença de assentamentos da reforma agrária, transição frequente das populações indígenas e cigana, bem como, o acolhimento de imigrantes de diversas nacionalidades, principalmente haitiana) o que pode influenciar nas transformações identitárias e de autoestima dessas pessoas. Paranavaí tem o maior porte, quantidade de habitantes e área geográfica em comparação às outras cidades que compõem essa região³.

Considero relevante apresentar aos leitores e as leitoras, de forma mais ampliada, a localização dessa região, a saber:

² Os municípios que formam a região da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná (AMUNPAR) são: “Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaça, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranapoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica” (AMUNPAR, s/d, s/p).

³ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estima que 89.454 pessoas habitam em Paranavaí (município de médio porte) que contém uma área total de 1.202,266 quilômetros quadrados (IBGE, 2021).

Figura 02 – Localização geográfica da região da AMUNPAR e municípios que compõe essa região.



Fonte: AMUNPAR (s/d, s/p)

Durante a minha atuação profissional como assistente social e coordenadora de instituição pública, em vários municípios dessa região, principalmente em Paranavaí, as histórias das mulheres haitianas sempre me marcaram. Recordo de haitianas que eram proibidas por seus companheiros de fazer uso de contraceptivos e, mesmo sua saúde não permitindo, elas constantemente estavam gestantes; lembro de haitianas, que eram vítimas de preconceitos, sendo exigido pela sociedade o acolhimento institucional de seus filhos; conheci haitianas que sofreram abuso sexual, ficaram gestantes, sendo trabalhado com elas temas como denúncia, medida protetiva, aborto, entre outros assuntos. Esses relatos são algumas recordações que possuo das haitianas nesses municípios.

Durante a minha trajetória acadêmica, nos cursos de Serviço Social e Administração na Universidade Estadual do Paraná, e, atualmente, no mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, as questões interseccionais de gênero e raça, sempre, de alguma forma, se fizeram presentes, sejam em estudos de disciplinas, produção de artigos científicos, participação em programa de iniciação científica e trabalhos de conclusão de

cursos. Mas, foi a partir do meu contato com as histórias das mulheres haitianas na execução do meu trabalho que minhas intenções de pesquisas se direcionaram a elas, não desvinculando dos temas de gênero e raça.

Tanto no meu cotidiano profissional, como nas minhas pesquisas, a busca pela compreensão da realidade social sempre me provocaram situações inesperadas. Para mim, foi um desafio produzir esse estudo por ser a primeira vez que me coloco diante das mulheres haitianas como pesquisadora e não como assistente social no cotidiano profissional⁴. De qualquer forma, por meio dessa pesquisa, é possível identificar diversas “Francilene’s” porque os meus eu’s vão se envolvendo com a construção dessa pesquisa.

Essa dissertação abrange as questões identitárias e de autoestima das haitianas, abordando quais são os sentimentos que decorrem de suas identidades. O problema de pesquisa⁵ que fundamentou este estudo partiu de uma simples questão: o que sentem as mulheres haitianas que moram no município de Paranavaí, Estado do Paraná, por serem quem são? Compreendo que vários temas são relevantes quando se estuda essa população, mas, selecionei aquele que, por meio do meu diálogo com elas, percebia e sentia como mais urgentes e necessários em relação aquelas que eu atendia profissionalmente.

As páginas seguintes dessa dissertação abordam de forma mais aprofundada conceitos importantes dessa pesquisa. Mas, à priori, como forma de explicar elementos imprescindíveis para o início do diálogo, é relevante destacar que segundo Nathaniel Branden (2008), basicamente, a autoestima pode ser compreendida como julgamentos, percepções, imagem e confiança que as pessoas possuem de si própria, ou seja, sobre suas identidades⁶. De acordo com esse autor, ela possui seus níveis que podem variar conforme as percepções de terceiros em relação às suas identidades.

Existe um conflito entre identidade e autoimagem que é explicado por Nina Lino Gomes (2019, p. 2), a saber:

⁴ Sobre esse desafio, Gilberto Velho (1978, p. 1) destaca que “uma das mais tradicionais premissas das ciências sociais é uma necessidade de distância mínima que garante ao investigador condições de objetividade de seu trabalho. Afirma-se ser preciso que o pesquisador veja com olhos imparciais a realidade, evitando envolvimento que possam obscurecer ou deformar seus julgamentos e conclusões. [...] Sem dúvida essas premissas ou dogmas não são partilhados por toda a comunidade acadêmica. A noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada.”

⁵ De acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2002, p. 18), “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida, com uma pergunta, articuladas conhecimentos anteriores, mas que também pode demandar a criação de novos referenciais.”

⁶ A identidade tem sentido bidimensional, não podemos rejeitar o seu fator psíquico, pelo contrário, é importante abordá-la relacionando as contribuições da área social e psicologia.

Qualquer processo identitário é conflitivo na medida em que ele serve para me afirmar como um “eu” diante de um “outro”. A forma como esse “eu” se constrói está intimamente relacionada com a maneira como é visto e nomeado pelo “outro”. E nem sempre essa imagem social corresponde à autoimagem e vice-versa. Por isso, o conflito identitário é coletivo, por mais que se anuncie individual.

Para Gomes (2019), a construção identitária das pessoas negras acontece em um movimento que não depende apenas de suas percepções, sobretudo, ela está sujeita a maneira com que os outros a percebem, influenciando em suas autodefinições. Tratando-se das identidades negras, é construída historicamente em “uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial” (GOMES, 2019, s/d). Por isso, no Brasil, é dado aos imigrantes um tratamento desigual, aqueles de origem europeia e norte-americana tem melhores oportunidades do que aqueles vindos de países pobres e periféricos, cuja população não seja branca.

É essa relação conflituosa entre identidade e autoimagem que esse trabalho se dedica a refletir. Ele tem como objetivo principal compreender o que sentem as mulheres haitianas, que habitam no município de Paranavaí, por serem quem são. Busquei percorrer o caminho metodológico que envolve a observação, entrevistas, história oral, entre outros elementos, visto que julguei mais apropriado para atingir o objetivo elencado.

1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS

Conforme Maria Cecília de Souza Minayo (2002), pensar e planejar meios para desvendar a realidade social é uma prática comum desde os primórdios. Ao longo do tempo, segundo a autora, os cientistas criaram mecanismos metodológicos, integrados por conceitos, metodologias e técnicas de pesquisa, que facilitaram a busca pela compreensão dessa realidade. Parece-me válido, portanto, dedicar esse tópico para apresentar detalhes do caminho metodológico que percorri para a construção dessa dissertação.

Para melhor compreensão dos leitores e das leitoras, antes de apresentar os métodos que utilizei na realização desse estudo, é pertinente destacar o seu conceito, por isso exponho uma definição elaborada por Paulo de Salles de Oliveira (1998, p. 17):

Método assinala, portanto, um percurso escolhido entre outros possíveis. [...] Quer dizer, o método não representa tão somente um caminho qualquer entre outros, mas um caminho seguro, uma via de acesso que permita interpretar com a maior coerência e correção possível as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador (OLIVEIRA, 1998, p. 17).

O Método tem, portanto, significados que se associam, ele é uma via, estrada e passagem, bem como, uma direção, trajetória e um rumo. Esses caminhos e suas direções,

selecionados pelo pesquisador ou pesquisadora, podem proporcionar segurança na busca por respostas efetivas para aquilo que se dispõe a investigar. Ao longo da construção de sua pesquisa, é relevante que caminhem “longe de se apartarem da metodologia, [mas] dela se aproximem lapidando artesanalmente a construção de seu estudo, sem perder de vista a ideia de totalidade que recobre as ciências humanas” (OLIVEIRA, 1998, p. 18).

A ideia de caminho para definir metodologia também foi defendida por Minayo:

a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. [...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador. [...] Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrinsicamente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os empasses teóricos para o desafio da prática (MINAYO, 2002, p. 16).

Após essas considerações iniciais, é relevante apresentar a direção que percorri para a construção dessa dissertação. Tentei escolher com cautela a melhor, levando em consideração, principalmente, as características da população, o problema e os objetivos da pesquisa previamente elencados, bem como, a necessidade de manter o distanciamento social – uma medida de restrição necessária para a não propagação do coronavírus (COVID-19). Uma grande preocupação presente nesse trabalho era como produzir uma pesquisa tão cheia de vida mantendo o distanciamento social de uma população com difícil acesso.

Na escolha dos melhores caminhos a serem percorridos para a construção dessa pesquisa, mesmo de forma remota, contei com o apoio de muitos colegas e professores. Indubitavelmente, tiveram contribuição significativa as discussões realizadas no grupo de orientandas da Marivânia Conceição de Araújo, nos eventos que participei do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros (NEIAB), nas disciplinas cursadas no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais como aluna regular e em Ciências da Saúde como não-regular da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Deixo aqui registrado meus sentimentos de gratidão e honra em poder contar com vocês.

Sobre isso, Wayne C. Booth, Gregory G. Colomb e Joseph M. Williams (2008, p. 94) consideram que:

Como pode ver, pesquisa nunca é uma atividade solitária. Mesmo que está trabalhando sozinho, você segue os passos de outras pessoas, beneficia-se de seu trabalho, seus princípios e suas práticas. É fundamental que você compartilhe as bases de sua pesquisa, documentando suas fontes de forma a permitir que os outros

o sigam, uma prática cujo valor apreciará quando começar a trabalhar em seu projeto (BOOTH; COLOMB; WILLIAMS, 2008, p. 94).

Além dos contatos virtuais grupais, nos momentos individuais dialoguei com diversos autores e autoras ao ler suas obras. No início da pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil⁷, mesmo ainda não sabendo ao certo suas implicações, comecei a realizar a pesquisa bibliográfica, envolvendo a análise de livros e artigos que pudessem contribuir com a construção dessa dissertação, seguindo os passos de seus escritores e escritoras. A leitura é, na percepção de Oliveira (1998, p. 25), uma retomada da reflexão de terceiros que pode ser utilizada como uma matéria-prima para as nossas reflexões próprias.

Minayo (2002, p. 53) faz importantes considerações sobre a pesquisa bibliográfica, a saber:

Podemos dizer que a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Esse esforço em discutir ideias e pressupostos tem como lugar privilegiado de levantamento as bibliotecas, os centros especializados e os arquivos. Nesse caso, trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social.

Dialoguei constantemente com os autores e autoras de referenciais teóricos que li, questionei-os, contra-arguntei-os, polemizei algumas questões no meu imaginário e tentei expressá-lo nessa dissertação. Os materiais que li, e com seus escritores ou escritoras conversei, foram buscados em sites considerados confiáveis no âmbito acadêmico (como são a plataforma SciELO, google acadêmico e bibliotecas digitais de universidades), bem como, partiram das sugestões de leituras feitas por colegas pesquisadores e pesquisadoras. Com essas buscas encontrei muitos materiais que considerei interessante por isso utilizei-os como matéria-prima para a construção desse estudo.

Com as leituras realizadas, busquei me apropriar da temática de estudo e me preparar para a pesquisa de campo, que é abordada por Minayo (2002, p. 53):

Num primeiro momento, realizar um trabalho de campo pode nos reportar a uma fantasia um tanto quanto exótica. Pode nos fazer relembrar estudiosos que partiram para regiões distantes em busca de culturas diferentes, para um árduo trabalho de compreensão dos distintos modos de vida desses povos. Essa percepção representa uma das possíveis dimensões da ida ao campo, uma vez que as possibilidades e os limites das diversas realidades existentes no cotidiano social permitem ao pesquisador um infinito leque de procedimentos e descobertas [...]. Concebemos campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas

⁷ O começo da pandemia no Brasil data o mês de março de 2020.

que fundamentam o objeto de investigação. [...] Partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de subjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos.

Para construir esse tipo de pesquisa que integra essa dissertação, fui ao campo nas últimas semanas do mês de outubro de 2021 no município de Paranavaí, Paraná. Minha proposta inicial era visitar as mulheres haitianas que residem na cidade semanas anteriores para apresentar minha proposta de pesquisa, mas tive que reinventar o caminho dado a dificuldade de encontrá-las, sendo cada uma abordada de diferentes formas. Realizei várias ações no campo, tais como anotações, observações e entrevistas, que geraram 32 páginas anotadas no meu diário de campo⁸ e 8 horas de áudio gravados no meu dispositivo móvel para transcrição e análises posteriores⁹ (especificamente, durante os meses de novembro e dezembro de 2021, bem como, janeiro de 2022).

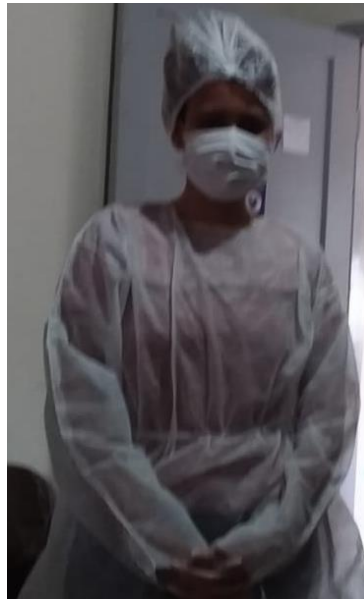
A minha ida ao campo me possibilitou uma interação com as haitianas de maneira segura em relação a transmissão do coronavírus. No período em que fui a campo, eu e as entrevistadas já estavam imunizadas com duas doses da vacina, era um momento que Paranavaí registrou uma diminuição significativa dos números de transmissão, hospitalização e óbitos por esse vírus. O meu encontro com elas aconteceu de forma individual e não grupal, respeitando o distanciamento mínimo e utilizando vários equipamentos de proteção individual recomendados pelo Ministério da Saúde.

A maioria dos equipamentos de proteção individual utilizados durante a minha ida ao campo estão ilustrados na imagem a seguir:

⁸ Dentro da ideia de registro de dados, destacamos o uso do diário de campo. Como o próprio nome já diz, esse diário é um instrumento ao qual recorreremos em qualquer momento da rotina do trabalho que estamos realizando. Ele, na verdade, é um “amigo silencioso” que não pode ser subestimado quanto a sua importância. Nele diariamente podemos coletar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através de outra técnica. O diário de campo é pessoal e intransferível. Sobre ele o pesquisador se debruça no intuito de construir detalhes que no seu somatório vai congrega os diferentes momentos da pesquisa. Demanda um uso sistemático que se estende desde o primeiro momento da ida ao campo até a fase final da investigação. Quanto mais rico for de informações nesse diário, maior será o auxílio que oferecerá à descrição e à análise do objeto estudado (MINAYO, 2002, p. 64).

⁹ Segundo Wayne C. Booth, Gregory G. Colomb e Joseph M. Williams (2008, p. 207) “na pesquisa de campo, não relate simplesmente as observações, nem repita apenas citações de entrevistas. Aqui também sua contribuição precisa aparecer ao longo de todo o seu relatório, de acordo com os princípios de seleção que você aplica a seus dados. Por exemplo, se estiver fazendo um relatório sobre as relações humanas em um local de trabalho, você não poderá descrever tudo o que observou, precisará selecionar e organizar suas observações e entrevistas para refletir sua análise do que é importante. Use as observações para sustentar sua análise em vez de substituí-la”.

Figura 03 – Os equipamentos utilizados na minha ida ao campo



Fonte: Própria autora

Essa imagem foi realizada no campo de pesquisa, ela mostra alguns equipamentos de proteção individual que utilizei no meu encontro com as participantes desse estudo. Como pode perceber ao observar essa figura, utilizei a touca, máscara, luva e o avental de manga longa, os outros equipamentos que foram usados, mas não aparecem na imagem são o protetor fácil, propé e calça hospitalar. Esses equipamentos, conforme o Ministério da Saúde, podem nos proteger da transmissão do vírus coronavírus (COVID-19).

Preocupe-me em encontrar uma forma de abordagem do trabalho de campo que permitisse o distanciamento social e possibilitasse resultados efetivos para essa dissertação. Decidi, portanto, no campo aplicar entrevista e história oral, compreendendo que esses métodos podem ser aplicados de forma individual, não necessariamente grupal, e, ao mesmo tempo, responder efetivamente à minha intenção de pesquisa. Na aplicação desses métodos, fiquei atenta tanto as medidas de restrição, quanto aos detalhes das falas, dos movimentos e quietudes das participantes que responderam aos questionamentos presentes nessa pesquisa.

Falarei sobre essas formas de abordagens do trabalho de campo, iniciando pela concepção de entrevista abordada por Minayo (2002, p. 57):

A entrevista é procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relacionados pelos atores sociais, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva.

Uma das abordagens do trabalho de campo que realizei foi a entrevista de maneira individual, isto é, não coletiva, buscando informações relevantes para o foco dessa dissertação. Estructurei um roteiro para ser uma entrevista semiestruturada, que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se pender a indagação formulada” (MINAYO, 2009, p. 64-66). Esse roteiro possuiu 10 questões fechadas e 2 abertas permitindo um amplo diálogo com as haitianas pesquisadas.

Outra abordagem do trabalho de campo realizada foi a história oral, colhida por meio da entrevista com profundidade, descrita da seguinte forma por Minayo (2002, p. 59):

Em relação a história de vida, como estratégia de compreensão da realidade, sua principal função é retratar as experiências vivenciadas, bem como as definições fornecidas por pessoas, grupos ou organizações. Ela pode ser escrita ou verbalizada e abrange na versão de Diniz, citado por Minayo (1992), os seguintes tipos: a história de vida completa, que retrata todo o conjunto da experiência vivida; e a história de vida tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão. Nesse procedimento metodológico, destacamos a noção de entrevista em profundidade que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante. Para muitas pesquisas, a história de vida tem tudo para um ponto inicial privilegiado porque permite ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confiança. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análise do vivido. Nele podemos encontrar um reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual.

A história oral me permitiu conhecer as experiências de vida das haitianas de forma mais íntegra, buscando elementos que mostrassem a construção de suas identidades e autoestima. Essa abordagem que realizei foi do tipo completa, colhida no formato verbalizado, não escrito, relatada pelas próprias mulheres pesquisadas. Com ela, obtive um material rico em detalhes que me permitiu colher respostas para aquilo que pretendia com essa dissertação, e ao mesmo tempo, formular outros questionamentos que serão focos em pesquisas posteriores.

A escolha por duas técnicas no trabalho de campo aconteceu pela necessidade de uma completar a outra. Isso porque à população haitiana é dada as características de timidez, desconfiança e retração, podendo não fornecer informações suficientes com apenas um método, considerei que as entrevistas poderiam complementar a história oral. A timidez, que acometia tanto a mim quanto a elas no início das gravações, foi sendo diluída no decorrer da contação das histórias, que iam sendo relatadas de um jeito cada vez menos retraído e desconfiado.

A aplicação das técnicas entrevista e história oral foram aplicadas em um dia para cada participante, com uma longa duração de algumas histórias de vida. Elas foram aplicadas no local em que as participantes se sentiam a vontade, sendo optado por algumas em sua própria residência, por uma em um espaço de salão de beleza, e outra em minha casa. Independente do local, busquei fazer com que elas se sentissem acolhidas, garantindo a elas o sigilo, o respeito e a individualidade na condução dessas técnicas.

A seleção das participantes nessa pesquisa foi um outro desafio presente em sua construção. No início desse estudo, propriamente em março de 2020, contava com a participação de haitianas que atendia constantemente, contudo, após um ano, fui designada para a coordenação de outro equipamento e quando fui realizar a pesquisa de campo, em outubro de 2021, não obtive sucesso em encontra-las pelos dados que possuía. Não contei, portanto, com as mulheres que inspiraram a produção dessa pesquisa, reinventei o caminho metodológico previamente elaborado, selecionei novas participantes, que também tiveram importantes contribuições. Como minha orientadora sempre ensina: “a pesquisa se faz, fazendo!”

Sobre as mudanças de direção metodológica, quero destacar o escrito de Minayo (2002, p. 12):

O labor científico caminha sempre em duas dimensões: numa elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, reinventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas, e ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído.

No total participaram dessa pesquisa 4 mulheres haitianas que habitam no município de Paranavaí, Estado do Paraná. Para encontra-las, percorri caminhos diferentes, uma delas era atendida por minha equipe nesse meu novo campo de trabalho, duas encontrei aleatoriamente nos lugares que frequentei e uma foi indicada por uma instituição que atende imigrantes em Paranavaí¹⁰. Dessa forma, mudei a direção no que se refere minha aproximação com o campo de pesquisa.

¹⁰ Cabe ressaltar que considerando o problema, o objetivo e o desenho dessa pesquisa, a técnica para a seleção de mulheres para a participação desse estudo foi não probabilística. Entre os tipos de amostragem existente nessa técnica, selecionei a por conveniência, que é aquela em que os ou as participantes são escolhidos ou escolhidas a partir da acessibilidade dos pesquisadores ou pesquisadoras. Dessa forma, as haitianas que participaram desse estudo foram selecionadas a partir da minha facilidade de acesso a elas. Sobre isso, Pedro Alberto Barbeta (2012, p. 54) explica que “existem situações práticas em que a seleção de uma amostra aleatória é muito difícil, ou até mesmo impossível. Geralmente a maior dificuldade está na obtenção de uma lista dos elementos da população. Algumas vezes este problema é contornável pela amostragem aleatória de conglomerados, que exige,

Essa dissertação, construída a partir do caminho metodológico composto por pesquisa bibliográfica e de campo, tem natureza qualitativa, que é abordada por Minayo (2002, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Apresento essa pesquisa qualitativa em três capítulos, orientados pelos elementos que busco estudar, isto é, as identidades e autoestima das haitianas em Paranavaí. Dessa forma, o primeiro capítulo, intitulado como “identidades”, tem como objetivo principal compreender elementos que marcam as identidades haitianas, o segundo capítulo tem a finalidade de apresentar aspectos fundamentais das identidades e autoestima, e, no terceiro, apresento os resultados da minha pesquisa de campo.

2 IDENTIDADES

Esse capítulo tem como objetivo principal compreender elementos que marcam as identidades haitianas. Para tanto, dividi-o em três subtópicos, sendo eles nominados como: a construção das identidades haitianas; a imigração haitiana e a construção de novas identidades; e, por fim, a raça e o racismo como marcadores das identidades haitianas. Com esse capítulo, pretendo dar visibilidade aos aspectos que marcam as identidades das pessoas haitianas.

Sobre o texto presente no primeiro subtópico desse capítulo, ele tem como objetivo principal compreender como as identidades haitianas foram construídas ao longo da colonização até a independência do Haiti. Por isso, ele está organizado de forma a mostrar o conceito de identidades, a história da população haitiana, e, sobretudo, como as identidades foram construídas no decorrer da história das pessoas haitianas. Ao longo desse texto, em busca de alcançar o seu objetivo, também apresento imagens de mapas geográficos.

O estudo que compõe o segundo subtópico desse capítulo tem como objetivo principal entender como as novas identidades haitianas estão sendo construídas por meio das imigrações. Em vista disso, o texto expõe, em sequência, o conceito de novas identidades, um panorama sobre as imigrações haitianas e uma reflexão sobre a associação das novas

inicialmente, apenas uma lista de conglomerados. Em outras vezes, quando nem isso é possível, passamos a pensar em procedimentos não aleatórios para seleção da amostra”.

identidades com as imigrações haitianas. Nesse subtópico, para atingir a sua finalidade, além de apresentar figuras de mapas geográficos, também exponho gráficos.

Já no terceiro subtópico do respectivo capítulo procuro, sobretudo, demonstrar como a raça e o racismo marcam a construção das identidades haitianas. Diante disso, ele está ordenado de modo a mostrar os conceitos de raça e racismo, posteriormente, como esses conceitos marcam as identidades das pessoas haitianas. Apresento, aqui, figuras que mostram cenas de imigrantes haitianos sendo vítimas de racismo no Brasil.

Todos esses subtópicos, em conjunto, apresentam as identidades haitianas sendo construídas com base na hierarquização das pessoas, inserindo-as como alguém das nacionalidades onde predominam as características europeias. Isso é a incidência, dentre outros fatores, do racismo presente na história da população haitiana desde a sua colonização até o período atual marcado por sua imigração, ainda mais quando se trata de mulheres. A exclusão das identidades haitianas traz como uma de suas consequências a diminuição da autoestima, que será trabalhada no capítulo dois dessa dissertação.

2.1 A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES HAITIANAS

Existe uma complexidade excessiva no entendimento do conceito de identidade, e, por isso, da sua construção. O que se sabe é que o seu significado sempre esteve de alguma forma relacionado ao entendimento de quem somos e que a sua construção pressupõe uma interação do eu das pessoas com a sociedade. Essa ideia de identidade, construída mediante interações, implica no entendimento de que as identidades se formam por meio do estabelecimento de relações sociais, o que permite que as pessoas compartilhem os valores, símbolos e sentidos de suas culturas.

Encontrei no livro “A construção social da realidade” escrito por Ludwig Berger e Thomas Luckmann (1985) uma definição de identidade mais favorável à compreensão dos leitores e das leitoras e que complementa a ideia exposta no parágrafo anterior. Para eles, as identidades não são, tão somente, um simples entendimento de quem somos, elas se constituem em um fenômeno emergente da dialética existente entre as pessoas e a sociedade, pressupondo uma interiorização das identificações apresentadas por meio da socialização. As pessoas assimilam um aspecto, uma propriedade ou ainda um atributo que faz parte da realidade de outras pessoas e os refletem em suas próprias experiências sociais.

O Sociólogo Stuart Hall (2005), em seu livro “A identidade cultural na Pós-modernidade”, afirma que as identidades não são fixas, permanentes e estáticas, ao contrário,

são dinâmicas e estão em constantes transformações conforme os contatos contínuos das pessoas com diferentes sistemas culturais, permitindo que uma única pessoa assuma diferentes identidades ao longo de sua vida. O que determina a construção das identidades, conforme esse autor, não são os aspectos biológicos que constituem o corpo das pessoas, mas os históricos, que demarcam uma trajetória de vida, normalmente permeada por conflitos e disputas de poder. Assim, a história de uma população é o que vai nos permitir compreender a construção da sua identidade.

Foi, portanto, o contexto histórico do final do século XV que forneceu os primeiros subsídios para compreender a construção das identidades haitianas. Isso porque, segundo Alex Donizete Vasconcelos (2016) - em sua tese de doutorado nominada “Identidades haitianas na história, na literatura e em discursos midiáticos do Haiti, da República Dominicana e dos Estados Unidos (2004-2014)” - a chegada dos exploradores na América Central ficou conhecida como o primeiro contato registrado dos nativos das ilhas com diferentes sistemas culturais e como um dos momentos mais trágicos da história do ocidente, de muitos conflitos e disputas de poder, marcando as trajetórias de vida e, assim, a construção das identidades da população haitiana. Por também reconhecer esse contexto histórico como um marco importante para a compreensão da construção das identidades haitianas discorrerei sobre o tema de modo mais aprofundado.

O primeiro contato da população indígena que povoava a ilha caribenha (isto é, o Haiti) com os exploradores, e assim, com suas diferentes identidades, ocorreu motivado pela invasão do continente americano. Sobre isso, Vasconcelos (2016) relata que Cristóvão Colombo, um explorador italiano que seguia as ordens dos reis espanhóis, chegou à América Central em seis de dezembro de 1492 orientado pela invasão das terras americanas. A ilha caribenha, onde esse explorador aportou pela primeira vez, era chamada pela população originária de Haiti, renomeada por esse explorador de Hispaniola, posteriormente de Saint-Domingue pelos franceses e depois voltou a ser chamada de Haiti pelos africanos escravizados na ilha¹¹.

Para ilustrar ao leitor e à leitora qual foi a localidade que Cristóvão Colombo no início aportou em sua primeira viagem transatlântica, apresento uma figura elaborada por mim com base nos estudos de Vasconcelos (2016):

¹¹ Essas nomeações serão contextualizadas no decorrer desse texto.

Figura 04 - Local que Cristóvão Colombo aportou na ilha caribenha.



Fonte: própria autora com base em Vasconcelos (2016)

Essa figura mostra que Cristóvão Colombo aportou no noroeste da Hispaniola, onde atualmente está localizado o município de Môle Saint-Nicolas. Esse local era muito belo, por isso, segundo o Historiador Sérgio Buarque de Holanda (1969) em “A visão do paraíso”, Cristóvão Colombo, assim como outros viajantes, quando chegavam nas Américas, encantou-se com o cenário encontrado. Inclusive, para esse explorador, esse local continha mistérios e possibilidades de riquezas para os reis espanhóis.

Mais do que simples belezas, mistérios e possibilidades, conforme Holanda (1969), o cenário da Hispaniola teve uma comparação religiosa feita por Cristóvão Colombo, a saber:

O próprio Colombo, [...] julgou-se em outro mundo ao avistar as costas verdejantes da América, onde tudo lhe dizia estar a caminho do verdadeiro Paraíso Terreal. As mesmas imagens bíblicas, reafirmadas pelos cosmógrafos mais acreditados da época, acharia Colombo em seu desembarque nas Antilhas: terras de fertilidade inaudita, árvores de copas altíssimas, fragrantes e carregadas de frutas, a eterna primavera musicada pela alegria dos cantares de pássaros de mil cores (HOLANDA, 1969, p. 37).

Existia, dessa forma, uma convergência entre o pensamento da religião com o cenário das Antilhas¹² que se apresentavam aos olhos dos exploradores, sendo nesse belíssimo cenário que, para a infelicidade dos nativos da Hispaniola, ocorreu o primeiro encontro entre eles e os exploradores. Sobre isso, Vasconcelos (2016) relatou que quando Cristóvão Colombo chegou na Hispaniola ela já era habitada por uma população indígena¹³, sendo ele recepcionado, no primeiro encontro, por um cacique da região chamado Guacanagari, que, por sua vez, recebeu honrarias das tropas náuticas desse explorador. A percepção que Cristóvão Colombo obteve nesse encontro sobre a identidade da população nativa, segundo esse autor, era que ela transmitia uma aparência de seres passivos, sem inteligência e vontade própria.

A religião, apropriação de terra e metais preciosos motivaram os exploradores a invadirem as terras que até então eram povoadas pelos indígenas. De acordo com Cyril Lionel Robert James (2000, p. 15), Cristóvão Colombo, cantou para Deus e saiu navegando a procura de ouro, encontrando, assim, as ilhas caribenhas que contia indígenas de “pele vermelha eram pacíficos e amistosos e indicaram-lhe o Haiti, uma grande ilha (aproximadamente do tamanho da Irlanda), rica, diziam, do metal amarelo (JAMES, 2000, p. 15). Esse autor relata que um dos navios desse explorador naufragou e os indígenas auxiliaram sem roubar nenhum de seus artigos.

Conforme Aníbal Quijano (2014), os exploradores que chegaram nos continentes começaram a comparar e classificar as pessoas a partir de suas raças. A priori, eles perceberam diferenças entre eles, a população indígena e a negra, dentre as diferenças percebidas destaque as práticas sociais, costumes, tradições, ideias, uso de vestimentas e instrumentos, bem como, tons da pele, cores e formatos dos olhos. A partir da percepção das diferenças, os exploradores começaram a estabelecer que as pessoas de determinadas características deveriam ser chamadas de índios ou índias, outras de negros ou negras e eles de brancos, definindo, assim, novas identidades e redefinindo outras.

Quando os europeus chegaram e colonizaram as Américas encontraram várias populações diferentes, cada uma com a sua particular história, memória, linguagem,

¹² As Antilhas são formadas pelos seguintes países: Antígua, Barbuda, Barbados, Cuba, Dominica, Granada, Granadinas, Haiti, Jamaica, Neves, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão, São Vicente, Trindade e Tobago (VASCONCELOS, 2016).

¹³ Hispaníola [...] era ocupada, segundo estimativas nem sempre confiáveis, por cerca de 1,1 milhão de nativos, os quais estavam distribuídos em cinco grandes ‘cacicados’: Jaragua, Maguana, Marién, Magua e Higüey. Guacanagari era o cacique da costa noroeste do atual Haiti, onde, para sua infelicidade e dos seus, Cristóvão Colombo aportou (VASCONCELOS, 2016, p. 40)

invenções, descobrimentos culturais e identidade. Segundo Quijano (2014), essas populações recebiam diferentes nomes, dentre os quais destaco os maias, astecas, aimará, incas, chimus e chibchas, que após trezentos anos de colonização, todas essas identidades se reduziram em uma só, sendo ela índio. O mesmo aconteceu, posteriormente, com as pessoas traficadas da África para serem escravizadas nas Américas, elas possuíam diferentes sistemas culturais e, com isso, diferentes nomes, como “achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc”, que no decorrer dos três séculos, todos foram reduzidos em apenas uma identidade, sendo ela nomeada de negros, é o que considera Quijano (2014, p. 127).

Não se trata tão somente de uma simples definição e redefinição, as identidades dos indígenas nas Américas foram desvalorizadas e, conseqüentemente, também seus traços fenóticos, sua cultura e suas invenções. O filósofo e jurista Silvio Almeida (2019), em seu livro “Racismo Estrutural”, ao citar as ideias do Etnólogo Cornelius de Pauw, relatou que eles foram classificados como pessoas sem histórias, tristes, que se degeneraram, comparados aos animais sem raciocínio, com comportamento assemelhado a umidade presente no ar que respiram e na terra que vegetam. Essa associação das identidades com os animais devido suas características físicas tem um teor racista, que embasou, e ainda embasa, ações de discriminação e genocidas.

A classificação das pessoas gerou, portanto, a hierarquização de determinadas identidades, bem como, também, segundo Quijano (2005) a determinação de níveis de superioridade ou inferioridade entre essas pessoas. O estabelecimento desses níveis indicou que as pessoas com determinados traços fenóticos e pertencentes a certas culturas deveriam ocupar um lugar específico na sociedade e na estrutura de poder, o que resultou em uma extrema valorização das identidades europeias e a desvalorização das demais identidades, como exemplo cito o fato da população indígena na Hispaniola ter sido inferiorizada, assim como, posteriormente a população negra, enquanto, os europeus ocuparam um lugar superior à essas populações. A classificação das pessoas e seus reflexos eram, na percepção de Quijano (2005), um instrumento eficaz e duradouro formulado intencionalmente para legitimar as novas formas de dominação que surgiam entre europeus e não europeus, bem como, para acumulação de riquezas, extraídas desses povos classificados como inferiores.

Esse instrumento foi usado pelo colonialismo europeu para efetivar a submissão e também a destruição das populações não europeias, como é a população americana que vivia na ilha Hispaniola, considerada inferior e, por isso escravizada:

Os espanhóis, o povo mais adiantado da Europa daqueles dias, anexaram a ilha, à qual chamaram de Hispaniola, e tomaram os seus primitivos habitantes sob a sua proteção. Introduziram o cristianismo, o trabalho forçado nas minas, o assassinato, o estupro, os cães de guarda, doenças desconhecidas e a fome forjada (pela destruição dos cultivos para matar os rebeldes de fome). Esses e outros atributos das civilizações desenvolvidas reduziram a população nativa de estimadamente meio milhão, ou talvez um milhão para sessenta mil em quinhentos anos (JAMES, 2000, p. 15).

De acordo com Vasconcelos (2016), a extinção dos povos originários, explorados como mão-de-obra escrava, afetou o funcionamento da retirada de metais preciosos, bem como, da incipiente indústria de açúcar que se instaurou na Hispaniola por volta de 1520. Diante da impossibilidade de explorar a população nativa, o padre dominicano Bartolomeu de Las Casas sugeriu a substituição desses povos pela população negra africana¹⁴, importando-as forçadamente e submetendo-as brutalmente ao regime de escravidão. Segundo esse autor, essa sugestão foi seguida ainda no século XVII pelos colonizadores espanhóis, o que se apresentava à esses colonos como uma proposta interessante à manutenção de seus lucros e, ao mesmo tempo, um momento cruel para os africanos, que, assim como a população indígena tinha suas identidades desvalorizadas e inferiorizadas.

A importação forçosa e submissão brutal de pessoas negras africanas ao trabalho escravo na Hispaniola se iniciou com os colonizadores espanhóis e se intensificou com outros povos que se instauraram na ilha caribenha:

Os assentamentos espanhóis, fundado por Colombo, ocorreu no sudeste da ilha. Em 1629, alguns aventureiros franceses encontraram um lar na pequena ilha de Tortuga, distante nove quilômetros da costa norte de São Domingos, e a eles seguiram-se os ingleses e os holandeses, vindos de Santa Cruz. Tortuga era saudável e pela floresta da São Domingos ocidental pastavam milhões de cabeças de gado selvagem que poderiam ser caçadas para alimentação ou pelo couro. Para Tortuga, vieram fugitivos da justiça, escravos que escapavam das galés, devedores incapazes de saldar seus débitos, aventureiros a procura de sorte ou da fortuna rápida, criminosos de todas as espécies e nacionalidades. Franceses, britânicos e espanhóis trucidaram-se por aproximadamente trinta anos. Os ingleses assumiram de fato a posse de Tortuga durante um certo tempo, mas em 1659 os bucaneiros franceses prevaleceram (JAMES, 2000, p. 20).

¹⁴ James (2000, p. 15) detalha que “Las Casas, um padre dominicano dotado de consciência, viajou para a Espanha para pleitear a abolição da escravatura de nativos. Mas, sem a coerção desses indígenas, como poderia a colônia existir? Tudo que os nativos recebiam a título de salário era o cristianismo e poderiam ser bons cristãos sem trabalhar nas minas. O Governo espanhol concordou. Aboliu os *repartimientos*, ou trabalho forçado, por direito, enquanto os seus agentes na colônia os mantinham de fato. Las Casas, assombrado pela possibilidade de ver, diante de si, a total destruição da população no período de tempo de uma geração, recorreu ao expediente de importar os negros mais robustos da populosa África. Em 1517, Carlos V autorizou a exportação de quinze mil escravos para São Domingos. Assim, o padre e o Rei iniciaram, no mundo, o comércio americano de negros e a escravidão” (JAMES, 2000, p. 15).

A localização geográfica desses assentamentos marcou substancialmente a história dessa ilha caribenha e, assim, a construção das identidades haitianas, pois a partir dela a Hispaniola foi dividida como mostra a figura a seguir:

Figura 05 – Separação da ilha haitiana entre Haiti e República Dominicana.



Fonte: Própria autora.

Essa figura, representa que a Hispaniola foi dividida administrativamente em duas partes conforme a localização dos assentamentos dos colonizadores. Essa divisão administrativa, de acordo com Vasconcelos (2016) foi formalizada por meio do Tratado de Ryswick¹⁵, assinado no dia vinte de setembro de 1697, quando definiu que a região oeste era colônia pertencente à França e a leste de domínio da Espanha. Os colonizadores franceses nomearam sua colônia de Saint-Domingue (atualmente chamada de Haiti) e os espanhóis chamaram sua colônia de Santo Domingo (hoje República Dominicana).

A divisão administrativa da Hispaniola marca a construção das identidades haitianas e dominicanas. Isso ocorre porque, de acordo com Vasconcelos (2016), a própria separação de qualquer espaço geográfico redefine as identidades da população que nele habita ao estabelecer quem pertence a cada parte do território dividido. Exemplifico que quando a

¹⁵ Segundo Vasconcelos (2016, p. 14), esse tratado “pôs fim à Guerra dos Nove Anos, entre a França e a Liga de Augsburgo, que envolveu, em distintos momentos, vários países europeus – a França recebia da Espanha o terço ocidental da ilha, que representa, em linhas gerais, o território do Haiti atual”.

Hispaniola foi dividida se estabeleceu quais pessoas deveriam ser identificadas como pertencente à Saint-Domingue (posteriormente, haitianas) e quem seriam de Santo Domingo (atualmente, dominicanas).

É preciso considerar que após a divisão da Hispaniola entre franceses e espanhóis não houve o fim da escravidão:

Em 1695, o Tratado de Ryswick entre França e Espanha deu aos franceses direito legal sobre a parte ocidental da ilha. Em 1734, os colonizadores começaram a cultivar o café. A terra era fértil e a França oferecia um bom mercado. Mas eles tinham falta de mão de obra. Além de negros, trouxeram os brancos, os *engagés*, que poderiam ser libertados depois de um período de alguns anos. Tão poucos negros foram trazidos, com a justificativa de serem bárbaros ou pretos, que as primeiras leis prescreviam regulamentos semelhantes tanto para escravos negros como para brancos *engagés*. Mas, sob o regime de trabalho daqueles dias, os brancos não puderam suportar o clima. Assim, os escravagistas passaram a trazer mais e mais negros, em uma quantidade que aumentava em milhares a cada ano, a tal ponto que a África chegou a fornecer milhões (JAMES, 2000, p. 15).

A colônia francesa construiu no território colonizado uma forte economia que se desenvolveu, segundo Karine de Souza Silva e Luiza Lazzaron Noronha Perotto (2018), a partir das atividades agrícolas dos latifúndios e exportação, principalmente, do café, açúcar e cacau. Conforme essas autoras, em decorrência do alto desenvolvimento agrícola, Saint-Domingue ficou conhecida como pérolas das antilhas, se tornando na época a colônia francesa mais rica localizada no continente americano, tanto que em menos de um século de colonização do território, especificamente em 1789, aproximadamente 75% do açúcar disponibilizado para todos os países e 60% do café importado às grandes potências da época eram fornecidos somente pelas indústrias instauradas em Saint-Domingue. Para ter matéria-prima, os franceses desmatavam o território da colônia francesa, cada vez mais, e para suprir a crescente demanda por mão de obra, repovoaram a ilha por africanos, tendo suas riquezas adquiridas por um sistema de escravidão dos mais perverso visto até então.

Várias práticas de castigos com requintes de crueldades eram efetuadas pelos colonizadores contra as pessoas escravizadas em Saint-Domingue. Silva e Perotto (2018) citam como exemplo a ação de asfixiar em sacos, forçar a ingestão de materiais fecais, crucificar, esmagar, enterrar os corpos vivos, lançar em caldeiras com águas ferventes contendo açúcar, assar lentamente, empurrar para o abismo dentro de barris, facilitar que cachorros ferozes devorassem os corpos, cegar se direcionassem o olhar em direção aos olhos dos brancos, decepar a mão direita caso defendessem uma mulher, dilacerar os órgãos genitais e perfurar o peito enquanto permaneciam pendurados em uma árvore. Esses castigos cruéis,

em sua maioria, provocavam o óbito e para substituir o trabalho escravo dos mortos, os colonos importavam, forçadamente, cada vez mais, pessoas negras da África Ocidental.

A perversidade da escravidão em Saint-Domingue sob o domínio dos colonizadores franceses não estava apenas nas cruéis torturas praticadas, mas também por ser um território onde mais crescia a quantidade de pessoas escravizadas. Silva e Perotto (2018) explicam que entre os anos 1697 a 1804, a escravidão em Saint-Domingue era responsável por mais de um terço do tráfico transatlântico de africanos (o que ainda não foi contabilizado aqueles que morreram na luta por resistência antes de desembarcarem à essa ilha). Além disso, em 1789, a população escravizada de Saint-Domingue representava aproximadamente 80% da população total dessa ilha.

Não tardou, portanto, para que a população negra escravizada em Saint-Domingue se rebelasse contra esse sistema a que brutalmente era submetida. Sobre isso, Almeida (2019, p. 7) explicou que, no século XVIII, especificamente a partir de 1791, na ilha Saint-Domingue, a população em regime de escravidão promoveu atos revolucionários e de resistência em busca do acesso ao que foram consideradas universais, mas a ela não eram estendidas, isto é, as promessas de liberdade e igualdade instituídas pela Revolução Francesa de 1789. Para isso, essa população lutava contra um poder “que negava-lhes a liberdade e não lhes reconhecia a igualdade”.

Silva e Perotto (2018, 130) explicam que a Revolução Francesa defendia a igualdade entre as pessoas, influenciando também outros países a essa defesa. Nesse contexto, a Assembleia Nacional de Paris estabeleceu algumas normas para igualdade, entre elas destaco “o sufrágio aos negros livres e a todos que pagavam impostos”, mas, a elite francesa se mostrou resistente a ampliar a igualdade à população negra que povoava sua colônia. Diante dessa resistência, a população escravizada de Saint-Domingue, influenciada pelas promessas da Revolução Francesa, começou a produzir frequentes revoltas – que, em resposta, eram atacados pelos os exércitos militares da França ao visar suprimir a revolução, bem como, da Espanha e do Reino Unido os quais queriam o domínio da ilha.

Após quase uma década de massacres e conflitos, mais precisamente em 1804, a população haitiana conseguiu vencer os militares franceses, espanhóis e britânicos, é o que afirmam Silva e Perotto (2018). A Revolução Haitiana, segundo essas autoras, foi considerada uma revolta feita pela população escravizada mais bem-sucedida mundialmente, que, inclusive, derrotou um dos exércitos mais temidos da época, sendo ele o exército napoleônico, e resultou na conquista da independência, formação da primeira república negra do mundo, o primeiro Estado formado e liderado pela população negra, renomeando a ilha como Haiti,

influenciando outras pessoas escravizadas de diversos países a também produzirem revoltas. Diante disso, o Haiti pagou, e ainda paga, o preço por lutarem e influenciarem outras pessoas a lutar pela igualdade.

Conforme Silva e Perotto (2018), por representarem ameaças aos países que ainda mantinha o sistema escravocrata, o Haiti não conseguia estabelecer relações comerciais com esses países, por isso, a crise no território haitiano se agrava cada vez mais. Buscando a superação dessa crise, em 1825, o presidente do Haiti Jean-Pierre Boye tentou uma reaproximação com o rei da França Charles X, que, por sua vez, insistiu na sua reivindicação antiga, isto é, fazer um acordo para indenização daqueles que foram expulsos do território haitiano no período de sua revolução. Esse acordo foi aceito pelo então presidente haitiano e totalizou uma dívida de cento e cinquenta milhões de francos a serem pagas em cinco parcelas anualmente¹⁶.

De acordo com Silva e Perotto (2018), a dívida foi aceita porque presidente o Jean-Pierre Boye pensou que com o surgimento de novas relações comerciais seria possível pagar esse acordo e ainda superar a crise que já estava instaurada no Haiti. Contudo, as poucas relações comerciais realizadas não foram suficientes nem para quitar as parcelas anuais, tendo que assim, vender, os poucos patrimônios que o Haiti ainda possuía, sendo essa dívida absurda e indevida, tornando-se um dos principais motivos que retardaram o crescimento do país durante os séculos posteriores. Além disso, com esse acordo, o Haiti contribuía ainda mais com o crescimento econômico da França e as relações comerciais de outros países com o Haiti só foram aceitas quando tiveram os seus próprios sistemas de escravidão abolidos.

Na percepção de Quijano (2005), foi excepcional o que aconteceu com o Haiti, sua revolução foi ao mesmo tempo um movimento “nacional, social e racial”, produzindo uma descolonização do poder global. As ações da população negra escravizada foram motivadas por frequentes intervenções dos militares, mesmo assim, eles lutaram e conseguiram derrotar todos os exércitos que invadiam a ilha. A partir de então, os colonizadores não tiveram êxito em lutar contra a descolonização do Haiti, dado a luta da população negra pela independência

¹⁶ “uma equipe de contadores e atuários franceses desembarcou no Haiti a fim de calcular o valor dos bens a serem indenizados, a saber: (i) todas as terras cultiváveis ou não; (ii) todos os bens físicos (ferramentas para plantação e colheita, materiais domésticos, armas, charretes, sacos, etc.); (iii) os mais de 400.000 (quatrocentos mil) indivíduos, anteriormente escravizados (incluindo mulatos); (iv) animais; e (v) todas as outras propriedades e serviços comerciais [...]. Além da obrigação de conceder um desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor dos produtos haitianos vendidos para a França, a indenização supostamente devida ficou estabelecida em 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de francos, a ser liquidada em cinco parcelas anuais. Destaca-se que, nos termos do acordo, os escravizados foram reduzidos a bens móveis ou semoventes como produtos passíveis de serem valorados” (SILVA; PEROTTO, 2018, p. 23).

do seu Estado, contudo, impuseram outra forma de castigo, o da pobreza extrema para quitar uma dívida indevida.

A população negra do Haiti não se abateu diante das opressões, abalando a ordem colonial. Segundo Vasconcelos (2016), essa luta, principalmente, por ter influenciado mais pessoas negras contra a opressão, fez com que fossem reconhecidos como um “mau exemplo” que deveriam ser eliminados para evitar qualquer tipo de contato e, assim, influências que pudessem abalar o sistema escravista. Com isso, surgiu o haitianismo, isto é, um medo crescente da insurgência das pessoas escravizadas com as mesmas características daqueles que lutaram na Revolução Haitiana, negando assim, a população negra haitiana e sua cultura.

Após o término da Revolução Haitiana, a população negra buscou reconstruir seu país afetado pelos conflitos enfrentados nessa revolução, dificultada pelas rejeições enfrentadas pela população haitiana. Conforme Vasconcelos (2016, p.288), essa população sempre teve suas identidades rejeitadas, primeiramente, em razão de sua raça que foi inferiorizada e degradada, posteriormente, por lutar, e influenciar outras pessoas a lutarem, contra um sistema colonial que negavam a eles a liberdade. Essa rejeição permanecerá até o momento atual - que será tratada com maior profundidade no próximo tópico dessa dissertação.

O Sociólogo haitiano Frantz Rousseau Déus (2018), se embasando em Josph seJanvier (1885 p.9), faz importantes considerações sobre a influência dessa rejeição para a construção das identidades haitianas:

a negação violenta dos negros da categoria de ser humano pelos colonizadores europeus impossibilitava criar qualquer tipo de auto-afirmação positiva sustentável. Pois não é um exagero afirmar que, desde a implantação do sistema escravocrata no continente americano, uma afirmação efetiva do negro como sujeito só foi possível quando Toussaint Louverture derrotou os colonizadores. No Art. 3. da Constitution de 1801 promulgada por ele, está escrito: [...] Não pode haver escravos neste território, a servidão é abolida para sempre. Todos os homens nascem aqui, vivem e morrem livres e franceses [...]. Nesse sentido, Santo Domingo é concebido como primeiro país dos tempos modernos a ter proposto uma reflexão não só sobre os homens, em toda a sua complexidade, social, econômica, racial, mas também sobre o “grande problema do século XX: o problema colonial.

Portanto, a história da colonização do Haiti até sua independência me permite compreender que as identidades haitianas foram construídas por meio de um discurso de rejeição, que inferiorizava, depredava, violentava aqueles que se identificavam como pessoas haitianas, negando sua tradição, seus costumes, suas invenções e linguagens. Principalmente por lutar pela igualdade, conforme Alex Donizete Vasconcelos (2016, p. 289), a população haitiana passou a ser vista como uma população não agradável, o que já acontecia desde seu período colonial, recaindo sobre o Haiti e sobre sua população o desprezo e a intolerância,

efetuados não somente por populações que tiveram os seus exércitos expulsos ou abatidos pela Revolução Haitiana, mas também por aqueles que viram na independência dos haitianos uma ameaça à ordem colonial, ocidental e sobretudo, à “identidade branca”, e tudo aquilo que ambas representavam em termos históricos, raciais e culturais” (VASCONCELOS, 2016, p.289). Dessa forma, as identidades haitianas se estruturaram, e ainda se estruturam - desde a colonização do Haiti, até nos dias atuais - sobre a direção dos que, de forma direta ou indireta, favoreceram e ainda favorecem seus desastres.

2.2 A IMIGRAÇÃO HAITIANA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES

Se é complexo entender o que é identidade, mais difícil ainda é compreender as novas identidades. Estas, de acordo com Stuart Hall (2005), são geradas com o declínio das velhas identidades, que por muito tempo permaneceram estabilizando a sociedade e unificando as pessoas no mundo social. Esse declínio fragmenta os seres humanos na modernidade, fazendo surgir a crise identitária que faz parte dos processos de mudanças e desloca as estruturas societárias, bem como, abala os referenciais que proporcionam estabilidade às pessoas no mundo social.

As crises da identidade possuem uma intensa relação com a globalização, já que essa crise é entendida por Hall (2005) como resultado das mudanças globais na modernidade. Para maior compreensão, cito como exemplo o fato de que a transição de pessoas pelo território geográfico (uma das mudanças globais), faz com que elas entrem em contato com diferentes sistemas culturais, o que pode provocar o declínio da sua velha identidade e a construção de novas identidades. Conforme Hall (2005), é possível que uma mesma pessoa assuma diferentes identidades ao longo da sua trajetória de vida.

Urge, portanto, incluir nos debates sobre a construção da identidade temas como globalização e imigração, já que, segundo Hall (2005), uma das consequências da globalização é a homogeneização das identidades, isto é, torná-las semelhantes e misturadas. Essa homogeneização ocorre, conforme esse autor, quando há a retenção de alguns elementos de uma cultura específica de um território geográfico, sem considerar que as identidades “estão, em toda parte, sendo relativizadas pelo impacto da compressão espaço-tempo”. Um dos exemplos, citado por esse autor, que deixa nítido a homogeneização identitária por meio da globalização, é a própria imigração, pois as pessoas e suas identidades vão se misturando e semelhandando no espaço geográfico (HALL, 2005, p. 80).

Decorrido o período colonial, os antigos colonizadores acreditavam que as consequências da colonização não os atingiriam. Contudo, o pós-colonialismo marcou tanto

um movimento pelo mundo de objetos, imagens, identidades consumistas e padrões culturais idealizados, quanto o impulsionamento das vulnerabilidades sociais, como é o desemprego, fracasso das plantações e as dívidas bancárias acumuladas, que atingiram os antigos colonizadores. Esses elementos, marcados pelo período pós-colonial, atingem os antigos colonos porque impulsiona a mobilização das pessoas pobres pelo mundo que confiam “na “mensagem” do consumismo global e se mudam para os locais de onde vem os “bens” e onde as chances de sobrevivência são maiores”, contribuindo para a homogeneização das identidades (HALL, 2005, p. 81).

Foi isso que aconteceu com a população haitiana, que apesar de ter sido considerada uma das colônias mais ricas do ocidente, atualmente, é conhecida por sua vulnerabilidade social. Sobre isso, Silva e Perotto (2018) explicam que até o século XIX, o Haiti foi considerado como um dos países mais pobres do mundo e atualmente o mais pobre do ocidente, que ainda depende do apoio externo para sobrevivência da sua população, sem perspectivas de melhorias em relação ao seu desenvolvimento econômico e autonomia governamental. Essa pobreza é decorrente, principalmente, da exclusão da população haitiana nos diversos setores da sua vida¹⁷ que impulsiona a mobilização das pessoas haitianas pelo mundo.

Considerando o período compreendido entre o início do século XX até o momento atual, é possível identificar que a mobilidade internacional da população haitiana pode ser dividida em quatro grandes fluxos, conforme apresentado pelo antropólogo haitiano Joseph Handerson (2017). Alguns países, como República Dominicana, França, Estados Unidos da América, Bahamas, Guadalupe, Martinica, Guiana Francesa e o Brasil vão ser importantes para configurar as (e)migrações da população haitiana e suas identidades. Por compreender que esses fluxos migratórios são determinantes para a construção das novas identidades haitianas, nas páginas seguintes esse tema será melhor desenvolvido.

Segundo Handerson (2017), o primeiro grande fluxo emigratório da população haitiana aconteceu na transição do século XIX e XX, tendo suas rotas apresentadas na figura a seguir:

¹⁷ Como foi a não aceitação de acordos comerciais de vários países após a luta pela independência haitiana e a dívida indevida imposta pela França ao Haiti, ambos os eventos explicados no item 1.1 dessa dissertação (HANDERSON, 2017).

Figura 06 – Rotas do primeiro grande fluxo emigratório da população haitiana.



Fonte: Handerson (2017)

No primeiro grande fluxo emigratório, as pessoas haitianas saíam de seu país de origem com destino a Cuba ou República Dominicana. Sobre isso, Handerson (2017), explica que o Haiti era um território estratégico para a invasão alemã aos Estados Unidos da América na Primeira Guerra Mundial, por isso, antes mesmo que essa invasão acontecesse, as forças armadas norte-americanas se assentaram nos países caribenhos, instituindo em alguns, propriamente em Cuba e na República Dominicana, indústrias que manipulavam cana-de-açúcar e demandavam de mão-de-obra. Em busca de emprego, uma grande quantidade¹⁸ de pessoas haitianas imigraram para esses países, possibilitando a aproximação de suas identidades com as cubanas e dominicanas.

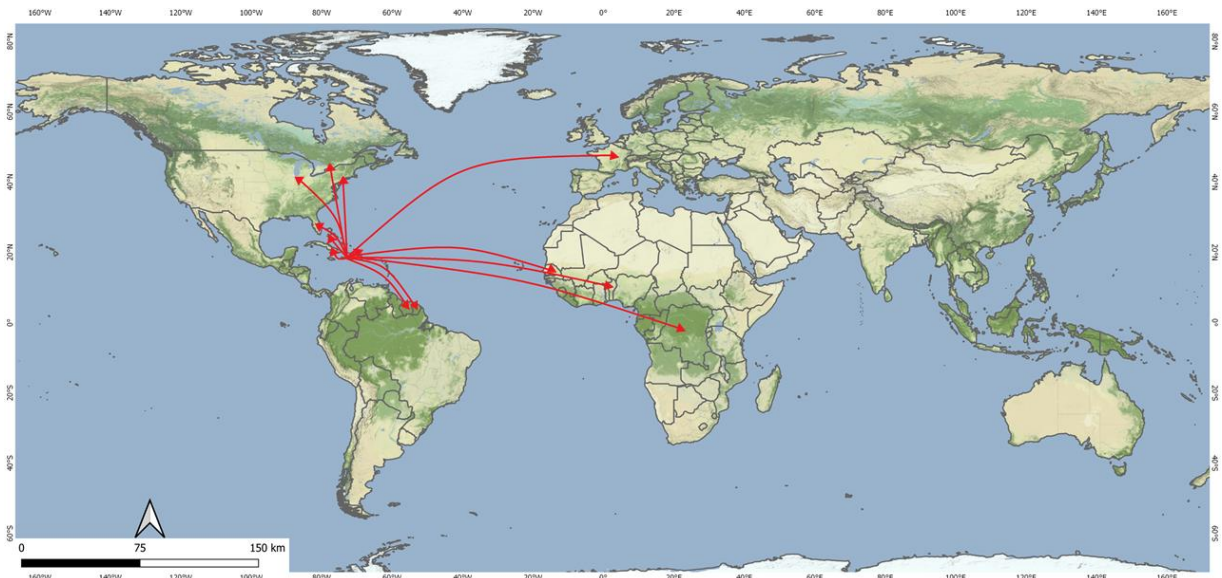
Essas novas identidades construídas, já no primeiro grande fluxo imigratório, não foram benéficas à população haitiana, já que, nesse contexto histórico, há registro de um

¹⁸ Entre 1913 a 1931, Cuba registrou a entrada de 30 a 40 mil pessoas haitianas em seu território, enquanto a República Dominicana apenas em 1920 fez o registro de 28.258 imigrantes dessa nacionalidade e em 1935 essa quantidade elevou para 52.657 no território dominicano (HANDERSON, 2017).

massacre efetuado por dominicanos contra ela por razões xenofóbicas. Conforme Handerson (2017), as pessoas haitianas, que sempre tiveram suas identidades inferiorizadas inclusive em relação às dominicanas, ao imigraram para a República Dominicana tiveram que lutar por sobrevivência, já que o ditador desse país Rafael Leonidas Trujillo (1930-1961) ordenou aos militares que matassem a população haitiana concentrada no território de seu domínio. Nesse massacre, estima-se que entre 6.000 a 30.000 pessoas haitianas morreram em razão da inferiorização de suas identidades, ou seja, devido a forte xenofobia de foram vítimas.

O segundo grande fluxo emigratório da população haitiana, de acordo com Handerson (2017), ocorreu no século XX, tendo suas principais rotas apresentada na figura a seguir:

Figura 07 – Rotas do segundo grande fluxo emigratório da população haitiana



Fonte: Handerson (2017)

Conforme apresenta essa imagem, no segundo grande fluxo emigratório da população haitiana a rota tinha como destino, principalmente, os Estados Unidos da América. Sobre isso, Handerson (2017) explica que a motivação para esse fluxo é gerada por, entre outros, a influência da obrigatoriedade do ensino da língua inglesa nas instituições haitianas de educação instituída pelo governo Élie Lescot (1941-1946), bem como, pela expansão das organizações do protestantismo norte-americanas. Dessa forma, a intensificação da aproximação com esses sistemas culturais, isto é, a língua e a religião, influencia a elite haitiana na decisão de enviarem seus filhos para estudarem em instituições educacionais dos Estados Unidos da América, bem como, aqueles emigraram para Cuba ou República Dominicana viam nessa rota nova possibilidade de melhores condições de vida.

Outras motivações também surgem para a rota do segundo grande fluxo da população haitiana com destino aos Estados Unidos da América. Entre elas, Handerson (2017) destaca a prática de exílio decorrente da ditadura instituída por François Duvalier (1957- 1971) que transportava forçosamente intelectuais e pessoas da classe média negra¹⁹, principalmente, ao país estadunidense. Esse autor, estimou que entre 1957 a 1963, anos quando o ditador François Duvalier estava em ascensão, 34.100 pessoas haitianas foram exiladas nos Estados Unidos da América e até 1964, que data a autoproclamação, foram registradas 140.100 pessoas haitianas vivendo nesse país.

Não somente aos Estados Unidos da América, o segundo grande fluxo emigratório da população haitiana também teve outras rotas, como mostra a figura anterior. Sobre isso, Rosana Baeninger e Roberta Peres (2017), explicam que o evento da ditadura no Haiti provocou duplo efeito, sendo eles a instituição da repressão política e a intensificação da vulnerabilidade social imposta às populações mais pobres da sociedade. Com isso, em busca de viver sem repressão e de melhores condições de vida, as pessoas haitianas se mobilizam pelo mundo, tendo como rota, não apenas os Estados Unidos da América, mas, também o Canadá e em países africanos.

No segundo grande fluxo, Bahamas, um país caribenho, também é incluído na rota de emigração da população haitiana. Segundo Handerson (2017), a imigração das pessoas haitianas com origem para Bahamas iniciou em 1940 motivada pelo recrutamento de mão-de-obra realizado por organizações madeireiras e de agronegócios que se instauravam nesse país, as pessoas haitianas, mesmo sem serem recrutadas, emigraram para Bahamas em busca de alguma oportunidade de emprego²⁰. Posteriormente, na década de 1950, outras ilhas, especificamente Grand Turck e Caicos, também foram destino de pescadores haitianos pelo mesmo motivo.

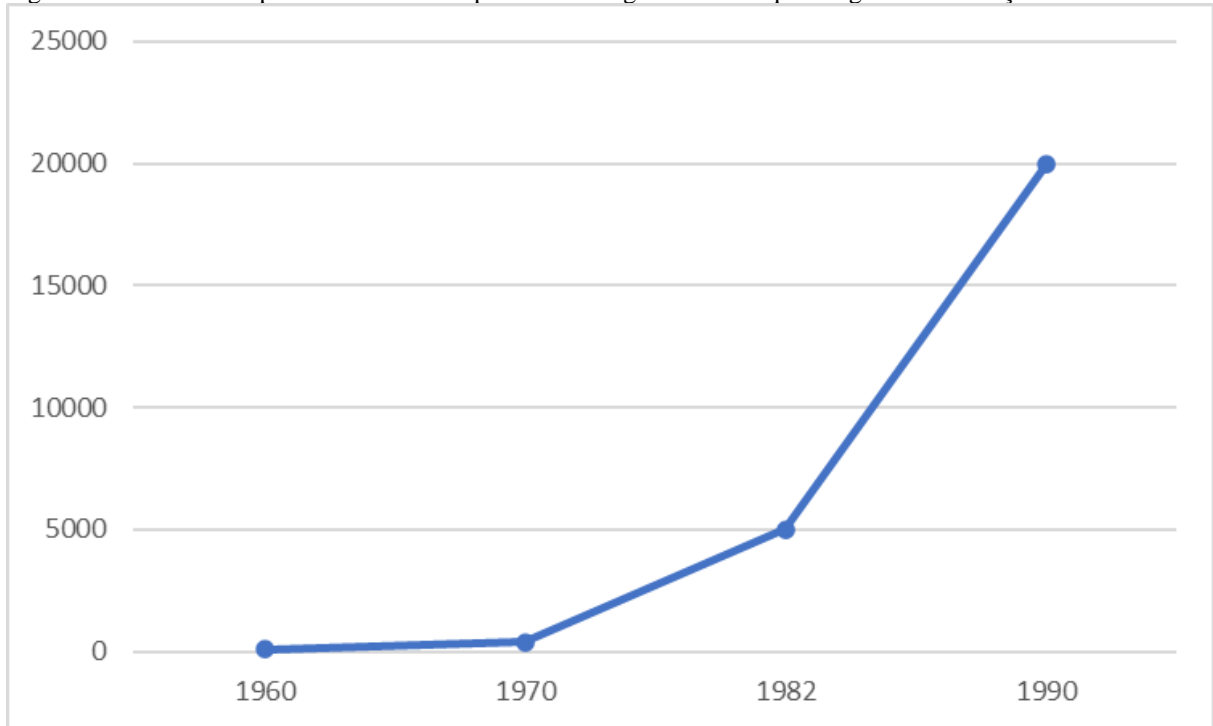
A busca de empregos e fuga do regime ditatorial também impulsionou a imigração das pessoas haitianas, na década de 1960, à Guiana Francesa, Martinica, Guadalupe, Suriname e França. Sobre isso, Rosana Baeninger e Roberta Peres (2017), explicam que os primeiros haitianos chegavam a esses países para trabalhar nas plantações de bananas, o que possibilitaram-lhes mobilizar-se para a França, também havia muitos estudantes e intelectuais que fugiam da ditadura militar. No decorrer do tempo a quantidade de pessoas imigrando intensificou significativamente.

¹⁹ Formada por, entre outros profissionais, médicos, professores e advogados (HANDERSON, 2017).

²⁰ “os estrangeiros ocupam 30% dos 28.000 empregos não qualificados da economia bahamiana, particularmente nos setores de turismo, construção civil e agricultura” (HANDERSON, 2017, p.17).

Especificamente, o número de pessoas de origem haitiana que chegavam à França está apresentado no gráfico a seguir:

Figura 08 - Gráfico temporal do número de pessoas de origem haitiana que chegaram na França.

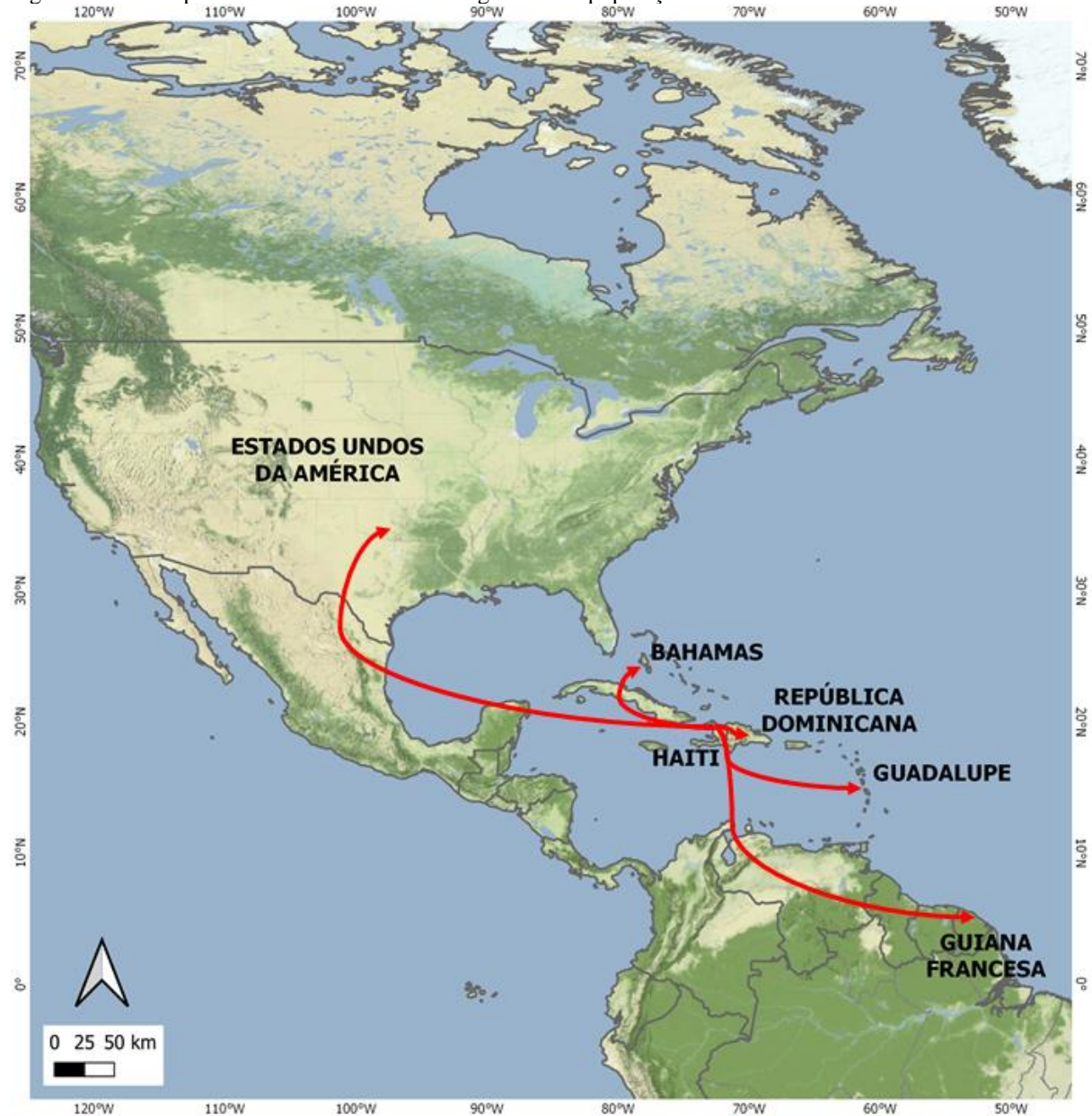


Fonte: Handerson (2017)

A figura 08 mostra o crescente número de pessoas haitianas que imigravam para a França. Nela é possível observar que no fim da década de 1960 a França registrou a presença de 100 pessoas com essa origem em seu território, e no início da década de 1970 esse número elevou para 400 pessoas, entre as quais 70% eram estudantes, e na década seguinte, essa quantidade cresceu significativamente para 5.000 e, na década de 1990, para 20.000, sendo esses dados declarados por Handerson (2017).

O terceiro fluxo emigratório da população haitiana aconteceu na metade da década de 1990, sendo suas principais rotas apresentadas na figura a seguir:

Figura 09 – Principais rotas do terceiro fluxo migratório da população haitiana



Fonte: Handerson (2017)

A figura 09 mostra que no terceiro grande fluxo emigratório da população haitiana as principais rotas foram os Estados Unidos da América, a República Dominicana, Bahamas, Guiana Francesa e Guadalupe. Ela foi motivada, segundo Handerson (2017), principalmente pelo golpe de estado sofrido pelo então presidente Jean-Bertrand Aristide, que representava a

esperança para as pessoas mais pobres. Após a deportação desse presidente e a detenção de 46.000 *boat people*²¹ em alto mar, um pouco mais de 100.000 pessoas haitianas emigraram do Haiti, sendo-lhes negado abrigo em muitos desses destinos.

Segundo Handerson (2017, p. 11), o quarto grande fluxo emigratório da população haitiana aconteceu em 2010 após um cismo que afetou o Haiti. A mobilização dessas pessoas pelo espaço geográfico, nesse período, foi motivada pelas inseguranças “pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico” que vulnerabilizou e precarizou as condições de vida nesse país após esse terremoto (HANDERSON, 2017, p. 11). O autor considera que, a partir de então, a quantidade de imigração da população haitiana se eleva intensamente.

Segundo Franck Seguy (2014), o terremoto que abalou o Haiti no século XXI, aconteceu às 16 horas e 53 minutos do dia 12 de janeiro de 2010, durou 35 segundos, possuiu uma magnitude de 7,2 graus na escala Richter, sendo sua localidade ilustrada na figura a seguir:

²¹ “A maioria dos *boat people* saía do norte e noroeste do país em embarcações precárias, improvisadas e construídas pelos próprios navegadores. *Boat people* refere-se aos viajantes haitianos embarcados em direção a Miami ou às Ilhas caribenhas como Bahamas, Grand Turck, incluindo Cuba, dentre outras, para alcançar Miami. Quando Bahamas se tornou independente, em julho de 1973, o Governo do país iniciou uma campanha de expulsão dos haitianos e as políticas migratórias se tornaram cada vez mais restritivas. Nesse período, alguns deixaram o local e aproveitaram para alcançar Miami em embarcações precárias, como *boat people*” (HANDERSON, 2017, p. 18).

Figura 10 – Região do País Haiti que o terremoto em 2010 atingiu diretamente.



Fonte: Própria autora com base nas informações presentes nos estudos Seguy (2014).

Essa figura, mostra que o terremoto atingiu, principalmente, a região próxima a capital Porto Príncipe. Detalhadamente, Seguy (2014) afirma que esse sismo teve seu epicentro concentrado a 25 Km da capital e alcançou os municípios localizados em um raio de 45 Km a partir de seu centro. A região afetada, segundo esses autores, era o centro político, econômico, administrativo e populacional do Haiti, nela estava concentrado 66% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e era habitado por 39% de toda população haitiana, por isso suas consequências foram tão intensas e com implicações graves para toda a população do país.

O quadro a seguir apresenta algumas estimativas²² referentes às consequências desse terremoto:

²² Sempre é importante destacar que apesar de apresentar estimativas oficiais, divulgadas pelas próprias organizações do Haiti, alguns fatores, como são os interesses políticos e econômicos, constantemente nos impedem de obter dados exatos.

Quadro 01 – Consequências do terremoto que abalou o Haiti em 2010.

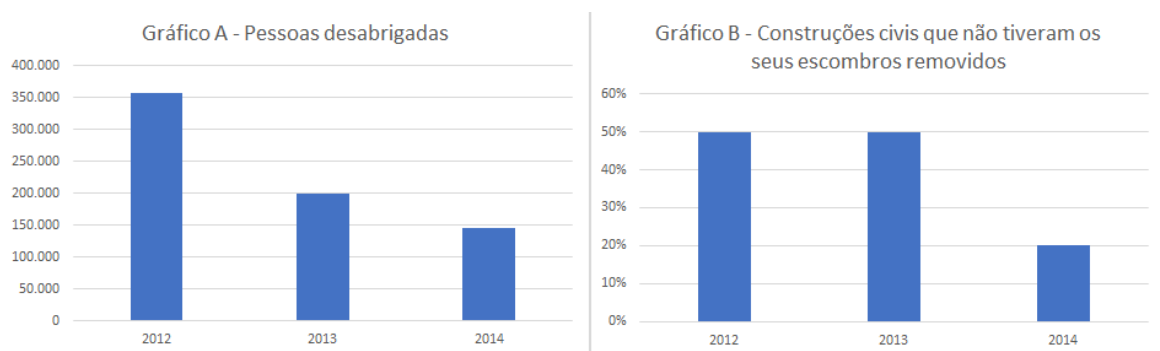
CONSEQUÊNCIAS	ESTIMATIVAS
Pessoas mortas	300.000
Pessoas feridas	305.000
Pessoas desabrigadas	1.500.000
Domicílios totalmente destruídos	105.000
Domicílios irreversivelmente danificados	208.000
Edifícios educacionais desabados ou inutilizáveis	1.300
Hospitais ou centros de saúde desabados ou inutilizáveis	50

Fonte: Seguy (2014)

Essas estimativas mostram que o Haiti teve várias perdas em decorrência do terremoto que o abalou em 2010. É possível compreender a magnitude da quantidade dos óbitos ao compará-la com o número de pessoas que povoavam a região oeste do Haiti apresentada por Seguy (2014), que expõe que esse país em 2009 possuía 9.923.243 habitantes, entre os quais 3.664.620 se concentravam na parte oeste do território haitiano, considerando que 300.000 pessoas morreram com esse sismo, isso equivale a 10% de toda população assentada no oeste do Haiti. Para recuperar as perdas materiais provocadas por esse terremoto, o Haiti declarou, em 2010, a demanda de 11,5 bilhões de dólares, o que, em reais, representa na época aproximadamente 20,5 bilhões de reais.

Estatísticas apresentam que, após quatro anos desse terremoto, o Haiti não apresentou uma evolução significativa na superação dessas consequências:

Figura 11 – Dados referentes a quantidade de pessoas desabrigadas e edifícios que tiveram seus escombros removidos em um período de quatro anos



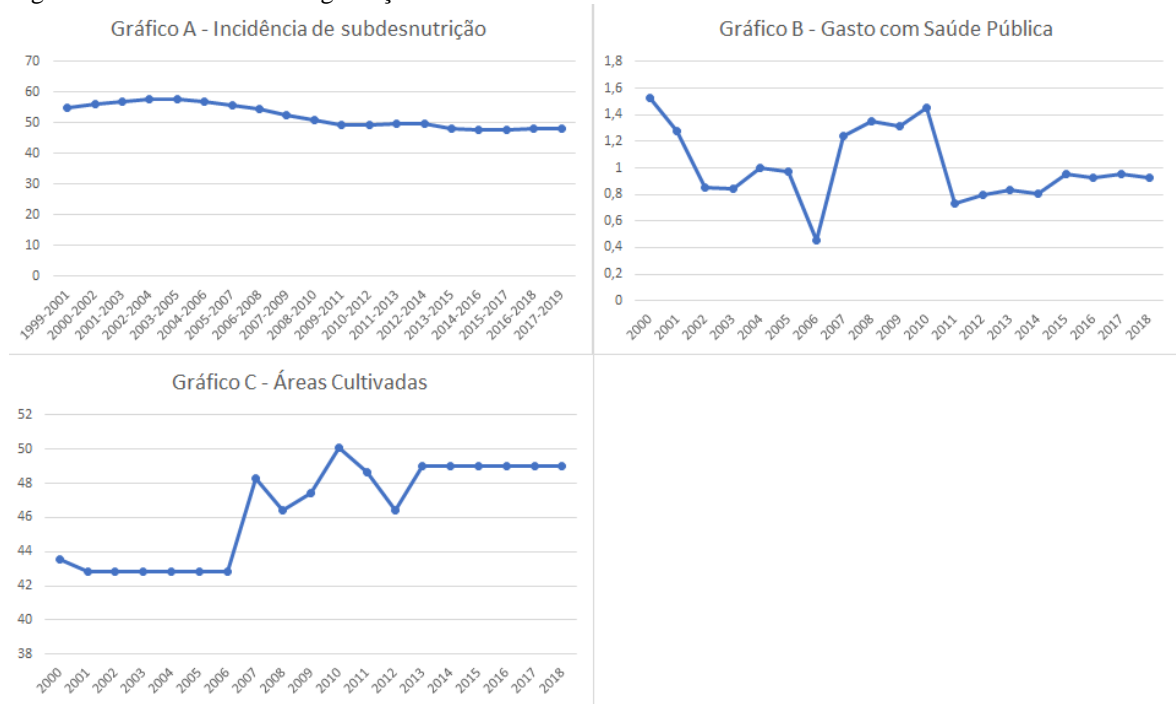
Fonte: Seguy (2014)

Essa figura mostra dados relativos à quantidade de pessoas desabrigadas (no gráfico A) e de edifícios destruídos que não tiveram seus escombros removidos (gráfico B). Conforme Seguy (2014), apesar de apresentar uma diminuição da quantidade de pessoas abrigadas e escombros removidos ao longo do tempo, ela não foi significativa, já que os números permaneceram elevados. As pessoas que tiveram suas moradias destruídas poderiam

contar com um acolhimento provisório (por um período de seis meses) com péssimas condições de sobrevivência e para remover seus escombros deveriam pagar uma taxa, que chegava em torno de 20 mil dólares.

Em um país historicamente marcado pela exclusão social das pessoas, o abalo de um terremoto agravou as condições de vida da sua população ao longo do tempo, dados mostram o agravamento de questões ambientais e de saúde apresentados na figura a seguir:

Figura 12 – Dados sobre inseguranças de meio ambiente e saúde intensificada com o terremoto de 2010



Fonte: Brasil (2021)

Essa figura, apresenta alguns índices de inseguranças que foram agravadas com o terremoto violento que abalou o Haiti em 2010. De fato, a população haitiana sempre possuiu índices baixos de saúde, já que esse país contém baixas condições sanitárias, bem como de meio ambiente, contudo, observa-se que após a ocorrência desse terremoto os índices dessas inseguranças decaíram e não retornou mais ao patamar registrado antes da ocorrência desse terremoto. Nas buscas que realizei, não encontrei indicadores quantitativos, mas, várias matérias jornalística apresentam que essas, e outras, inseguranças agravadas por esse sismo afetam o Haiti até no momento atual, fazendo que as pessoas haitianas saiam de seu território em busca de melhores condições de vida.

Nesse contexto, um dos destinos imigratórios das pessoas haitianas foi o Brasil, as principais regiões de entrada das pessoas haitianas nesse país estão ilustradas nessa figura:

Figura 13 – Primeiras regiões usadas pelos haitianos para entrar no Brasil



Fonte: Handerson (2017)

Segundo Handerson (2017), as pessoas imigrantes haitianas entravam pelo Brasil, principalmente, pelo município de Tabatinga, Amazonas, e pela fronteira entre os territórios brasileiro, colombiano e peruano, propriamente, na cidade de Brasiléia, Acre. Para esse autor, esse fluxo foi iniciado em decorrência de um terremoto que abalou o Haiti em 2010, agravando vários tipos de inseguranças que foram abordadas no decorrer do texto, e a escolha pelo Brasil teve relação com vários fatores políticos, econômicos, sociais e culturais. Eles são determinantes para a aproximação das identidades haitianas com as brasileiras.

Handerson (2017) elenca alguns fatores que motivaram a imigração haitiana para o Brasil, a saber:

Quadro 02 – causas que contribuíram para a inclusão do Brasil como rota de imigração.

ITEM	ACONTECIMENTO
1	inicialmente, o Brasil representava (e continua representando para alguns) uma porta de entrada para chegar à Guiana Francesa, e também, um “corredor” ou uma etapa para conseguir vistos para outros países como Estados Unidos, Canadá ou França;
2	o fato de o Brasil possuir um papel político e econômico importante no cenário mundial atual e, ao mesmo tempo, comandar as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) ²³ ;
3	a posição pública e internacional de abertura e de hospitalidade do Governo brasileiro em relação aos haitianos;
4	a difusão entre os haitianos (no Haiti e no exterior) de o Governo brasileiro estar incentivando a migração haitiana no país, tendo interesse na mão de obra haitiana nas construções das obras da Copa do Mundo (mesmo não sendo verídico);
5	a propaganda da imagem do Brasil ser um “paraíso racial”, sem discriminações, particularmente no imaginário daqueles que sofriam tal discriminação na República Dominicana e no Equador
6	circular a informação de que no Brasil o migrante ganharia moradia e alimentação gratuitas (o que não é fato), além da remuneração do trabalho ser bem significativa, variando entre U\$ 2.000 a U\$ 3.000 mensais.

Fonte: Handerson (2017, p. 14)

Para Handerson (2017), o Brasil nunca foi desconhecido pelas pessoas que habitam no Haiti, sendo familiar a elas alguns esportes, músicas, novelas e carnaval brasileiro. Existe uma estimativa que 60% delas torcem pela seleção de futebol do Brasil (os mais velhos lembram da figura do Pelé que foi ao Haiti em 1978) e um ditado muito disseminado no Haiti importante a ser destacado nessa dissertação: “Os haitianos são mais brasileiros do que os próprios brasileiros” (HANDERSON, 2017, p. 14). Muitos defendem que a população haitiana conhece o Brasil apenas pelo futebol, mas é preciso considerar os outros fatores políticos, econômicos, culturais e sociais elencados no quadro anterior.

Cabe ressaltar alguns dados atuais do Haiti após mais de uma década do quarto fluxo emigratório de sua população. Segundo o United Nations Development Programme (2021), atualmente, esse país tem uma densidade demográfica de 407,2 habitantes/km², sua população total é de 11.402.533, sendo formada por 5.626.445 pessoas do sexo masculino e 5.776.088 feminino, dentre o total de habitantes 42,9% moram na área rural e 57,1% no urbano. A

²³ Em 18 de agosto de 2004, na ocasião do “Jogo da Paz”, a partida amistosa de futebol realizada no Haiti com um dos objetivos do Governo brasileiro, dentre outros, de ganhar o cenário político internacional, mostrando a sua potência promissora para, conseqüentemente, realizar a Copa do mundo em 2014 no país. Do ponto de vista empírico, nenhum dos meus interlocutores associavam a vinda deles ao Brasil devido à atuação brasileira no comando da MINUSTAH no Haiti, a qual atua, particularmente em Port-au-Prince onde está concentrada a maioria das tropas, e ainda, nem em toda a Capital, mas sim em algumas áreas específicas. Não há dúvida de a atuação brasileira na missão ter tornado o Brasil mais familiar no universo haitiano, através dos diferentes projetos desenvolvidos, além da presença de outras organizações brasileiras como Viva Rio. [...] [A] Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) criada em abril de 2004 (mesmo ano do Jogo da Paz), [é uma missão da Organização das Nações Unidas (ONU) comandada pelo exército brasileiro – General Augusto Heleno (hoje integrante do governo genocida de Jair Messias Bolsonaro)]. A MINUSTAH é composta de tropas de cerca de 21 países, incluindo Espanha, Guatemala e os vizinhos brasileiros: Paraguai, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina (HANDERSON, 2017, p. 14).

população haitiana é composta de 96% por afro-americanos, 3% por europeus meridionais e 1% outras, e a linguagem predominante é o francês e o crioulo (THE WORLD BANK, 2021).

Enquanto a população haitiana continua emigrando, o Brasil permanece acolhendo imigrantes dessa e de várias outras nacionalidades. Segundo Leonardo Cavalcanti, Antônio Tadeu de Oliveira e Marília Macedo (2020), as imigrações para o Brasil, na atualidade, crescem significativamente, acolhendo imigrantes de diversas origens geográficas, culturais e sociais, especificamente no final da década de 1990 e início de 2000, as imigrações para esse país eram protagonizadas pelas pessoas do norte global, principalmente, europeus, já na atualidade são as pessoas do sul global que mais imigram para o Brasil, sobretudo, de origem venezuelana, seguido de haitiana, senegalesa, congoleza e angolana. Assim, no Brasil, há uma diversidade de sistemas culturais e misturas étnicas, o que pode levar, conforme Stuart Hall (2006, p. 20) a uma "pluralização" de culturas nacionais e de identidades nacionais".

As identidades dos imigrantes e a identidade dos autóctones possuem marcadores distintos, é justamente nessa diferenciação que surgem as problemáticas do convívio de várias identidades e sistemas culturais. Tomaz Tadeu da Silva (2000) explica que enquanto a identidade reflete aquilo que somos (como cito "sou brasileiro, "sou branco" e "sou homem"), a diferença reflete aquilo que o outro é, (como menciono "ela é haitiana", "ela é negra" e "ela é mulher)". Mas, as afirmações da identidade são contidas por uma negação, por exemplo, quando se pronuncia "sou brasileira" está afirmando "não sou haitiana", "não sou angolana", "não sou chinesa", "não sou japonesa" e assim por diante. De fato, se apresentar negando o outro, ou seja, pronunciando "não sou haitiana" ao invés de "sou brasileira" ficaria complicado, pois a gramática permite esse pronunciamento, mas, como em vários outros casos, ela não esconde a exclusão do outro.

Igualmente, as afirmativas acerca das diferenças só têm sentido quando abordadas na sua vinculação com as afirmativas a respeito da identidade, é o que afirma Silva (2000). Verbalizar, por exemplo, que "ela é haitiana", implica afirmar que "ela não é japonesa", "ela não é italiana", "ela não é chinesa", "ela não é brasileira", entre outras, ou seja, com essas afirmações se indica que ela não é o que eu sou. Assim, segundo esse autor, as afirmativas acerca das diferenças entre mim e a outra pessoa ocultam afirmações negativas sobre a identidade das pessoas que nos discursos se posicionam como o outro, dessa forma, a diferença e identidade possuem uma intensa vinculação, ou seja, não se separam.

De acordo com Silva (2000, p. 81), na própria diferenciação, entendida como "o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas", se manifesta vários tipos de poder. Como exemplo desse poder destaco o de exclusão e inclusão (ao estabelecer,

por exemplo, quem pertence e quem não pertence), delimitação de limites (como entre nós e eles), categorizar (tal que o puro e o impuro, o bom e o ruim, o racional e o irracional), bem como, de normalização (definindo, por exemplo, o normal e o anormal). Os pronomes eu e ele ou ainda nós e eles, não indicam apenas separações gramaticais, sobretudo, indicam posições das pessoas demarcadas por uma relação de poder.

As identidades haitianas sempre foram marcadas por essas relações de poder e pelas diferenciações das identidades dominantes no território que os acolhem. De acordo com Handerson (2015), em qualquer território para onde imigram a população haitiana sempre é lembrada e separada, principalmente pelo termo diáspora. Mais do que simplesmente lembrada, ela é excluída, barrada por limites interpostos, assim como, classificada como inferior e anormal, entre outros, sendo isso considerada por esse autor.

Handerson (2015) expõe alguns exemplos que mostram como a população haitiana imigrante é distinguida, sobretudo, usando o termo diáspora, a saber:

As músicas haitianas produzidas no exterior são chamadas músicas de diáspora. As roupas enviadas são denominadas de diáspora (roupa diáspora); o dólar americano e o euro, lajan diáspora (moedas diáspora); as casas construídas no Haiti por compatriotas residentes no exterior, combinando objetos (eletrônicos e eletrodomésticos, etc.), materiais de construção (cerâmicas, portas, janelas, luzes, etc.) do exterior com os do país, são denominadas kay diáspora (casas diáspora). A categoria diáspora também serve para qualificar ações, como nas expressões: w'ap fê bagay diáspora (está fazendo coisa de diáspora), ou aji tankou diáspora (você age como diáspora) (HANDERSON, 2015, p. 65).

Em suma, a palavra diáspora tem sido utilizada para designar a separação de outras populações com a população imigrante haitiana. Handerson (2015) declara que o termo diáspora nos elementos que marcam as pessoas haitianas - como são as músicas, vestimentas, o dinheiro, as residências e matéria-prima para sua construção - são inferiorizadas, deprecadas, desvalorizadas e excluídas do que é considerado belo. Essas perspectivas em relação ao que marca a cultura da população haitiana não demarcam um processo natural e intencional, pelo contrário, é usada como uma forma de permanecer as formas de poder dominante.

Atualmente, as pessoas de nacionalidade haitiana é uma das mais acolhidas no território brasileiro. Esse contexto faz com que pessoas com diferentes identidades compartilhem o mesmo espaço ou ainda interajam entre si, fazendo com que as identidades ganhem pontos em comum, possibilidade a crise identitária e a construção de novas identidades. Os contatos com diferentes sistemas culturais têm provocado o estranhamento, diferenciação, inferiorização e desvalorização de determinadas culturas, podendo produzir

sentimentos como a baixa autoestima, por isso esse tema é pertinente para a minha dissertação.

2.3 A RAÇA E O RACISMO COMO MARCADORES DAS IDENTIDADES HAITIANAS

Ao longo da história do Haiti, apresentada nos itens anteriores, identificamos que a raça e o racismo definiram, e ainda definem, as identidades haitianas. Para dar maior visibilidade ao tema, escrevo o texto presente nesse item em busca de enfatizar como a raça e o racismo marcam a construção das identidades haitianas. Diante disso, organizei esse texto de modo a mostrar os conceitos de raça e racismo, posteriormente, como esses conceitos marcam as identidades das pessoas haitianas.

Sobre o conceito de raça, é preciso considerar que o debate sobre a origem desse termo não é consensual, o que resulta em discussões sempre contestadas. Segundo Almeida (2019), o que se tem registrado com maior segurança é o significado desse termo, que se apresenta atrelado ao ato de classificar – sendo isso realizado primeiramente com os animais e plantas, posteriormente com as pessoas. A vinculação do significado do termo raça à classificação dos seres humanos se constitui em um fenômeno que surgiu na modernidade, especificamente, à metade do século XVI (ALMEIDA, 2019).

Estudar o significado da raça requer compreender que é um termo em constante mudança na sociedade. O termo raça é qualificado por Almeida (2019) como instável, inconstante e historicamente móvel, dado que sempre existem em torno da raça relações de conflito, poder e tomada de decisão, o que provocam alterações no seu significado conforme as disputas que mudam no decorrer da história. Com isso, de acordo com esse autor, a formação econômica e política de uma sociedade é o que determina a história das raças²⁴.

É com base na ideia de raça, como forma de classificação, que os seres humanos foram separados e inferiorizados. Sobre isso, Marivânia Conceição Araújo (2004) explica que até o começo do século XX, tanto o senso comum quanto o meio acadêmico difundiram a ideia de raça, propagando que os diferentes grupos étnicos (como as populações negra, indígena, amarela e branca) eram distintos em sua estrutura biológica e intelectual, permaneciam separados, portanto, não se relacionavam e deviam ocupar diferentes posições na sociedade. Com isso, são criados os níveis hierárquicos entre esses diferentes grupos, em

²⁴ Almeida (2019) recomenda que para entender os diferentes significados que foi atribuído ao termo raça ao longo da história ver BETHENCOURT, Francisco. Racismos: das cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das letras, 2017. p. 29.

que alguns eram inferiorizados simplesmente em razão de seus traços fenotípicos e sistemas culturais não compatíveis aos pertencentes as pessoas brancas.

Os grupos formados por pessoas negras foram inferiorizados e tiveram suas identidades desqualificadas. Conforme Araújo (2004), a classificação dos grupos étnicos contribuiu para a elaboração de ideias etnocêntricas que consideravam determinadas raças melhores do que outras, como exemplo cito o fato de que as pessoas brancas eram percebidas como inteligentes, enquanto os outros grupos, como os formados por pessoas não brancas, entendidos como desprovidas desse adjetivo. As pessoas negras foram postas como aquém dos brancos, o que induzia a ideia de que elas podiam ser escravizadas ou aniquiladas para o benefício das brancas, ou seja, a raça superior.

A raça como forma de classificação das pessoas não foi criada naturalmente, ao contrário, existiam intenções para tal. Araújo (2004) explica que por serem considerados inferiores surgia a ideia de que esses grupos deviam ser guiados, o que favoreceu a escravidão, o subjugo e a dominação por parte dos brancos aos negros. A naturalização da submissão de um grupo sobre o outro, segundo essa autora, possibilitava o apaziguamento das guerras e promoção do desenvolvimento dos territórios colonizados, “assim, a ideia de raça ajudou a conformar o pensamento de dominação econômica, social, cultural e política que alguns povos desenvolveram em todos os continentes do mundo” (ARAÚJO, 2004, p. 57).

Contudo, a própria ciência biológica, que antes defendia a existência de diferentes raças, no momento atual enfatiza que não existem grupos humanos distintos geneticamente. Segundo Muniz Sodré (1999), existe um consenso entre os autores e autoras que se dedicam ao estudo da genética contemporânea na afirmação de que as pessoas com diferentes traços fenotípicos e distintas práticas culturais não são geneticamente diferentes, por isso são pertencentes a mesma raça, isto é, a raça humana. Dessa forma, o conceito de raça vinculado à classificação de pessoas é inviável se aplicado aos seres humanos.

Atualmente, existem os mesmos elementos genéticos de diferentes etnias presentes em pessoas pertencentes a grupos tidos como separados. De acordo com Araújo (2016), a presença desses fatores genéticos em pessoas consideradas distintas, só é possível porque, por muito tempo, os seres humanos mantiveram, e ainda mantém, relacionamentos, ora pacíficos, ora aterrorizados. Embora haja o reconhecimento desse fato pelo conhecimento científico, segundo essa autora, existe uma resistência em reconhecê-lo como verídico, motivada, principalmente, pelo senso comum, o que pode ser uma consequência do “preconceito,

direcionado a determinados grupos étnicos, [que] reforçou a ideia da diferença e hoje, mesmo à luz da ciência, torna-se difícil ultrapassar e esquecer” (ARAÚJO, 2004, p. 58).

O preconceito racial, que já foi apoiado pelas ciências biológicas e atualmente sustentado nos discursos e práticas da sociedade, possui uma inter-relação com a discriminação racial e o racismo, sendo suas definições apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 03 – Definição de preconceito racial, discriminação racial e racismo.

CATEGORIAS	CONCEITOS
Preconceito racial	É o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.
Discriminação racial	Por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.
Racismo	É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Fonte: Almeida (2019, p. 32).

Apesar de existir uma intensa relação, as categorias apresentadas são distintas. Cito como exemplo de preconceito racial o fato de considerar pessoas não brancas como desprovidas de inteligência, haitianas preguiçosas e orientais mais preparados para estudos das ciências exatas; destaco como exemplo de discriminação racial quando alguns países proíbem a entrada e o acolhimento de grupos humanos formadas por pessoas haitianas, mulçumanas, judias, entre outros em razão de suas identidades; resalto como um dos exemplos possíveis de racismo a expulsão de pessoas negras de bairros onde a maioria dos moradores são brancos por meio de práticas opressoras tal qual o apedrejamento e as queimadas de residências. Neste parágrafo, citei poucos exemplos, é preciso considerar que essas categorias se fazem presentes em todos os setores da vida humana.

Segundo Almeida (2019, p. 32), a discriminação racial, por sua vez, tem o poder, isto é, a “possibilidade efetiva do uso da força”, como quesito necessário para o seu exercício, já que sem ele não seria possível beneficiar determinados grupos e estorvar outros. Para esse autor, a discriminação racial pode acontecer de forma direta – quando a intencionalidade da prática discriminatória é explícita – e de maneira indireta – que acontece quando as intenções dessa prática são implícitas. Cito como exemplo de discriminação racial de forma direta quando as organizações públicas ou privadas estabelecem um atendimento diferenciado às pessoas em razão da sua cor de pele, já como indireta cito o fato de determinadas leis não prever suas consequências na vida das pessoas negras.

Há diversos exemplos de discriminação racial, principalmente contra a população negra, sobre isso, Sodré (1999, p. 234) cita:

São vários os lugares sintomáticos da discriminação, em geral disfarçados, mas, às vezes bastantes explícitos. Um exemplo: em 1996, o Centro de Pesquisas e Assistência em Reprodução Humana espalhou por Salvador, Bahia, cartazes publicitários com o título 'defeito de fabricação'²⁵ acima da imagem de um garoto negro, com correntinhas no pescoço, canivete na mão e uma tarja nos olhos. Abaixo o texto: 'Tem filho que nasce para ser artista. Tem filho que nasce para ser advogado e vai ser embaixador. Infelizmente, tem filho que já nasce marginal'. Outro cartaz mostrava uma mãe negra, grávida, coberta por um lençol branco e a legenda 'também se chora de barriga cheia' (SODRÉ, 1999, p. 234).

Ao longo do tempo, as práticas de discriminação, independentemente de ser explícita ou implícita, tem suas consequências. Uma das implicações citadas por Almeida (2019, p. 33) é a estratificação social que consiste em “um fenômeno *intergeracional*, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social [...] é afetado (ALMEIDA, 2019, p. 33). Segundo o autor, é por causa da estratificação social que muitas pessoas não brancas encontram dificuldade de se ascender na sociedade, de obter reconhecimento pelos seus esforços e ainda de possuir recursos materiais necessários para a sua própria subsistência.

Estudar o racismo requer compreender que ele, definido por seu caráter sistêmico, “se materializa como discriminação racial” (ALMEIDA, 2019 p. 34). Essa afirmação, segundo o autor, não indica que o racismo trata simplesmente de atos discriminatórios, mas de processos que inserem determinadas pessoas em situação de subalternidade e outras em posse de privilégios – isso se faz presente em todos os âmbitos da sociedade. O racismo, se associa à segregação racial, isto é, “a divisão espacial das raças em localidades específicas [...] e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos [...] como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais” (ALMEIDA, 2019, p. 34).

No percurso pelo passado colonial do Haiti, relatado no item 1.1 dessa dissertação, foi possível identificar que a raça e o racismo definiram as identidades haitianas. No período colonial, segundo Germana Dalberto (2015), a divisão entre as pessoas era determinada por regras estabelecidas com base nas diferenças naturais dos seres humanos, regulando, por exemplo, como as pessoas com certas características deviam se comportar e se posicionar na sociedade. Essas regras, conforme a autora, foram orientadas “por uma racionalidade racista e mercantil, de matriz eurocêntrica, que proclamava a superioridade de um povo sobre outro e,

²⁵ Vide cartaz em: <https://www.trendsmap.com/twitter/tweet/1375864711502303232>.

assim, autorizava e legitimava muitas formas violentas de exploração” (DALBERTO, 2015, p. 86).

A raça e o racismo como orientadores da formação das identidades das pessoas negras que foram submetidas forçosamente ao regime de escravidão são evidenciados por Charles de Montesquieu (2000):

O açúcar seria demasiado caro se os escravos não trabalhassem na sua produção. Os referidos escravos são negros desde os pés até à cabeça e têm o nariz tão achatado que é quase impossível deles ter pena. Torna-se impensável que Deus, que é um ser muito sábio, tenha posto uma alma, e sobretudo uma alma boa, num corpo inteiramente negro (MONTESQUIEU, 2000, s/p).

As pessoas haitianas tiveram suas identidades moldadas conforme o sistema opressor racista. No período colonial, segundo Dalberto (2015), ser identificado como negro, ter o nariz achatado e cabelo crespo era o que determinavam a objetificação, inferiorização e submissão forçosa das pessoas ao regime de escravidão, foi o que aconteceu com a população negra escravizada no Haiti. Segundo a autora, por serem assim identificados, à essas pessoas eram aplicadas as técnicas de controle, isto é, mecanismos “utilizados pelos operadores do poder para moldar a conduta humana”, tais como são a vigilância, disciplina, punição e a criminalização dos movimentos de resistência à escravidão (DALBERTO, 2015, p. 9).

O colonialismo enquanto relações políticas se encerrou, contudo, suas práticas continuaram presentes nas relações social marcando as identidades haitianas:

as técnicas de controle passam a ser inseridas, de um lado, pelos mecanismos de formação cultural dos haitianos, quando incidem na discriminação de tudo aquilo que remete às suas origens africanas, como religião do vodu, a cor negra e a língua creóle, e, de outro lado, pelos programas de domesticação do aparato estatal, de suas ideologias, formas de gestão e instituições – especialmente as instituições de segurança, como o exército e a polícia nacional (DALBERTO, 2015, p. 9).

Após a independência do Haiti, a continuidade das práticas coloniais presentes nas relações sociais se tornaram mais organizadas e racionais. Antes da independência, para dominar e moldar o comportamento das pessoas que tinham suas identidades desqualificadas, os colonizadores utilizavam técnicas de controle explicitamente cruéis, como são as torturas empregadas na escravidão, após adotaram mecanismos com caráter mais dóceis e implícitos, contudo, tão opressora e disciplinadora quando as demais, um exemplo disso, é a não aceitação de acordos comerciais com o Haiti após sua independência. Nesse contexto, o racismo empregado contra a população haitiana se torna mais sutil e espalhado para todas as sociedades.

O racismo, que marca a construção das identidades haitianas, se faz presente até mesmo nas relações entre a população haitiana e dominicana, que dividem administrativamente a mesma ilha caribenha²⁶. Segundo Vasconcelos (2016), a população dominicana demonstra uma repulsa pela haitiana e um amor extremo pelos norte-americanos, espanhóis, bem como, por outras nações desenvolvidas, buscando deter elementos próprios da cultura dos países admirados. Na relação entre a população haitiana e dominicana, a raça é a principal motivadora da negação da haitiana, tanto que “a história desses dois países, seus projetos nacionais, e, sobretudo, seus arcabouços identitários, [...] [foram] quase sempre pensados [...] a partir [...] de [...] antagonismos e de um esforço [...] de obliteração do Outro”, propriamente, da população haitiana pela dominicana (VASCONCELOS, 2016, p. 225).

Não somente na relação entre haitianos e dominicanos, a questão da raça é a principal mediadora das identidades nacionais entre o Haiti e outros países. No caso da República Dominicana e o Haiti, segundo Vasconcelos (2016), suas origens é o principal elemento que contrastam as populações desses dois países e fazem a dominicana negar a haitiana, tendo a população haitiana raízes africanas, enquanto a dominicana heranças predominantemente hispânicas e europeias. Conforme esse autor, até mesmo por outras nações, formadas vários outros elementos identitários, a questão da raça, propriamente, da origem africana é o que figura nos discursos racistas como causadora dos males que afetam a população haitiana, tais como o atraso econômico e os elevados níveis de pobreza.

Sobre a população haitiana recai o preconceito em relação a sua cor de pele. Vasconcelos (2016) explica que essa população valoriza sua negritude e as heranças socioculturais do continente africano, por outro lado, esse território é considerado por muitas outras nações como amaldiçoado, berço da barbárie, da selvageria, habitado por pessoas antropófagas, o que também se estende a população haitiana. Sobre o vínculo existente entre a população haitiana e africana, ele “faz com que o Haiti e o povo haitiano continuem deslocados, num entrelugar; nem africano, nem americano, mas carregando os estigmas que recaem sobre uns e outros, nos dois lados do Atlântico” (VASCONCELOS, 2016, p. 227).

Não apenas em razão de suas origens ou da extrema valorização e orgulho que a população haitiana sente das suas raízes africanas, existem outros elementos que impulsionam

²⁶ “Uma série de contingências geográficas, históricas e políticas fizeram com que Haiti e República Dominicana se vissem “condenados” a coabitar, tal qual duas “siamesas trágicas”, [...] a pequena porção de terra localizada no coração do Caribe, outrora batizada por Colombo de Espanhola. [...] Siamesas trágicas, pois a pequena ilha, cindida de norte a sul desde a assinatura do Tratado de Ryswick, em 1697, abriga duas nações que, muito embora (in)dependentes, vêm-se às voltas de um passado que não silencia e com questões presentes que não podem ser ignoradas, sendo obrigadas a estabelecer e manter, ad eternum, um modus vivendi capaz de acomodar, ainda que precariamente, todas as suas diferenças” (VASCONCELOS, 2016, p. 224).

os estigmas à população haitiana. Entre eles, Vasconcelos (2016) considera que sobre essa população ainda recai o peso de resistir à escravidão e lutar por sua independência, derrotando, na Revolução Haitiana, os franceses, espanhóis, britânicos e norte-americanos. Assim, conforme esse autor, a população haitiana passou a ser percebida como uma ameaça aos sistemas que buscam os lucros advindos dos trabalhos escravos ou mal pagos realizados por pessoas negras até nos dias atuais.

Os estigmas atribuídos ao território haitiano e sua população produzem descrédito a eles. Segundo Vasconcelos (2016), ao Haiti é dirigido atributos de imoral, uma ameaça aos valores, hábitos e costumes cristãos, além disso, seu território é caracterizado como satanizado, onde se proliferam gangues que deceparam a cabeça de seus oponentes como faziam as tribos mais primitivas do continente africano e as máfias que protegem o narcotráfico, sua população carrega o atributo de selvageria e brutalidade. Esses estigmas é o que esse autor denomina de “racismo anti-haitiano” que provocam desvantagem a essa população nos vários setores em que ela se insere.

Na própria migração, realizada principalmente em busca de melhores condições de vida, a população haitiana enfrenta o racismo e suas consequências. Se considerarmos o Brasil como exemplo de país do acolhimento, é possível identificar que nele, assim como em muitos outros, segundo Florestan Fernandes (2008), existe um ideal de imigrante, sendo ele aquele que possui a cor de pele branca e advindo de países europeus, o que produz a ideia de terem melhores qualidades para o trabalho e manutenção da ordem social. Por outro lado, os outros imigrantes, que não se enquadram nesse perfil como são as pessoas haitianas, não são bem aceitos e recebem tratamento marcado pela discriminação e pelo preconceito.

Os imigrantes haitianos no Brasil estão sendo vítimas de uma série de situações racistas e xenofóbicas, a seguir apresento imagens que demonstram esse fato:

Figura 14 – Muro do cemitério do município de Nova Odessa, Estado de São Paulo pichado com frase racista.



Fonte: G1 (2015)

Essa figura apresenta o mesmo muro pichado com a mesma frase em momentos diferentes. Sobre essa situação, o site do G1 publicou em 2018 uma reportagem explicando que aconteceu no dia oito de agosto de 2015, no município de Nova Odessa, Estado de São Paulo, em que o muro do cemitério foi pichado pela segunda vez com a mesma frase racista, sendo ela “*Back to Haiti*” – traduzida para o português significa “voltem para o Haiti”. A primeira vez que o muro foi pichado, essa frase estava acompanhada com uma figura das suásticas, símbolo que representa o nazismo²⁷.

Constantemente, as mídias apresentam as categorias de racismo e xenofobia presentes nas declarações dos representantes políticos nos países de acolhimento aos imigrantes. Um desses depoimentos foi foco de uma matéria jornalística elaborada pela Revista Veja (2018), ao apresentar a fala do ex-presidente dos Estados Unidos da América Donald Trump que pronunciou o termo “países de merda” para se referir ao Haiti e países que estão situados no continente africano, afirmando que eles deveriam incentivar a entrada de imigrantes de origem como a norueguesa, ou seja, a raça branca. Essa fala ocorreu aos doze dias do mês de

²⁷ Almeida (2019) faz importantes considerações sobre o nazismo com base em outros autores: “Se para Foucault o Estado nazista foi o ponto exemplar da fusão entre morte e política, a síntese mais bem-acabada entre “Estado racista, Estado assassino e Estado suicidário” [...] foi, todavia, a experiência colonial a sua gênese. Como já nos alertou Aimé Césaire, a perplexidade da Europa com o nazismo veio da percepção de que o assassinato e a tortura como práticas políticas poderiam ser repetidas em território europeu, contra os brancos, e não apenas nos territórios colonizados, contra os povos “não civilizados”. Para Césaire, “no fim do capitalismo, desejoso de sobreviver, há Hitler. No fim do humanismo formal e da renúncia filosófica, há Hitler”. [...] E o fato é que o fim do nazismo não significou o fim do colonialismo e nem das práticas coloniais pelos Estados europeus.

janeiro de dois mil e dezoito - quando ele ainda ocupava o cargo político de presidente - em uma reunião com seis senadores na casa branca que tinha como uma das pautas as leis destinadas a garantia de direitos aos imigrantes de origem haitiana e africana.

Não somente nos Estados Unidos da América, as mídias também tem retratado elementos de racismo e xenofobia presentes nas falas dos políticos de vários países. A Gazeta do Povo (2018, s/p) apresentou que mais de dois anos antes do pronunciamento das palavras “países de merda” feito por Donald Trump para se referir ao Haiti e países africanos, no Brasil, o então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro, atualmente Presidente da República²⁸, pronunciou o termo “escória do mundo” para se referir aos imigrantes haitianos, senegaleses, iranianos e bolivianos. Essa mesma reportagem, mostrou que, ao tentar se justificar por um canal no Youtube, esse presidente, declarou que se dependesse de sua gestão, ele tornaria mais rígido o controle “sobre vida pregressa, de sua cultura, de sua educação, de seus costumes” das pessoas imigrantes²⁹, afirmando que elas, quando chegam ao território brasileiro se aliam “à outra escória aqui no Brasil, muitos coligados ao PT, para impor o terror aqui no nosso meio” (GAZETA DO POVO, 2018, s/p).

Essa reportagem, realizada pelo G1, recebeu um comentário, exposto a seguir:

Não entendo porque tanto ódio contra os imigrantes haitianos. Sofreram grave terremoto, eram massacrados pelos ditadores deste país, agora estão buscando um refúgio em nossa pátria e não são aceitos. Que barbaridade, a terra é de todos (COMENTARISTA DA REPORTAGEM DO G1, 2018, s/p).

A identidade da pessoa que realizou esse comentário não está sendo divulgada por essa pesquisa, sendo ela identificada como comentarista da reportagem do G1. As falas presentes nesse comentário apresentam elementos indicativos de um entendimento sobre as vulnerabilidades climática e social que afetaram o Haiti, bem como a defesa pela aceitação e igualdade para os imigrantes haitianos, a expressão “que barbaridade” mostra espanto. Mas, é possível perceber que as ideias presentes nesse comentário foram adversas do que pensam a

²⁸ Infelizmente, o início do mandato do Presidente Jair Messias Bolsonaro inicio no dia um de janeiro de 2019 e termina em 31 de dezembro de 2022.

²⁹ Enquanto Bolsonaro fala, o vídeo exibe um mapa do norte da África e de parte do Oriente Médio, onde aparecem em destaque Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Jordânia, Arábia Saudita, Kuwait, Iêmen, Omã e Djibouti. Nenhum dos países que o deputado inicialmente relacionou à “escória do mundo” – Haiti, Bolívia, Senegal, Irã e Síria – é destacado nesse mapa, até porque nenhum deles fica no norte da África mencionado por Bolsonaro em sua tentativa de esclarecimento. O Haiti fica na América Central, a Bolívia, na América do Sul, Senegal fica na África Ocidental e Irã e Síria, no Oriente Médio (GAZETA DO POVO, 2018, s/p).

maioria das pessoas que reagiram a ele, já que, até o momento, obteve 15 *disliked* e 11 *liked*, ou seja, mais reações de desgosto do que apreciação.

É possível perceber também casos de violência praticada contra imigrantes haitianos no Brasil sempre presente em matérias jornalísticas. Entre elas, destaco uma escrita por Vanessa Ramos (2021) onde ela relata que no dia oito de julho de dois mil e vinte e um, Djimy Cosmeus, um imigrante haitiano, às quatorze horas, na fábrica Brasil Foods (BRF), localizada no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, foi convocado por seu coordenador, chamado Moisés, para assinar uma advertência por acusações de não comparecimento ao local de trabalho no dia anterior, o que se negou, haja vista que ele afirma e tinha comprovações de presença. Diante disso, seu chefe chamou os seguranças que o agrediram fisicamente e verbalmente, proferindo palavras racistas.

Na entrevista realizada por Ramos (2021) sobre essa agressão, Djimy Cosmeus declarou:

Eu gritava para alguém fazer alguma coisa, eles gritavam que estavam me disciplinando. Eu gritei que esse homem iria me matar, eu sentia dores nas costas e fui sendo asfixiado. [...] Eu sou um homem negro. A empresa foi racista, foi violenta e atacou de frente os direitos humanos. Isso tudo poderia ter me levado à morte (RAMOS, 2021, s/p).

O que aconteceu com Djimy Cosmeus não foi um fato isolado, nem algo inerente ao comportamento de uma pessoa ou de um grupo. Almeida (2019) explica que a ideia de que o racismo é algo apenas do caráter e comportamento individual pode ser frágil e limitada, já que desconsidera “o fato de que as maiorias das desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes político, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem” (ALMEIDA, 2019, p. 37). Conforme esse autor, o racismo é um crime e aqueles que o pratica devem ser responsabilizados, mas precisamos considerar que eles não agem isoladamente, as sociedades e suas instituições influenciam e fomentam esse ato.

Perceber o racismo a partir de uma concepção institucional, requer compreender que ele não se resume a um comportamento individual. A concepção institucional do racismo, de acordo com Almeida (2019), entende que ele se origina a partir do funcionamento das instituições, que confere, direta ou indiretamente, privilégios e desvantagens com base na raça. Nessa concepção, esse autor entende que as organizações moldam o comportamento das pessoas, influenciando por exemplo na sua tomada de decisão, forma de pensar, nos seus sentimentos e nas preferências, contribuindo para a manutenção de determinados grupos em posição de superioridade aos outros.

Por isso, é comum percebermos grupos raciais formados por pessoas brancas, por vezes de origem europeia, no domínio de instituições brasileiras. O domínio por esses grupos raciais acontece tanto nas instituições públicas - como no legislativo, executivo, judiciário, reitorias de universidade, ministério público, justiça federal, entre outros - quanto nas privadas no que se refere a ocupação de cargos de liderança, por isso, dificilmente encontraremos no Brasil pessoas negras em cargos políticos ou de direção. Segundo Almeida (2019), a ascensão de pessoas negras e mulheres é dificultada por regras, direta ou indiretamente impostas, bem como pela ausência de espaços que discutam a desigualdade racial e de gênero na ocupação de cargos de direção.

Portanto, a raça e o racismo definem as identidades haitianas de modo que seus elementos identitários, motivo de orgulho para essa população, são depredados e inferiorizados pelas demais. Sobre as pessoas haitianas recaem as formas implícitas e explícitas de xenofobia, sexismo, racismo, preconceito e discriminação racial, bem como, o peso de ter lutado, e influenciado as pessoas negras a lutar, contra o sistema escravocrata. Esses elementos, que compõem suas identidades, todo esse cenário fomentado pela discriminação e xenofobia, gera consequências às pessoas haitianas, como a ausência de oportunidade, ser foco de violências e impactam nos sentimentos de bem-estar e autoestima.

3 AUTOESTIMA

Com os fluxos migratórios, as pessoas migrantes são inseridas em um novo contexto social, ou seja, em uma nova realidade. No caso da mulher haitiana, que não possui marcadores identitários idealizados em muitos países de acolhimento como é no Brasil, essa inserção demanda muitos enfrentamentos, como a rejeição, inferiorização, negação de suas características naturais, desigualdade de gênero e raça, entre outros. Apropriar-se dessa nova realidade pode produzir sentimentos diversos, como a diminuição da autoestima.

Diante disso, torna-se cada vez mais relevantes os debates entorno dos temas identidade e autoestima das mulheres negras imigrantes. Por isso, estruturei esse capítulo em dois subtópicos, sendo o primeiro denominado “iniciando a reflexão sobre a autoestima e percepções identitárias”; e o segundo “as construções sobre o corpo das mulheres haitianas”. Pretendo, com esse capítulo dar visibilidade sobre como as percepções alheias e interiorizadas impactam nas construções sobre o corpo que representa a identidade negra.

Os tópicos desse capítulo apresentam aspectos fundamentais sobre a autoestima e identidade. No primeiro subtópico, exponho um fundamento mais teórico sobre a relação existente entre a autoestima e identidade, no segundo mostro esse tema no cotidiano da vida

das mulheres haitianas. Para tanto, no decorrer do capítulo, faço uso de figuras que me permitem comparações e imagens reais da vida das haitianas no Haiti.

3.1 INICIANDO A REFLEXÃO SOBRE A AUTOESTIMA E AS PERCEPÇÕES IDENTITÁRIAS

É moda falar de autoestima, estando ela sempre presente como tema de livros que compõem, principalmente, a seção de autoajuda e motivacional das livrarias. Esse fato também acontece nos sites, ao realizar buscas na internet por referenciais que pudessem contribuir para a construção desse tópico, fui tomada pelo susto, já que identifiquei a autoestima sendo, por vezes, abordada como uma mágica, um mérito, dom e em uma “receita de bolo” - onde se fornecem o “passo a passo” para elevar a autoestima. Confesso que esses achados me causaram um bloqueio, já que permaneci por mais tempo do que o planejado procurando e selecionando cautelosamente os referenciais que abordassem a autoestima embasada na cientificidade e não no senso comum.

Justamente por se tornar moda, é possível encontrar o tema da autoestima sendo trabalhado em diversas áreas do conhecimento humano. Nas minhas buscas realizadas pela internet, o identifiquei em estudos diversos, tais como sobre os anjos, a defesa do uso de florais e regressão da memória – sendo principalmente abordada em estudos, palestras e anúncios de trabalho de diferentes profissionais como os religiosos, coach’s, hipnólogo, tarólogo e astrólogo. Apesar de reconhecer a importância desses estudos e profissões, a maioria das pesquisas encontradas foram refutadas, sobretudo, por considerarem a autoestima como resultado das ações individuais e não coletiva pertinente a realidade em que as pessoas estão inseridas.

Ao contrário dos estudos refutados, nessa dissertação, procuro abordar a autoestima de dentro e de fora. A adoção dessa abordagem em estudos científicos se faz necessária, já que conforme Nathaniel Branden (1997), esses dois elementos é que formam a autoestima, ou seja, ela é construída pelos fatores internos (que estão dentro das pessoas ou por elas são gerados como são as crenças, ideias, práticas e comportamentos) e externos (aqueles que estão presentes na realidade, como são as mensagens transmitidas pelas pessoas, organizações e cultura que nos cercam). Portanto, a formação da autoestima tem influência tanto da própria pessoa quanto dos componentes que estão presentes no contexto em que ela vive.

Para melhor compreensão dos leitores e leitoras dessa dissertação, destaco o conceito de autoestima elaborado por Nathaniel Branden (1994), a saber:

Ela tem dois componentes: o sentimento de competência pessoal e o sentimento de valor pessoal. Em outras palavras, a auto-estima é a soma da autoconfiança com o auto-respeito. Ela reflete o julgamento implícito da nossa capacidade de lidar com os

desafios da vida (entender e dominar os problemas) e o direito de ser feliz (respeitar e defender os próprios interesses e necessidades) (BRANDEN, 1994, p. 1).

Esse conceito, elaborado por Branden (1994), considera a autoestima como a junção de dois sentimentos, sendo eles a confiança e o respeito por si próprio. Ao definir a autoestima, é preciso evitar o equívoco de compreender seu desenvolvimento como algo que depende exclusivamente da vontade das pessoas, bastando simplesmente que elas confiem em si e se respeitem, como sempre é pautado nos referenciais de autoajuda e motivacional que abordam essa temática. Em sua geração, os fatores internos e externos desenvolvem um papel primordial, por isso, ela não depende tão somente de desejo próprio.

A seguir destaco outro elemento do conceito mais específico da autoestima que complementa a definição exposta anteriormente:

Em específico, autoestima é: [...] confiança na nossa capacidade de pensar; confiança em nossa habilidade de dar conta dos desafios básicos da vida; e [...] confiança em nosso direito de vencer e sermos felizes; a sensação de que temos valor, e de que merecemos e podemos afirmar nossas necessidades e aquilo que queremos (BRANDEN, 1997, p. 22).

A essência da autoestima, de acordo com Branden (1997), é a confiança que as pessoas possuem em si mesmas e o entendimento de que são merecedores ou merecedoras da própria felicidade. É um mito a ideia de que a autoestima se constitui em um dom que pode ser simplesmente reivindicado em um passe de mágica – como é muito enfatizado nos referenciais motivacionais que abordam esse tema. A construção da autoestima elevada, segundo esse autor, não é tão fácil e simples assim, ao contrário, é complexa e morosa, pois depende significativamente das interações sociais.

É importante compreender como os níveis da autoestima oscilam, sendo explicado a seguir:

Ter uma auto-estima elevada é sentir-se confiantemente adequado à vida [...]. Ter uma auto-estima baixa é sentir-se inadequado à vida, errado, não sobre este ou aquele assunto, mas ERRADO COMO PESSOA. Ter uma auto-estima média é flutuar entre sentir-se adequado ou inadequado, certo ou errado como pessoa e manifestar essa inconsistência no comportamento, [...] reforçando, portanto, a incerteza (BRANDEN, 1994, p. 01, grifo do autor).

Tanto a própria formação da autoestima, quanto a oscilação de seus níveis, dependem significativamente das interações sociais. Conforme Gisele da Silva Fernandes (1994), a socialização possibilita que as pessoas percebam as opiniões alheias a seu respeito, identifiquem quais são os elementos que constitui o seu corpo e diferenciem das demais, manifestem seus

desejos e criem expectativas do que podem ser e de onde querem chegar. Para essa autora, isso contribui tanto para a formação da autoestima quanto da identidade, pois geram sentimentos de pertencimento, autodefinição, autoconfiança, de valor e merecimento.

Os sentimentos da autoconfiança e de merecimento da felicidade estão totalmente relacionados com as identidades. Fernandes (1994) explica que as percepções que as pessoas possuem sobre si mesma são capazes de lhes provocarem diversos sentimentos, tais como orgulho ou vergonha, autoconfiança ou autodesconfiança, seguranças ou inseguranças e o julgamento de ser capaz e merecedor da própria felicidade. Portanto, a autoestima, compreendida como a confiança em si mesmo e o julgamento de merecimento, é resultante de, entre outros fatores, como as pessoas se percebem, se definem e se identificam.

Ao mesmo tempo que a socialização é importante para a construção da identidade e autoestima, essas, por sua vez, também são relevantes para a socialização. Sobre isso, Branden (1994) explica que as relações que as pessoas possuem em seu cotidiano são sempre determinadas por como elas definem quem são e quais julgamentos fazem sobre si - o que influi, por exemplo, em suas ações do trabalho³⁰, relações conjugais³¹, atitudes realizadas enquanto pais ou filhos e no crescimento pessoal³². Dessa forma, esse autor assevera que “a autoestima é a chave para [...] para entendermos a nós mesmos e aos outros” (BRANDEN, 1994, p. 1).

Apesar de reconhecer a relação existente entre identidade e autoestima, é preciso destacar que não se trata dos mesmos sentimentos, possuindo entre si diferenças e semelhanças. Entre as

³⁰ A questão da autoestima se faz pertinente as relações de trabalho. Branden (1997) descrevem vários exemplos, entre eles destaco: “um homem conhece seu novo patrão – e está aborrecido e zangado porque é uma mulher. Sente-se ferido e diminuído em sua masculinidade. Fantasia-se degradando-a sexualmente – “colocando-a em seu lugar”. Sua sensação de estar sendo ameaçado revela-se num sombrio e dissimulado comportamento não corporativo. [...] Seria difícil encontrar um sinal mais claro de baixa auto-estima que a necessidade de perceber os outros como inferiores. Um homem cuja noção de “poder” está fixada no nível da “dominação sexual” é alguém que tem medo de mulheres, tem medo da própria capacidade e da autoconfiança, tem medo da vida (BRANDEN, 1997, p. 32).

³¹ Branden (1997) explica que “não é difícil perceber a importância da autoestima para o sucesso no âmbito dos relacionamentos íntimos. Não existe barreira maior para a felicidade romântica do que o medo de não ser merecedor de amor e de estar fadado ao sofrimento. Medos como esse dão origem a profecias que acabam de se cumprir. Se eu tenho uma sensação fundamental de eficiência e valor, e se me sinto capaz de ser amado, terei, então, uma base para apreciar e amar os outros. O relacionamento amoroso será natural; à benevolência e atenção à outra pessoa serão naturais. Tenho alguma coisa para dar; não estou preso a sensações de deficiências; tenho uma espécie de “excedente” emocional que posso canalizar para o amor. E a felicidade não me deixa ansioso. Confiar em minha competência e em meu valor, e na capacidade do outro para reconhecê-los e apreciá-los, também da origem a profecias que terminam por realizar” (BRANDEN, 1997, p. 26)

³² Branden (1994) explica a relação existente entre crescimento e autoestima: “No processo de crescimento e no processo de vivenciar esse crescimento, é muito fácil que nos alenemos do autoconceito positivo (ou que nunca formemos um). Poderemos nunca chegar a uma visão feliz de nós mesmos devido a informações negativas vindas dos outros, ou porque falhamos em nossa própria honestidade, integridade, responsabilidade e autoafirmação, ou porque julgamos nossas próprias ações com uma compreensão e uma compaixão inadequadas” (BRANDEN, 1994, p. 1)

distinções, Lucia Moysés (2014) destaca que o autoconceito (um elemento identitário) é as percepções que as pessoas possuem sobre si mesma, enquanto a autoestima se refere a compreensão que elas possuem acerca do seu próprio valor. Sobre suas semelhanças, essa autora salienta que ambos influenciam o comportamento, sendo tanto a identidade importante para a formação dos sentimentos de valores, quanto a autoestima para o entendimento de quem somos, ou seja, do autoconceito, da identidade.

Encontrei uma outra definição de autoconceito e autoestima que complementa a concepção destacada anteriormente, a saber:

Nosso AUTOCONCEITO é quem e o que consciente e inconscientemente achamos que somos – nossas características físicas e psicológicas, nossos pontos positivos e negativos e, acima de tudo, nossa auto-estima. A auto-estima é o componente AVALIADOR do autoconceito (BRANDEN, 1994, p. 10, grifo do autor).

Como o próprio nome indica, o autoconceito resulta dos processos de cognição, ou seja, das percepções - que estão sujeitas a um conjunto de fatores internos e externos. Lucia Moysés (2014) considera que o primeiro fator que influencia na formação do autoconceito é a opinião alheia que as pessoas colhem a seu respeito, o que se soma às avaliações que elas fazem de seu desempenho, habilidades, atitudes e características pessoais. É assim que, segundo a autora, se forma na nossa estrutura cognitiva as identificações, os sentimentos de valor que às pessoas possuem sobre si mesmas.

A opinião alheia é um fator determinante tanto para formação da identidade quando da autoestima:

a percepção dos outros a respeito dos papéis sociais desempenhados pela pessoa influencia o sentimento que ela tem sobre si mesma, reforçando a maneira pela qual se sente, em um verdadeiro processo de retroalimentação. A expectativa dos outros sobre o comportamento da pessoa influencia o desenvolvimento da auto-estima elevada ou não (FERNANDES, 1994, p. 73).

Como as pessoas percebem a si mesmas, é determinado por como elas realmente identificam que são, o que idealmente gostariam de ser e o que os outros gostariam que ela fosse (FERNANDES, 1994). Nas opiniões alheias, estão sempre presentes os discursos racistas, sexistas e xenofóbicas que buscam, sobretudo, desqualificar a identidade das pessoas negras, impondo-lhes qual é o seu lugar no mundo e qual papel ela deve exercer na sociedade, influenciando em suas autopercepções. As expectativas de terceiros, que disseminam discursos opressores, resultam na diminuição da autoestima daqueles que tem suas identidades inferiorizadas.

As percepções alheias construídas em sociedades que dominam o sistema opressor racista, sexista e xenofóbico influenciam em uma autoestima baixa das minorias sociais. Nesse tipo de sociedade, as mulheres negras imigrantes tem sua autoestima afetada pelas desigualdades existentes em razão de suas identidades, provocada por situações como: não ser representada nos espaços midiáticos e políticos, ter sua aparência física rejeitada, dificilmente encontrar oportunidades de trabalho, permanecer realizando apenas as atividades domésticas sem ser a sua própria vontade, diferença de remuneração e escolaridade em comparação aos homens. Esses são poucos exemplos, mas esses sistemas afetam a vida dessas mulheres em vários setores de sua vida, o que determina o nível de sua autoestima.

Nas percepções alheias sobre as mulheres haitianas, a questão da aparência física, o que elas parecem ser, sempre está presente nos pré-julgamentos realizados a elas. Conforme Fernandes (1994), a aparência corporal se refere às percepções que as pessoas possuem sobre sua estrutura física, ou seja, a qualificação que elas atribuem ao seu próprio corpo. Ela não é sinônimo de autoestima, mas é um de seus indicadores, já que, segundo essa autora, as pessoas com características desvalorizadas tendem a ter uma autoestima diminuída.

Existe uma relação entre autoestima e a aceitação do corpo, fundamentada sobretudo, no padrão de beleza socialmente construído e idealizado. Os níveis de autoestima, segundo Fernandes (1994), oscilaram de acordo com, entre outros fatores, as mudanças que acontecem na estrutura física do ser humano, possuindo como referência as idealizações corporais construídas socialmente. Assim, se uma pessoa não possuir esse padrão de beleza e não aceitar seu corpo, a tendência é de obter uma autoestima baixa, o contrário também acontece, pois se houver esse padrão e essa aceitação, é possível que a autoestima seja elevada.

Fernandes (1994) observou algumas preocupações que as mulheres normalmente possuem com o seu corpo que influem na oscilação dos níveis da sua autoestima, a saber:

a mulher manifesta uma forte preocupação com as transformações que ocorrem em seu próprio corpo. A mulher reporta-se à menopausa, ponderando que esta vem acompanhada pela ideia de doença, de velhice, de feiura, de fim da atividade sexual. Acrescentando-se, ainda ao mito feminino em torno da esposa atraente, sedutora e o fato de que o feminino inclui o juvenil (FERNANDES, 1994, p. 75).

É preciso considerar que as idealizações a respeito do corpo, que resultam na oscilação dos níveis de autoestima, se modificam constantemente. Sobre isso, Fernandes (1994) explica que o padrão de beleza se altera em cada sociedade, bem como, em uma mesma sociedade em diferentes tempos. Essas considerações, me estimulam a fazer os seguintes questionamentos: quais as diferenças existentes entre as idealizações do corpo construídas no Brasil e no Haiti? Como a não

aceitação desse padrão corporal haitiano influem na autoestima das mulheres haitianas que imigram para o Brasil? Buscarei responder essas indagações nos próximos tópicos dessa dissertação.

A autoestima elevada é uma necessidade básica de todos os seres humanos, independentemente de suas características naturais. Sobre isso, Branden (1997) destaca que “a autoestima tem uma participação essencial do processo da vida; que é indispensável ao desenvolvimento normal e saudável; que tem valor de sobrevivência” (BRANDEN, 1997, p. 38). A baixa autoestima, segundo esse autor, não implica necessariamente no óbito³³, mas prejudica as capacidades que o corpo tem de funcionar - as pessoas precisam da elevação da autoestima, assim como, necessitam do oxigênio, alimento e sono para sua subsistência humana.

De acordo com Branden (1997), a baixa autoestima provoca algumas consequências no corpo humano, como destacado a seguir:

Além de problemas biológicos, não consigo pensar em uma única dificuldade psicológica – da ansiedade e depressão ao medo da intimidade ou do sucesso, ao abuso de álcool ou drogas, às deficiências na escola ou no trabalho, ao espancamento de companheiros e filhos, às disfunções sexuais ou à imaturidade emocional, ao suicídio ou aos crimes violentos – que não esteja relacionada com uma auto-estima negativa. De todos os julgamentos que fazemos, nenhum é tão importante quanto o que fazemos sobre nós mesmos. A auto-estima positiva é requisito importante para uma vida satisfatória (BRANDEN, 1997, p. 19).

Faz parte da natureza humana o desenvolvimento da autoestima, sendo todos capazes de desenvolvê-la. Conforme Branden (1994), idealmente todos deveriam desfrutar da autoestima elevada, confiando em si mesmo e se sentindo merecedor ou merecedora da própria felicidade. Contudo, a realidade é que muitas pessoas “sofrem de sentimentos de inadequação, insegurança, dúvida, culpa e medo de uma participação plena na vida – um sentimento vago de “eu não sou suficiente”, o que por vezes não é demonstrado pelas pessoas, mas causam-lhes consequências implícitas ou explícitas (BRANDEN, 1994, p. 17)

Ao mesmo tempo, a autoestima elevada proporciona muitos benefícios às pessoas. Segundo Branden (1994), aquelas que possuem a autoestima elevada têm maior possibilidade de enfrentar com eficácias as problemáticas da vida; facilidade de resistir ao desespero e as derrotas; apresenta criatividade, principalmente, relacionada ao trabalho; possibilidade da manutenção das

³³ “Devemos notar que algumas vezes, a falta de auto-estima pode de fato resultar em morte, de uma maneira nitidamente direta – por exemplo, ao usar drogas em excesso, ao dirigir um carro de maneira perigosa, ao permanecer com um cônjuge mortalmente violento, ao participar de guerras entre gangues, ou no suicídio. Entretanto, para maioria as consequências da auto-estima baixa são mais sutis, menos diretas, mais tortuosas. Precisamos de uma boa dose de reflexão e auto-exame para avaliar como a opinião mais profunda que temos de nós revala-se nas dez mil escolhas que compõe o nosso destino” (BRANDEN, 1997, p. 39).

relações saudáveis e não destrutivas³⁴; tratamento respeitoso direcionado aos outros³⁵; sentimento de alegria em situações simples da vida. Essas são, basicamente, os resultados que a autoestima elevada provoca.

Portanto, segundo Fernandes (1994), a identidade e autoestima possuem semelhanças, entre as quais destaco que elas não são fixas e encontram-se em mudanças contínuas. As oscilações da autoestima são substancialmente influenciadas pela forma como as pessoas interiorizam as opiniões alheias, se definem, sentem as opressões que marcam as suas identidades e percebem o êxito e o fracasso presentes na sua trajetória de vida. A aparência física (elemento identitário) exerce um importante papel no desenvolvimento da autoestima, por isso, cabe compreender as construções sociais feitas sobre o corpo negro feminino haitiano, que serão abordadas no tópico a seguir.

3.2 AS CONSTRUÇÕES SOBRE O CORPO DAS MULHERES HAITIANAS

Existem características do corpo das pessoas (como cor e formato de cabelos, olhos, tons de pele; contorno do nariz, queixo e cabeça) que marcam as identidades e são subsídios para as teorias racistas. Segundo Nina Lino Gomes (2019), o racismo separa as pessoas a partir de suas identidades, hierarquizando aquelas que possuem marcadores identitários da população negra como aquém daqueles considerados pertencentes a outras populações - por exemplo a branca e a amarela. Para essas ideias, “a cor preta é tida como uma essência que escurece, tingindo negativamente a mente, o espírito, as qualidades morais, intelectuais e estéticas das populações não-brancas, em especial as negras” (GOMES, 2019, p. s/p).

Há uma relação entre corpo humano, racismo e hierarquização das identidades, a saber:

“Nosso” corpo e seus atributos constituem o suporte a sede material de qualquer processo de construção da identidade. Através das relações “raciais” no Brasil como em outras partes do mundo marcadas pelas práticas racistas, aos negros foi atribuída uma identidade corporal inferior que eles introjetaram, e os brancos se autoatribuíram uma identidade corporal superior (GOMES, 2019, s/p).

Com a formulação das teorias racistas, segundo Gomes (2019), as características do corpo negro foram desconsideradas belas, sendo socialmente construído o referencial de beleza com base

³⁴ Isso porque conforme Branden (1994, p. 2), “assim como o amor atrai o amor, a saúde atrai a saúde, e a vitalidade e a comunicabilidade atraem mais do que o vazio e o oportunismo”.

³⁵ Segundo Branden (1994, p. 2) isso ocorre porque “não os vemos como ameaça, não nos sentimos como “estranhos e amedrontados num mundo que nós jamais criamos” (citando um poema de A. E. Housman), uma vez que o auto-respeito é o fundamento do respeito pelos outros”.

nos adjetivos da população branca. Esse padrão, fundamentou, e ainda fundamenta, várias práticas, em especial as consideradas da área da saúde como exemplo cito os procedimentos estéticos e biomédicos. Por não se enquadrar nesse padrão, conforme essa autora, a população negra sofre constante pressão psicológica para mantê-lo e reproduzi-lo, introjetando e internalizando o estereótipo de não belo socialmente atribuído ao seu corpo, enquanto a branca se beneficia das vantagens de ser referência de beleza.

De acordo com Gomes (2019), no Brasil, existem os padrões ideal e real de beleza, sendo o ideal aquele que apresenta características específicas da população branca, enquanto o real é negro ou mestiço. Essa autora considera que o corpo é uma matéria maleável, pela estética por exemplo, assim como é a argila e madeira, aceitando diferentes modelagens. As mudanças feitas sobre o corpo, segundo essa autora, podem ser tanto para camuflar as características negras, quanto para enfatizá-las como símbolos de orgulho e resistência.

Na contemporaneidade, esse padrão ideal e real de beleza também se faz presente na sociedade haitiana, como evidencia Frantz Rousseau Déus (2021, p. 25):

Admitindo-se a corroboração dos estereótipos que caracterizam a beleza ideal promovida pelo mundo euro-americano no fenômeno da despigmentação, [...] a sociedade haitiana pós-escravização se constituiu sobre a representação que tende a supervalorização da pele clara em detrimento da pele preta. Essa ideia aqui mencionada seria o ponto de partida para entender o que alimenta muitos/as haitianos/as um sentimento de inadequação estética, um tipo de não aceitação da cor preta como bonita, que produz nelas/as o desejo de aproximar-se da cor valorizada e considerada como símbolo da beleza por excelência.

Déus (2021) relata uma prática social efetuada no território haitiano, assim como em muitos outros formados pela maioria negra. Trata-se do fenômeno contemporâneo da despigmentação voluntária³⁶, que consiste no uso, por iniciativa própria, de cosméticos e técnicas para tornar a pele mais clara e diminuir sua negritude, tentando se aproximar da aparência das pessoas brancas caucasianas, que são consideradas socialmente como as merecedoras de sucesso. Um dos motivos, constatado por esse autor, para se submeter ao branqueamento voluntário é a tentativa de elevar a autoestima.

A pressão psicológica para modificar as características naturais do corpo negro atinge a todos, mas, conforme Fernandes (1994), ocorre com maior intensidade em mulheres, os homens são menos cobrados em relação a seu padrão de beleza. Quando se trata de mulheres imigrantes haitianas, essa pressão pode ser ainda maior, já que, a desigualdade de gênero atinge, e sempre

³⁶ “Em muitos países como o Haiti, pioneiro na defesa da negritude, observar pessoas em todas as camadas sociais usando produtos cosméticos e industriais e outras técnicas para diminuir a negritude da pele parece um paradoxo” (DÉUS, 2021, p. 88).

atingiu, seu corpo e as percepções que foram construídas sobre ele em sua trajetória de vida. Um dos motivos que fazem elas imigrarem para o Brasil é a ideia de que ele é um paraíso racial e de gênero, não encontrando essa realidade que esperavam ao imigrarem.

No Haiti, assim como em muitos outros países, a hierarquia entre homens e mulheres está presente em várias práticas e setores da sociedade. Um exemplo disso, citado por Adriano Alves de Aquino Araújo (2015), está na própria organização familiar haitiana para as refeições, os homens tem prioridade na alimentação, as mulheres só consomem alimentos após eles saciarem a sua fome, seguindo ainda a ordem por faixa etária, assim, quando há insuficiência de comida, elas não conseguem sanar essa necessidade fisiológica. Na sociedade haitiana, como em muitas outras, as mulheres permanecem aquém dos homens, como mostrou as abordagens da pesquisa de campo dessa dissertação.

Existe também uma priorização do acesso aos homens nos espaços institucionais em comparação às mulheres no Haiti. Isso porque, conforme Renata de Melo Rosa (2007), além da prevalência da ideia de que as mulheres devem permanecer restritas aos limites do espaço doméstico, a educação nesse país é paga, o que, dependendo do poder aquisitivo da família, influi na priorização, por parte dos responsáveis familiares, do ingresso das crianças do sexo masculino na escola. O espaço educacional, conforme a autora, é essencial para o acesso às demais instituições, já que é na escola que se aprende a linguagem usada nos bancos e órgãos públicos, isto é o francês, em casa outra língua é falada, sendo ela o crioulo.

Em relação ao casamento, as mulheres no Haiti, até meados do século XX, não podiam escolher o seu próprio companheiro, já que tinham seus pretendentes selecionados por seus responsáveis. De acordo com Araújo (2015), a família do homem haitiano procurava a da mulher para propor acordos em relação ao casamento, ficando a critério dos responsáveis familiares a opção de aceitá-los ou refutá-los. Segundo esse autor, o que se sabe é que, atualmente, essa prática está em desuso na capital, não sabendo informar sobre o seu uso nas regiões do interior do país.

No que se refere ao trabalho realizado pelas mulheres haitianas, a figura a seguir apresenta uma das atividades mais desenvolvidas:

Figura 15 – Mulheres nas ruas do Haiti vendendo produtos de primeira necessidade.



Fonte: Rosa (2007, p. 73).

Por mais que no Haiti, assim como em muitos países, existam postos de trabalho destinados às mulheres, normalmente, eles são precários ou não estão separadas do âmbito doméstico. Conforme Araújo (2015), elas são responsáveis por manter a economia familiar, seja vendendo a sua própria força de trabalho (principalmente nas plantações, colheitas e vendas de produtos de primeira necessidade nas ruas - caminhando por percursos longos, sobre quaisquer condições climáticas) ou gerando cuidados aos homens para que eles possam força de trabalho para vendê-la. Por sua importância na economia familiar, no Haiti, elas são chamadas de “*Poto Mitan*”, que significa na tradução da língua portuguesa: “Pilar Central”.

Os efeitos da vulnerabilidade social que atinge o Haiti, segundo Araújo (2015), afetam tanto os homens, quanto as mulheres haitianas. Contudo, como aos homens não é atribuída a responsabilidade de cuidados aos filhos e lares, se torna mais fácil e econômico eles imigrarem sozinhos em busca de subsistência humana e melhores condições de vida. Normalmente, quando seus companheiros imigram, as mulheres assumem mais responsabilidades no comando da casa ou também imigram, sendo os serviços dos atravessadores de pessoas mais usados por elas e crianças do que por homens, é o que considera esse autor.

Para Rosa (2007) existem ainda outras motivações que justificam os números elevados de homens que imigram em comparação às mulheres. Essa autora explica que os homens, embora sejam também afetados pelas vulnerabilidades que atingem o Haiti, eles são os que mais imigram por encontrar nos países de acolhimento redes de solidariedades masculinas mais consolidadas, enquanto as mulheres não possuem igual suporte - o que torna a imigração mais difícil para elas. É preciso considerar ainda outras dificuldades encontradas pelas mulheres, como a “fragilidade nas redes de cooperação femininas de incentivo à imigração e na falta de ocupação feminina diferente e com melhores ganhos” (ROSA, 2007, p. 73).

Ao citar a imigração realizada para a República Dominicana, o que pode também representar a realidade em outros países de acolhimento, Rosa (2007, p. 73) considerou:

O número reduzido do grupo haitiano feminino, invisibilizado e negado na sociedade dominicana responde, em grande medida, às estratégias de reação à haitianofobia, muito distintas entre haitianos e haitianas. A imagem construída sobre a mulher haitiana no imaginário dominicano, as concebe como mulheres “atrasadas”, oriundas de um universo rural marcado por um recorte ideológico basicamente não ocidental.

Como evidenciado no item anterior dessa dissertação, as percepções alheias a respeito do corpo negro contribuem significativamente tanto para a construção das suas identidades quanto de sua autoestima. Isso porque, de acordo com Gomes (2019), a formação identitária e autovalor das pessoas negras não depende exclusivamente das próprias percepções, mas, sobretudo, de como os outros as percebem. Essa relação do “eu” negro com o outro, mediada pelas características naturais, é complexa, conflituosa e tensa, construída ao longo da história, influenciando a maneira com que as pessoas negras se definem e percebem o seu próprio valor.

Na República Dominicana, o que também pode acontecer em outros países de acolhimento, o corpo negro da mulher imigrante haitiana tem os seus estereótipos, que demarcam distinções, a saber:

O diacrítico mais utilizado para esta marcação simbólica está no modo de construção dos cabelos. Enquanto as haitianas aderem às tranças, as dominicanas, em sua quase totalidade aderem ao alisamento total dos cabelos. Esta distinção refletiria também a “escala evolutiva” que separa as dominicanas das haitianas: enquanto as primeiras estão em perfeita sintonia com a moda das afro-americanas, as últimas, por “falta de opção” ou por não saberem o que fazer com o cabelo, utilizam tranças. Em nenhum momento, o modo de construção dos cabelos das haitianas é visto como uma opção estética ou como um modo de construção legítima do feminino (ROSA, 2007, p. 73).

De acordo com Rosa (2007), para as mulheres haitianas, o cabelo representa o principal marcador da sua identidade étnica. Por outro lado, existe uma forte pressão para que elas

modifiquem a maneira com que arrumam os seus cabelos, sob o risco de não serem aceitas nos países de acolhimento. Os estereótipos entorno do corpo das haitianas, entre outros elementos, fazem com que a socialização dessas mulheres nos diversos países de acolhimentos seja conflituosa.

Um dos elementos mais importantes que marcam o ser feminino haitiano é a apresentação do cabelo. De acordo com Gomes (2019), no sistema escravocrata uma das formas de violência aplicada contra a população negra escravizada era a raspagem do cabelo, particularmente para a pessoa escravizada esse ato representava uma forma de mutilação, já que na cultura africana, o cabelo era um elemento que marcavam suas identidades e lhes davam dignidade. Ao longo do tempo esse significado, dado ao cabelo, ganhou novos contornos e permanece fortalecido no período atual, é o que considera essa autora.

Os estereótipos socialmente construídos em relação ao cabelo negro, bem como, as alterações nele realizado tem suas expressões:

O cabelo negro visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou introjeção desse. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo (GOMES, 2019, s/p).

Para Rosa (2007), em muitos países, como na República Dominicana e no Brasil, é frequente a prática de alisar os cabelos. Segundo a autora, a prática desse ato pode representar o rito da passagem de crianças para a adolescência, sendo ela realizada principalmente nos salões de beleza – que cumpre o seu papel de modificar o corpo das pessoas. Em contrapartida, essa autora revela que no Haiti elas costumam traçar os seus cabelos e fazem isso em casa ou nas ruas, contando com o apoio de outra mulher.

Para melhor ilustrar o penteado utilizados pelas mulheres haitianas, apresento a imagem a seguir:

Figura 16 – O cuidado do cabelo das Haitianas em Porto Príncipe – Haiti.



Fonte: Rosa (2007, p. 74).

A figura anterior apresenta duas mulheres, uma trançando o cabelo³⁷ da outra nas ruas de Porto Príncipe, Haiti - o que pode representar um ato de solidariedade entre elas. Mas, nos países de acolhimento, normalmente, segundo Rosa (2007) não é esse o sentimento que elas encontram, pelo contrário, existe uma vigilância em relação ao corpo feminino que impõe que elas mudem as cores das suas vestimentas, o penteado de seus cabelos, o uso ou desuso de maquiagens. Essa autora explica que os marcadores das identidades haitianas são controlados de forma sistemática, tanto pelos homens haitianos, quanto pela sociedade que as acolhem.

O corpo humano (as suas características, identidades e autoestima) não pode ser pensado apenas como uma construção biológica, mas, também, psicológica, social, cultural, histórica e política. No Brasil - um dos países de acolhimento da população haitiana - conforme Gomes (2019), o corpo negro e os seus componentes, como é o cabelo crespo, se constituem em expressões e, ao mesmo tempo, símbolos da identidade negra³⁸. O conjunto dessas características,

³⁷ A maioria das participantes da pesquisa de campo estavam com o cabelo trançado, sendo suas características detalhadas no último capítulo dessa dissertação.

³⁸ “A identidade negra é entendida, [...] como um processo construído historicamente em uma sociedade que compadece do racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como processo identitário, ela se constrói em contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo” (GOMES, 2019, s/p).

proporciona a formação social, ideológica, política e cultural da beleza negra – um conceito criado pela comunidade negra.

De acordo com Gomes (2019), a formação das identidades negras foi marcada por tensões e conflitos, dado o racismo que assume tanto características violentas, quanto de sutileza. Nesse contexto dificultoso, a população negra criou expressões de resistência, continuando, valorizando e recriando as referências de marcadores identitários herdados dos africanos. É assim, que o corpo e os atributos da população negra são considerados, ao mesmo tempo, mecanismos de resistência e expressão sociocultural, bem como, de negação, rejeição e opressão – por exemplo, a reprodução dos penteados feitos pela população africana representam atos de expressão identitária e resistência ao branqueamento.

As consequências do controle severo sobre o corpo negro das mulheres haitianas contêm efeitos das percepções alheias, como é a diminuição da autoestima. Rosa (2007) considerou que existem muitas dificuldades enfrentadas pelas mulheres haitianas para serem integradas nos diversos países de acolhimento, entre elas a autora destaca os estereótipos que socialmente foram construídos sobre o seu corpo. Para essa autora, são nítidos os fatores externos que tentam controlar o corpo das mulheres por serem “um feminino negro indesejável aos olhos do masculino [dos países de acolhimento], [...] [e] pela vigilância dos próprios haitianos imigrantes, que controlam a sexualidade das haitianas, como se fosse [...] parentes próximas” (ROSA, 2007, p. 76).

Para Gomes (2019) existe uma forma de desvencilhar do contexto de inferiorização imposto pela sociedade:

Ora, para libertar-se dessa inferiorização, é preciso reverter a imagem negativa do corpo negro, através de um processo de desconstrução da imagem anterior e a reconstrução de uma nova imagem positiva. Ou seja, construir novos cânones da beleza e da estética que dão positividade às características corporais do negro (GOMES, 2019, s/p)

Portanto, essa autora propõe algo complexo e necessário diante do contexto de baixa autoestima das mulheres negras em decorrência dos estereótipos socialmente atribuídos ao seu corpo. Para ela, torna-se necessário reassumir a negritude que marcam as identidades fazendo uso de técnicas e artes presentes no corpo com base na africanidade, “não somente no sentido de continuidade, mas também no sentido de operação de decodificação/recodificação e reinterpretação no universo da diáspora africana” (GOMES, 2019, s/p). Isso, pode ser um meio de valorizar as características naturais do corpo humano e por isso ser um mecanismo de resistência frente aos ataques que a população negra vem sofrendo.

4. COMPREENDENDO AS IDENTIDADES E AUTOESTIMA DAS HAITIANAS EM PARANAÍ – PARANÁ

Esse capítulo apresenta os elementos de identidade e autoestima construídos durante a trajetória de vida de mulheres haitianas que habitam no município de Paranaíba, Paraná. Ele contém um subtópico, que busca conhecer as identidades e autoestima dessas haitianas. Ele apresenta o resultado da pesquisa de campo.

A respeito da pesquisa de campo, Minayo (2002, p. 26) realiza importantes considerações:

O trabalho de campo [...] consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento. Essa etapa combina entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional etc. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias.

Nesse capítulo, ao apresentar a pesquisa de campo, que combina a entrevista e história oral com haitianas em Paranaíba, procuro fazer associações entre teoria e prática. Torna-se relevante abordá-las em conjunto, já que compreendo que ambas não estão desvinculadas, ao contrário, se complementam, por isso é necessário o seu confronto. Dessa forma, busquei mostrar como as identidades e autoestima aparecem na vida dessas mulheres e como elas se apresentam na teoria.

É preciso considerar que nenhuma haitiana abordada nessa pesquisa conhecia precisamente o significado dos termos identidade e autoestima, apenas Lélia³⁹ já tinha o escutado⁴⁰. Por isso, antes de iniciar o encontro, realizei uma explicação geral sobre esses conceitos (trabalhadas durante o primeiro e segundo capítulo dessa dissertação). Assim, eles foram abordados de forma direta e indireta no depoimento das participantes.

Sobre a organização desse capítulo, durante a construção dessa pesquisa, refleti muito sobre a melhor forma de apresentar os dados da pesquisa de campo. Optei por expor suas histórias de vida de forma separada, na sequência que eu as conheci e na ordem que elas foram contadas. É fato que essa organização resultou em maior número de páginas, mas considerei ser a melhor forma para visualização e compreensão dos leitores e das leitoras,

³⁹ Para manter a privacidade e o anonimato das mulheres haitianas que participaram da pesquisa de campo, utilizei nomes fictícios.

⁴⁰ É compreensível a dificuldade de entendê-los, pois eles não são habituais no cotidiano delas e de muitas outras pessoas

compreendendo que qualquer maneira de organizar esse capítulo não exime minhas interpretações e análises, que estão mostradas nas páginas que seguem.

4.1 HISTÓRIA DE VIDA DA DJAMILA: “TINHA QUE TENTAR NASCER DE NOVO”

Conheci a primeira participante por meio do meu trabalho como Assistente Social em um órgão público. Ela é uma mulher haitiana muito diferente das demais, pois se apresenta sempre acessível, simpática, acolhedora e compreensível. Inclusive, esses adjetivos, motivaram a assistente social da instituição que atende imigrantes a indicá-la para essa pesquisa, sem saber que ela já estava participando.

Para aplicar as abordagens da pesquisa de campo a ela, percorri um trajeto de aproximadamente seis quilômetros em doze minutos de carro. Nesse percurso, percebi que quanto mais distante da casa dela eu estava, mais organizações de grande porte identificava (como condomínios, churrascarias, concessionárias, entre outras). O bairro que ela mora é considerado popular, pouco pavimentado e contém pequenas organizações (supermercado, confecção, loja de roupa, de celular e gás), que apesar de seu porte também são relevantes para a economia municipal.

Ao chegar no destino final desse trajeto, isto é, na casa da primeira haitiana entrevistada, avistei-a sentada na varanda em uma cadeira de madeira azul. Ela, uma mulher negra, usava cinco tranças presas em seus cabelos, vestia uma camisa estampada de cores esverdeadas, calça jeans azulada e máscara preta para proteção contra o coronavírus, calçava um chinelo preto e não fazia uso de adornos, maquiagens, bem como, esmalte. A residência, de cor branca, é cedida por uma instituição religiosa, possui um muro sem tintura e um portão enferrujado, não contém plantas, calçadas e gramas, estando ela construída em um terreno com mais duas casas sem divisórias, a maioria habitada por famílias de origem haitiana.

Nesse momento, ela estava acompanhada por um amigo haitiano e seu filho que realizava as atividades escolares com a instrução de sua mãe. O homem, ao me avistar, deslocou-se rapidamente para a residência construída nos fundos do quintal, o filho permaneceu sentado em outra cadeira de madeira azul, já a mulher expressou alegria e receptividade, encontrando-me no portão e convidando para entrar em sua casa. Percorri um pequeno caminho, que me demandou aproximadamente oito passos, para chegar a sua sala - composta por móveis rústicos, sofá marrom de coró, uma estante pequena de madeira e uma televisão de tubo, vinte e nove polegadas.

Foi nesse cenário, já conhecido por mim, que com muita simpatia, alegria e risos, a Djamilia compartilhou comigo sua história, iniciando por sua infância, a saber:

Morava com vó, tia, mãe morreu, tia não gostava de mim. Não queria que eu estudasse. Vó dizia deixa ela estuda, seu filho estuda. Porque é mulher tem que cuida dos seus filhos? seu filho estuda, deixa ela estuda! Tia não gosta de mim. Mãe morreu, vó contou que ela ficou doente, doente, morreu (DJAMILIA).

Identifico que a infância da primeira entrevistada é marcada pelo óbito de sua genitora e pela dificuldade que enfrentou para estudar. A desigualdade de gênero é perceptível no depoimento dessa haitiana, já que sua tia a proibia de acessar a educação por ser mulher, o que não acontecia com o seu filho por ser homem, sendo ela submetida à responsabilidade dos cuidados desse e de outros primos e primas. Existem guetos operacionais femininos haitianos que restringem as mulheres ao âmbito doméstico, enquanto os homens são priorizados aos espaços públicos, tendo a educação haitiana uma aparência e ela é masculina.

Mesmo com essa dificuldade ela conseguiu estudar, acessando o equivalente ao ensino superior do Brasil, como relata:

Estudei mais idade porque tia não queria deixa estuda, queria que cuida de filho dela. Foi muito difícil aprender, escrever, foi difícil, não falava [risos] é, como escrevia, era muito difícil. [...] tinha muito homem, tinha mais homem, [...] foi difícil. [...] Eu estudei, fiz faculdade, fiz faculdade de [...] eu não sei como vocês fala aqui, eu fiz faculdade de [...] fiz faculdade de Professora. Foi difícil (DJAMILIA).

Essa haitiana concluiu o equivalente ao ensino superior, enfrentando dificuldades ao longo de sua trajetória estudantil. Os problemas encontrados no âmbito escolar, possíveis de serem identificados nessa fala, são a aprendizagem de uma linguagem até então desconhecida por ela e a predominância do sexo masculino nesse espaço. De acordo com Rosa (2007), as haitianas, ao entrarem tardiamente na escola, sentem mais dificuldades de aprendizado, já que elas falam crioulo, linguagem mais utilizada nas relações privadas do Haiti, enquanto a escola ensina em francês, mais usado nas relações públicas desse país (realizadas predominantemente pelos homens).

Ao falar sobre sua infância, a Djamilia aborda questões referentes as suas identidades e autoestima:

Tinha orgulho de mim, de ser menina, de ser negra, de ser haitiana, de um país que brigou pela independência, brigou muito difícil e conseguiu a independência, minha vó contava tudo, tudo da briga, uma briga difícil, difícil. É [...], muito difícil, por isso achava que eu queria, que eu [...] merecia a felicidade, o respeito também, o povo do Haiti também. Eu ainda não sabia [...] como era difícil ser eu e difícil ser

feliz. Era criança, era feliz, gostava de mim, queria [...] brinca e queria estuda e queria que todos feliz (DJAMILA).

A primeira entrevistada apresenta sentimento de orgulho em relação a suas identidades durante a sua infância, se referenciando na luta pela independência da Revolução Haitiana. Nesse período, essa entrevistada mostra que mesmo não sabendo ao certo as dificuldades que envolviam ser quem era, ela sentia que merecia a felicidade e o respeito, isto expressa a elevada autoestima. Conforme Fernandes (1994, p. 73), o nível da autoestima pode ser determinado pela “percepção que a pessoa tem de si [...] quando toma como um referencial pessoas que possuem habilidade, aptidão e talentos semelhantes aos seus. Paralelamente, a história de êxito e fracasso também influencia a maior ou menor auto-estima” (FERNANDES, 1994, p. 73).

Ao falar sobre suas identidades e autoestima durante a infância, a Djamila, aborda o fenômeno do embranquecimento em seu depoimento apresentado a seguir:

Minha tia sabia que é difícil. Tia não gosta de negro, negro é cor da pele, é cabelo, e é as coisas que é de negro também, você sabe? [...] Ela gosta de blanco, cor de pele blanca. Ela quer ser blanca. Usava um produto que passava em pele, usava ervas, usava vacina pra fica blanca, pele bonita, clara. Ela queria que eu usa também, ela falava que nenhum homem ia achar eu bonita, que não ia sair da casa dela porque nenhum homem ia acha bonita e nenhum homem ia querer casa porque eu não sou blanca, sou negra, de pele negra, de cabelo, de tudo (DJAMILA)

A tia dessa haitiana realizava práticas para modificar a sua aparência, propriamente despigmentar a cor da pele, buscando se aproximar da imagem das pessoas brancas. Além disso, essa responsável familiar tentava influenciar a haitiana entrevistada para aderir ao branqueamento como forma de sedução aos homens haitianos. Conforme Déus (2021, p. 94), alguns fatores que podem incentivar essa prática são “uma preocupação estética [...]; o meio social em que vive [...]; conselho de um parente, de um amigo, ou primos; imitação, exigências de um parceiro sentimental com o objetivo de “seduzir” etc” (DÉUS, 2021, P. 94).

A adolescência da Djamila também foi marcada pelas exigências de sua responsável familiar com base na ideia de raça:

O que marcou quando adolescente é namorado [risos]. Conheci namorado na praia [risos]. No Haiti tem praia, você sabia que Haiti tem praia? [...] [risos]. Namorei sem tia saber, tia não gosta de negro, proibia, ficava tudo difícil pra mim, estuda, namora, tudo [...]. Tia não gosta de negro, gosta de blanco, ela usa tudo blanco, roupa blanca, tudo blanco, [risos] e queria que namorava blanco, não negro (DJAMILA).

Essa haitiana conta que o momento que conheceu o seu primeiro namorado e a proibição desse relacionamento devido a cor negra da pele dele marcou a sua vida. Os detalhes em seu depoimento me remetem as considerações feitas por Déus (2021) sobre um personagem haitiano presente no romance *Le Nègre Masqué* que não gostava da população negra, proibia sua filha de se relacionar com essas pessoas e tudo o que possuía tinha a cor branca, como carro, chapéu e roupas. Para esse autor, o comportamento desse personagem era consequência da educação que possuiu e da sociedade que ele vivia, sendo imprescindível “para os haitianos alcançarem a consciência de si, [...] começar a aceitar a si”, mesmo que a elite haitiana seja arbitrária e repudiante à identidade negra (DÉUS, 2021, p. 56).

Ao continuar o relato sobre o seu relacionamento proibido, Djamilia evidencia elementos identitários na sua adolescência:

Ele é negro, pele é negro, cabelo é negro, o vodu, achava bonito, é negro, tudo, tudo, tudo nele é negro. Eu também, tudo, tudo, tudo [...] negro, era bonita. Ele gostava de mim, eu gosta dele, nós bonitos [risos], nós orgulho de ser de tudo negro. Tia não gosta de parecer do Senegal, nós gasta. Eu tinha orgulho (DJAMILIA).

Durante a adolescência, essa haitiana reconhecia e valorizava em si e em terceiros os marcadores identitários de matriz africana, tais como a cor da pele, o cabelo e o vodu. Segundo Déus (2021, p. 35), esse reconhecimento e a integração de elementos identitários africanos nas identidades haitianas é importante para “acabar com a discriminação racial implantada pelos europeus por meio da escravização e da colonização, cujos traços continuam a orientar o rumo do país, mesmo depois da independência”⁴¹ (DÉUS, 2021, p. 35). Portanto, torna-se necessário, para esse autor, que a população haitiana valorize os marcadores identitários africanos integrando-os em suas próprias identidades.

A partir desse acontecimento, a Djamilia conta a sua primeira experiência de migração:

Tia queria que caso com um homem blanco, ele olhava diferente, entende? [...] desde que eu estava criança. Não queria casa com ele. Fugi com namorado pra perto de Porto Príncipe, você sabe Porto Príncipe? Foi bonito quando foi pra lá, quando mudo, queria que sesse assim [...] Depois, depois, foi difícil, pra comer, pra banho, fiquei com fome, pra tudo o homem primeiro, pra decidi também, homem primeiro (DJAMILIA).

⁴¹ Obstáculos internos devido aos vários grupos étnicos africanos que conseguiram reunir-se como um povo, mas que o colono branco uma vez vencido e desaparecido do terreno, ainda mantém memória fresca de suas origens africanas; porém, acima de tudo, a hierarquização racial (branco / mulato / negro) da sociedade escravista deixou seus traços e, de toda maneira, um trauma duradouro que tem consequências sobre a orientação do Estado (HUMBOR; HECTOR, 2009, p. 23, apud DÉUS, 2001, p. 35).

A primeira experiência de migração dessa haitiana foi uma forma que ela encontrou para não se casar de maneira arranjada e vivenciar um relacionamento afetivo proibido. Mesmo estando com o companheiro que ela pretendia, essa haitiana relatou dificuldade na convivência relacionada com a desigualdade de gênero, sendo ela a prioridade que os homens possuem na satisfação de suas necessidades básicas e tomada de decisão. Cabe ressaltar que de acordo com Araújo (2015), o poder que estrutura a sociedade haitiana prioriza os homens em várias situações e setores da vida humana, permanecendo as mulheres dependentes de suas sobras, submetidas a escassez de alimentos, a fome e, com isso, ao óbito.

Essa difícil convivência, permeada pela desigualdade de gênero, chegou ao fim:

Tive filho, ele não queria eu e filho. Fiquei grávida, filho nasceu. Sem família, sem marido. [...] Eu fiquei triste, triste, triste, não queria vive, eu não queria, não merecia vive, sem ninguém, com filho pequeno, achava a felicidade não era pra mim. Pensei porque não queria vizinho blanco? Se eu não fujo, tinha tia, tinha vó, tinha família, tinha marido, tinha tudo, tudo. Eu pensei que a bondade está em todos, blanco, negro, todos, todos são iguais. Não conseguia saber quem era eu, quem as pessoas era. Muito triste eu fiquei (DJAMILA).

Em um momento de rejeição à haitiana entrevistada e ao seu filho por parte do ex-companheiro, ela expressou sentimentos de solidão, tristeza, arrependimento e baixa autoestima. Nesse contexto, identifico a ocorrência do que Fernandes (1994, p. 71) denomina de “problema da identidade” que está relacionado à “crise da perda do sentimento de significação”, ocorrendo o desconhecimento e apatia pelos marcadores identitários. Dessa forma, é possível considerar que os níveis de autoestima podem influenciar a desvalorização, apatia ou valorização das identidades, estando, portanto, “a autoestima [...] vinculada ao relacionamento consigo mesma”, ou seja, com as próprias identidades (FERNANDES, 1994, p. 71).

Nesse contexto, de baixa autoestima e crise identitária, que a Djamila obteve sua primeira experiência de imigração:

Fiquei sozinha, com filho, sem ninguém, sem tia, vó, primos e tava muito perigoso no Haiti. No Haiti, você vai no banco, se você tem dinheiro, não sai com dinheiro, pegam. Fui roubada, [...] era Professora, [...] fui no mercado, fui roubada. [...] bateram, arma na cabeça. Haiti tava muito perigoso. Toda vez que vou no banco, mercado, pegam meu dinheiro, fico sem nada, sem como comer, compra alimentos, muito pobre. Trabalhava e não tinha dinheiro porque pegavam (DJAMILA).

A primeira imigração dessa haitiana foi motivada pelo rompimento de vínculos com membros familiares e pela insegurança que a inseriu em contexto de vulnerabilidade social. Na perspectiva de Hall (2005), a pobreza é um dos fatores que impulsionam a mobilidade das

peessoas por territórios internacionais. Contudo, se tratando da população feminina do Haiti, migrar sozinha não é comum, pois a literatura que aborda o tema indica que a maioria imigra para acompanhar seus cônjuges e não desvincular seus filhos do genitor.

Para realizar sua primeira imigração, em destino ao México, a Djamila obteve suporte e apoio feminino, como destacado no depoimento a seguir:

Fui pra México porque amiga [...] também haitiana morava no México, ajudo eu, ajudo filho. Quando cheguei [no México] mais filho, deixo dormi, deixo come, falo que era para consegui emprego, era difícil emprego. Mas senti feliz, senti que merecia isso, melhor tava no México, porque eu não era roubava muito dia (DJAMILA).

A Djamila recebeu suporte de uma mulher da mesma nacionalidade com quem mantinha vínculo de amizade. De acordo com Rosa (2007), as poucas redes de solidariedade e cooperação à imigração feminina existentes são frágeis, porque também recebem pouco ou nenhum apoio, ao contrário do público masculino que sempre tem a colaboração mais consolidada de outros homens que se mobilizam pelo território internacional. É importante considerar que identifiquei, a partir desse depoimento, que as possibilidades de segurança que o México poderia oferecer influenciaram na elevação da autoestima dessa haitiana.

No México, a Djamila teve contato com diferentes sistemas culturais que impactou suas identidades, a saber:

Eu e amiga e amigos ia em noite frio, dança muito, dança salsa, come tacos, come coisas de lá, tem amigos já falava muito, muito, bem espanhol porque tava já com muito e muito tempo, que tanto e tanto tempo, que não parecer haitiano, parecer é mexicano negro. Não queria eles que fale de vodu, que fale de história de África. Amigos dizia nova vida, não tem que fala de história triste, de história de passado (DJAMILA).

O contato com diferentes sistemas culturais mexicanos modificou a maneira que essas pessoas haitianas se identificavam, homogeneizando suas identidades. Conforme Hall (2005), “os padrões de troca cultural desigual [...] continuam a existir [...], as sociedades da periferia têm estado sempre abertas às influências culturais ocidentais [...], a [...] globalização está tendo efeitos em toda parte, [...] e a "periferia" também está vivendo seu efeito pluralizador” em ritmo moroso e desigual⁴² (HALL, 2005, p. 79). Esse grupo de pessoas haitianas, ao produzir novas identificações, negava a herança africana presente em suas velhas identidades.

⁴² Em um processo de desencontro cultural desigual, as populações "estrangeiras" têm sido compelidas a ser os sujeitos e os subalternos do império ocidental, ao mesmo tempo em que, de forma não menos importante, o Ocidente vê-se face a face com a cultura "alienígena" e "exótica" de seu "Outro". A globalização, à medida que

Diante disso, questionei a Djamila sobre as práticas para a despigmentação da pele realizada no México, que respondeu:

Muito haitiano usa coisas pra ficar blanco, pra ficar com pele blanca, pra ter cabelo liso. No Haiti vende muito. No México, haitiano usa mais essas coisa, pra fica blanco, pra ficar bonito, pra chegar nos Estados Unidos bonito, pra não parecer escravo. Acha que é pra te autoestima. Eu não usei lá. Acha que dá câncer. Não acha que é bom usa. Lá [no México] haitiano se preparava pra coisa difícil que tem no Estados Unidos, pra ter respeito dele tem que ser blanco, pele blanca, pra ser feliz, lá, tem, tem que ter pele blanca, ter aparência, porque lá acha que é menor [...], não é bom parecer haitiano lá. Tem haitiano, tem mexicano, tem brasileiro, que vende essas coisa. No México, no Brasil, em tudo, tudo lugar tem essas coisa (DJAMILA).

A primeira entrevistada aborta o uso de produtos para o branqueamento da pele em vários países, tais como Haiti, México, Estados Unidos da América e Brasil. Ela nega e critica o uso desses produtos, se fundamentando em dois argumentos, também identificados na pesquisa de Déus (2001, p. 92), sendo “o primeiro [...] de ordem sociocultural (complexo de inferioridade, falta de autoestima que tem uma base história), o segundo [...] de ordem sanitária (a despigmentação provocará nos praticantes problemas de saúde, como o câncer)” (DÉUS, 2001, p. 92). Nesse depoimento, a entrevistada ressalta que essa prática é comum no Haiti e se intensifica no México, em que muitos partirão em destino ao Estados Unidos⁴³.

Sobre a relação da população haitiana no México com os Estados Unidos da América, a Djamila conta a seguinte experiência:

Lá [no México] tem muito haitiano [...]. Vai lá pra passa fronteira pra Estados Unidos, se não passa vai fica no México, tentando, tentando. Fala Estados Unidos tem trabalho [...], tem comida, não tem roubo. O povo fala: Dinheiro fica de sobra lá, lá nos Estados Unidos. Haitiano tem sonho, tem sonho de ir pra Estados Unidos. Não consegue, fica no México, tentando, tentando. Amiga foi pra passa, não dava, tentava, tentava. Queria que passa também. Eu não queria, deu medo, porque [...] é perigoso, deu medo. Amiga foi um dia, passou fronteira [...] e não sei mais dela, família dela não sabe mais dela, sumiu de tudo (DJAMILA)

Muitas pessoas imigrantes se estabeleciam e buscavam reconstruir sua vida no México após tentativas frustradas de alcançarem o sonho de chegar ao Estados Unidos da América. Conforme Hall (2005, p. 81), as pessoas pobres, inferiorizadas, tem se aproximado dos considerados superiores, acreditando na possibilidade de reconstrução da vida mais próximas

dissolve as barreiras da distância, torna o encontro entre o centro colonial e a periferia colonizada imediato e intenso (ROBINS, 1991, p. 25 apud HALL, 2005, p. 79).

⁴³ Ao analisar o estudo de Lilianne Bordeleau (2012), Déus (2021, p. 92) escreveu: “o contexto socioeconômico canadense propiciou nas imigrantes haitianas o desejo de adequar suas aparências ao padrão de beleza norte-americano. Nesse sentido, a despigmentação voluntária da cor da pele tornou-se um dos mecanismos usados em busca desse ideal. Porém, como foi salientado, segundo a pesquisadora, essa prática é comum no Haiti; as mulheres haitianas apenas aproveitam o contexto norte-americano para tomarem essa atitude”.

de onde os bens são produzidos, mesmo que isso lhe custe perdê-la. Essa aproximação tem resultado em uma transformação significativa na mistura étnica, que levam “a uma "pluralização" de culturas nacionais e de identidades nacionais” (HALL, 2005, p. 83).

Por não ter mais rede de apoio no território mexicano e meios para sua subsistência, a Djamila decidiu imigrar novamente:

Não consegui trabalho, amiga não tinha, amiga sumiu [...], não consegui procura trabalho, ninguém eu tinha pra ajuda cuida do filho, dinheiro também não tinha, filho e eu fico com fome. Amigo morava aqui [em Paranavaí], ele falo vem pra cá, tem um quarto aqui, vem você, vem você e filho. Ele compro passage do avião, e deixo eu e filho fica lá. [...] É, é diferente eu sentia, vindo pra cá e vindo pro México, quando fui pra México eu acha que sentia diferente, sentia que eu podia ter como construi vida, vindo pra cá, eu tava tão triste de tudo que passava eu e filho, que acha que o que eu e filho tinha na vida pra frente não é coisa boa, que ia ser difícil ser feliz em qualquer dia que vim (DJAMILA).

Para imigrar ao município de Paranavaí, Estado do Paraná, essa haitiana recebeu apoio de uma pessoa, do sexo masculino, com quem, até então, mantinha vínculos de amizade. É importante perceber que nesse contexto, após experienciar muitos momentos difíceis em sua trajetória de vida, ela não mantinha perspectivas em relação ao seu futuro. De acordo com Fernandes (1994, p. 5) “a mulher, frequentemente perde a perspectiva do futuro, o que vai influenciar seu modo de “estar” e “atuar” no mundo, ficando ameaçados seu sentimento de identidade e autoestima” (FERNANDES, 1994, p. 5).

Esse vínculo de solidariedade, que inicialmente parecia consolidado, chegou ao fim após uma violência sexual sofrida pela Djamila, a saber:

Cheguei aqui, amigo trabalhava [...]. Ele foi trabalha, amigo dele entro lá na casa, me violento, [...]. Amigo não acredito em mim, não queria que denuncia amigo dele, ele colocou eu e filho pra fora, não quis ajuda, amigo diz você que quis. Procurei polícia, mas ele ta solto (DJAMILA).

Constantemente, as mulheres negras imigrantes são submetidas aos vários tipos de violência, sofrendo as consequências do sexismo, racismo e xenofobia. Essas agressões, conforme Lélia Gonzalez (2020), são respaldadas pelas legislações ao produzirem mecanismos que facilitam inocentar o autor da violência, sendo as mulheres negras mais oprimidas na sociedade. Essa violência, sofrida pela participante, provocou-lhe vários danos emocionais.

Nesse contexto de violência, a Djamila recebeu suporte de outras mulheres e encontrou um trabalho, como relata:

Falei com amiga que ta no Haiti, ela tem amiga aqui também, ela falou vai pra lá, fica lá, fica com filho lá. Amiga dela também falo vem aqui, vem aqui. Fui, fui eu e filho pra casa da amiga de amiga, entende? [...]. Eu já mandava currículo em tudo, tudo, tuda loja, tudo restaurante. Depois, um dia, eu fui procura, deixa currículo, a mulher disse pra eu fica já pra trabalhar. Eu fiquei. Limpava tudo, carpia tudo, tirava peixe morto de lago, isso machuca pé, ganhava vinte reais no dia que ia fazer isso, [...] que ia trabalha lá. [...] De limpa tudo? só negra lá (DJAMILA).

A primeira haitiana entrevistada apresenta em seu depoimento a inserção em um trabalho insalubre, precário e com baixíssima remuneração. Segundo Almeida (2019, p. 65), na contemporaneidade, ainda pode ser identificado a divisão racial do trabalho⁴⁴, dado que “mesmo em países onde o racismo não é abertamente praticado pelo Estado ou em que há leis antirracistas, indivíduos pertencentes a grupos minoritários recebem salários menores e estão mais expostos a trabalhos insalubres ou precarizados” (ALMEIDA, 2019, p. 65). É importante lembrar que, essa haitiana atuava como Professora no Haiti, ficou sem emprego no México, e se inseriu em um trabalho precarizado no Brasil.

Alguns elementos identitários da Djamilá, como o cabelo crespo, pele negra e o vodu, eram foco de racismo pela instituição que ela desenvolvia atividades laborais, a saber:

A dona maltratava, maltratava eu. A dona chamava de macaca, macumbeira. A dona falava [...] que se eu quise fica lá, se eu quise faze coisa melhor, só se eu nasce de novo, só se eu nasce de novo com cabelo liso, pele blanca. Eu não podia fica sem trabalho, tinha filho, não podia fica sem trabalho, comecei a usa peruca, tudo isso. Não queria, gosto de cabelo. Fiquei muito triste, muito triste. Achava que não merecia respeito, mas eu tinha que te força, lembrava de filho meu (DJAMILA).

O racismo, que marca as identidades haitianas, conseqüentemente diminuiu a autoestima da entrevistada e a induziu realizar a modificação da sua aparência física. De acordo com Almeida (2019, p. 31), a atuação das instituições é destinada a formulação de normas e determinação de padrões que privilegiam as pessoas brancas, realizando, por exemplo, “a exigência de “boa aparência” para se candidatar a uma vaga de emprego, que simultaneamente é associada a características estéticas próprias de pessoas brancas (ALMEIDA, 2019, p. 31). Dessa forma, segundo esse autor, a criação desse padrão de beleza beneficia a população branca e são prejudiciais a negra.

⁴⁴ Quijano (2005, p. 15) relata a maneira que a divisão racial do trabalho foi definida na colonização da América-Latina, segundo ele “em alguns casos, a nobreza indígena, uma reduzida minoria, foi eximida da servidão e recebeu um tratamento especial, devido a seus papéis como intermediária com a raça dominante, e lhe foi também permitido participar de alguns dos ofícios nos quais eram empregados os espanhóis que não pertenciam à nobreza. Por outro lado, os negros foram reduzidos à escravidão” (QUIJANO, 2005, p.15).

Esse trabalho durou poucos meses, até a Djamila descobrir uma gestação decorrente da violência sexual sofrida por ela:

Depois, descobri que tava grávida daquele [...]. Eu falei pra dona que tava grávida. Ela mando embora. Não deu nada pra mim. A dona acho que não entendo da lei daqui. [...] Não tinha registro de carteira. Ela falo que já pagava INSS pra mim, que quando paga INSS depois não recebe quando sai de trabalho. Eu falei que não acredito, e ela disse que ia chama a polícia (DJAMILA).

Sempre me deparo com narrativas sobre pessoas que buscam se aproveitar das minorias sociais que, muitas vezes, desconhecem seus direitos. De acordo com Almeida (2019, p. 125), existe “o setor [...] de alto risco, baixos salários e subcontratação, e é nele que mulheres, negros e imigrantes estão alocados, longe da proteção de sindicatos fortes e da incidência de direitos sociais”. Conforme esse autor, é uma contradição pregar a universalização dos direitos, mas tratar essas minorias como caso de polícia.

Após descobrir a gestação, a Djamila procurou o autor da violência, sendo relatado detalhes do diálogo realizado nesse encontro, descrito a seguir:

Fui lá nele, eu quero só o que é de filha, direito de filha. Ele disse que eu quis, que [...] não pode mistura porque filho nasce ruim, não bom, que ele é superior porque é blanco e eu tinha que obedece, que haitiana vem pra Brasil, um país bonito, diferente, rico, pra faze filho e vive sustentada por homem, haitiana é burra. [...] Ele não quis sabe de filha (DJAMILA).

Nesse depoimento, identifica-se que o autor da violência proferiu palavras indicativas do racismo científico⁴⁵. De acordo com Almeida (2019, p. 21), esse racismo compreende que “a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. Por essa razão, [...] Gobineau recomendou evitar a “mistura de raças”, pois o mestiço tendia a ser o mais “degenerado” (ALMEIDA, 2019, p. 21).

Posteriormente, ela encerra o seu depoimento relatando sua atual realidade, seus sentimentos de autoestima e identidade:

Filha nasce sem pai, você conhece minha filha. Não tem emprego, tem auxílio emergencial, tem bolsa família, tem baixa renda, recebo cesta básica, recebo kit natalidade. Compro comida com auxílio emergencial e bolsa família. Quando acaba

⁴⁵ “Esse tipo de pensamento, identificado como racismo científico, obteve enorme repercussão e prestígio nos meios acadêmicos e políticos do século XIX, como demonstram, além das de Arthur de Gobineau, as obras de Cesare Lombroso, Enrico Ferri e, no Brasil, Silvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues” (ALMEIDA, 2019, p. 21).

auxílio emergencial e bolsa família não seu o que eu vo fazo pra come. Converso só com vó hoje, tia não converso, ela não gosta de mim porque estudo e so negra, ela não gosta de mim. É lindo a cor da pele, o cabelo, acho lindo religião, é lindo história de Haiti, de haitiano. Mas as pessoas não acha bom, bonito as coisas do Haiti, as coisas do do haitiano. Eu não sei mais se o haitiano é bom. Se eu pudesse nasce de novo, queria se outra pessoa, não haitiana. Acho que tudo que aconteceu comigo, com filho, com amiga, é tudo, tudo, porque nós é o que é: mulher, negra, do Haiti. Hoje eu não tenho força pra nada, pra procura emprego, pra estuda, pra nada. Não sei o que pode acontece no futuro, mas acho que não é coisa boa que tem pra nós aqui ou pra qualquer luga que nós pode ir.

As práticas racistas, sexistas e xenofóbicas marcaram as identidades da Djamilia, afetando, conseqüentemente, sua autoestima e expectativas sobre seu futuro. De acordo com Almeida (2019, p. 100), o grupo minoritário, quando conhece as dificuldades existentes em razão de suas identidades, são desestimulados a estudar e a competir por vagas de emprego, entre outros setores, onde sabem que sua aparência física não é socialmente aceita, dado que “internalizaram os estereótipos que compõem a visão média da sociedade acerca do desempenho deles. O que se observa neste quadro é a reprodução do ciclo de preconceitos e o reforço aos estereótipos” (ALMEIDA, 2019, p. 100).

4.3 HISTÓRIA DE VIDA DA NEUZA: “PRECISAVA ENTENDER QUEM EU ERA, COM QUEM EU PODERIA ME RELACIONAR, QUEM FAZIA PARTE DO MEU CICLO DE AMIZADE”

A Neuza trabalha em uma organização de médio porte, onde eu a conheci por ser uma cliente frequente. No primeiro diálogo realizado com essa participante, prontamente, ela aceitou o convite para participar dessa pesquisa, mas, posteriormente, quando busquei agendar o melhor momento, essa haitiana refutou, alegando ser uma pessoa muito “antissocial” para falar da sua vida aos estranhos. Essa recusa foi compreendida, aceita e respeitada por mim.

Após duas semanas, a Neuza refletiu, me procurou e mostrou novamente o desejo de contribuir com esse estudo. O aceite ocorreu quando eu realizara, despreziosamente, novas aquisições nessa organização, ela se dirigiu até mim, declarou a vontade de efetivar sua participação, reafirmou o estereótipo de “antissocial” que marca suas identidades e verbalizou que eu não lhe causava estranhamento. Diante disso, expressei gratidão e expliquei a questão da não obrigatoriedade, garantia do anonimato e sigilo de certas informações que ela julgar pertinente. Posteriormente, marcamos o nosso primeiro encontro.

Para chegar até a casa da Neuza percorri um caminho de 4,5 quilômetros de carro, o que levou aproximadamente 10 minutos. Apesar da Djamilia e Neuza morarem em locais

geograficamente opostos, uma mesma situação observei, isto é, quanto mais longe da casa delas eu estava mais empresas de grande porte eu encontrava. O bairro que mora a Neuza, também considerado popular, concentra a maioria das organizações voltadas para pessoas haitianas, como popularmente chamadas: “o bar dos haitianos”, a “loja dos haitianos” e a “igreja dos haitianos”.

Isso pode ser explicado pela grande quantidade de pessoas da nacionalidade haitiana que se concentram nesse bairro. Apesar de não possuímos um banco de dados que nos permita identificar onde elas estão no município de Paranavaí, as pessoas que nesse bairro habitam ou trabalham conseguem perceber essa concentração. Eu mesma, antes de ser designada para o meu atual cargo de coordenação, atuei como assistente social nesse bairro e observei esse fenômeno, foi quando surgiram minhas intenções de pesquisa presentes nessa dissertação.

Quando passava por esse bairro para ir à casa da Neuza fui identificando essa concentração e quando cheguei ela solicitou que eu esperasse no portão. Enquanto isso eu observava a parte externa da casa, que, diferentemente da residência que mora a Djamila, no terreno havia apenas uma casa, de cor branca e construída com material de alvenaria, bem como muitas plantas, sendo o seu cultivo um *hobby* que a família dela aderiu no contexto de pandemia da COVID-19. A calçada, onde eu esperava, era cimentada e havia um portão formado por grades de cor preta que separava a casa e a rua.

Sair da rua e entrar no “mundo” da casa das participantes que eu ainda não conhecia com particularidade, como a Djamila, me causava “frio na barriga”. Eu não imaginava o que poderia encontrar em um ambiente até então desconhecido por mim, a casa não é apenas como um espaço físico, é um local de relações familiares, permeado pela moral e princípios de seus integrantes. Essa sensação, não era provocada apenas pelo não conhecido, mas, também, pela timidez que se elevava com o tempo de espera e com as minhas reflexões acerca da vida social que contém no “mundo” da casa.

Após cinco minutos esperando, a Neuza solicitou que eu entrasse em sua casa, logo tentei não demonstrar as sensações que me acometiam. Caminhei sozinha nove longos passos, me transpondo por diversas plantas até chegar na varanda da residência, onde ela estava (vestida com uma calça jeans de cor preta e camiseta verde escuro, usava tranças em seus cabelos longos, uma leve maquiagem e esmalte em tom vermelho), foi ali, sentadas em bancos de madeira com estilo rústico, que iniciamos o diálogo em busca da história de vida presente nesse tópico. Ela também estava tímida, mas, as nossas sensações foram diluídas no decorrer de suas contações e dos minutos que se apressavam no gravador.

A Neuza fala fluente a língua portuguesa, espanhola, francesa e crioulo haitiano, que às vezes eram misturadas em seu depoimento, que se iniciou por sua infância:

Nasci em Porto Príncipe, morei lá até oito *anõs* de idade, eu tinha uma família normal, meu pai trabalhava, minha mãe cuidava de mim e da casa. [...] na verdade a minha família não era normal, como qualquer outra família haitiana, minha família era a melhor família que alguém poderia ter, a minha família tinha as melhores características de alguém que estava no melhor lado, o lado dos ricos, o lado dos melhores porque nós éramos católicos e não do vodu, nós somos mulatos e não negros, nós, minha família morava na cidade. Então, nós não somos inferiores, mas superiores (NEUZA).

Os marcadores identitários, como a cor da pele, a religião, a classe social e o espaço de moradia, se apresentam nesse discurso como critérios utilizados para a separação de pessoas. De fato, segundo Déus (2021), no território haitiano existem duelos (entre as pessoas consideradas superiores e inferiores, brancas e negras, cidadinas e camponesas) que são resquícios do colonialismo, favoreceram a ocupação estadunidense entre 1915 até 1934 e permaneceu presente na vida da população haitiana até nos tempos atuais. Diante disso, para esse autor, torna-se necessário a “(re)configuração da identidade nacional haitiana”, o que possibilitaria a construção de uma sociedade mais igualitária, já que as diferenças não deveriam resultar em exclusão e discriminação (DÉUS, 2021, p. 33).

Essa separação de pessoas com base nos elementos identitários haitianos foi um ensinamento passado entre gerações no espaço das relações familiares, como ela relata:

Quando eu era pequena, fui ensinada pelos meus pais, que foram ensinados pelos pais deles, e assim por diante, que eu precisava entender quem eu era, com quem eu poderia me relacionar, quem fazia parte do meu ciclo de amizade. Eles me ensinavam que eu era melhor do que os haitianos negros, porque eu era sim haitiana, mas eu era branca, eu era sim haitiana, mas eu morava na cidade, eu era sim haitiana, mas eu era católica. Meus pais queria me ensinar que mesmo eu sendo haitiana eu não carregava comigo o que os outros acha que todos os haitianos são. Não, eu não tenho que ser muito pobre só porque eu sou haitiana! Eu nunca tive dificuldade para entender o meu lugar, exatamente por isso eu não me relaciono com pessoas como a mim e que não pertence ao mesmo nível que eu pertença. Ter bons ciclos de amizade, não se misturar com pessoas que não são como eu, só me trouxe coisas boas ao longo da minha vida inteira, como meus pais previam: não se misturar com essas pessoas para nós continuar tendo só coisas boas na vida (NEUZA).

Identifico nessa fala a presença de uma estratégia para a manutenção de privilégio e alcance do poder, isto é: se manter separada das pessoas consideradas inferiores⁴⁶. A elite que

⁴⁶ Na sociedade haitiana, esses jogos de poder e a busca por ele, segundo Déus (2021), foram fatores que incentivaram o domínio violento do Haiti por parte dos Estados Unidos que subjugou a todas as pessoas, até mesmo a elite que o apoiava.

realiza esses tipos de jogos de poder, segundo Déus (2021), promove no território haitiano a dominação estrutural que dificulta o diálogo entre classes diferentes e, até mesmo, entre a própria classe inferiorizada, já que algumas pessoas dominadas tem o desejo de ocupar posições superiores na sociedade e por isso não se movimentam contra os ideais do colonialismo e da exploração. Para esse autor, essa dominação silencia as pessoas inferiorizadas, um tipo de violência que faz com que elas pareçam não ter voz e história, influenciando suas identidades⁴⁷.

A manutenção de privilégios decorrentes da atitude de separação das pessoas com base nas identidades provocava a sensação de felicidade e elevação da autoestima:

Na minha infância eu era muito feliz, eu tinha uma alta autoestima, porque não tem como não ter uma alta autoestima no melhor lado de uma sociedade, eu, minha família, como eu já te falei era melhor do que os demais, porque nós somos superiores, brancos, católicos, morava na cidade, não se misturava com os outros que não eram como nós, isso nos dava algumas coisas boas, e tendo tudo isso, eu tinha, então, uma alta autoestima, não podia ser diferente diante de tudo que eu e minha família era, era a melhor (NEUZA).

A Neuza evidencia o apreço pelos seus marcadores identitários e privilégios que usufruía na sociedade haitiana por evitar o contato com pessoas consideradas inferiores. Esse sentimento de afeto por ser quem era lhe causava uma sensação de possuir uma elevada autoestima, contudo, é preciso considerar que, de acordo com Fernandes (1994), a autoestima elevada não está relacionada com o sentimento de perfeição ou com a consideração de ser melhor do que os outros. Para essa autora, a autoestima se refere à autoaceitação de suas identidades, em que a pessoa aceita e respeita a si própria.

Ainda em sua infância, a Neuza sentiu a perda dos privilégios que possui e tem a sua primeira experiência de imigração:

Mas, quando eu tinha oito *años* eu perdi esse lado que eu tinha, que é de ser a melhor, de estar do melhor lado da sociedade. Meus pais se separaram, meu pai decidiu vim para o Brasil, veio direto para Paranavaí porque aqui ele tinha um amigo, minha mãe queria ficar no Haiti mesmo, e os dois, meu pai e minha mãe, decidiram que o melhor para mim seria morar com minha tia e primos na República Dominicana. Minha família não estava mais junta, unida, e os dominicanos não são simpáticos com os haitianos, era como se a gente não existisse, lá eu era para eles inferior (NEUZA).

⁴⁷ “Tal violência afeta significativamente o modo como a identidade do/a dominado/a vai ser construída, na medida em que o/a dominado/a não somente é negado/a como portador/a de direitos, mas também porque sua existência é monitorada tanto pelas ações políticas quanto pelos discursos dos dominantes. Mas isso não quer dizer que aqueles que estão na posição de dominado são passivos/as, pois sempre estão ativos/as na disputa para sair da condição de dominado” (DÉUS, 2021, p. 34).

A separação conjugal dos genitores da Neuza e o contato com o sistema cultural dominicano são eventos que provocaram nela o sentimento da perda de privilégios. O *status* de superior que ela tinha no Haiti foi transformado para inferior na República Dominicana, sua nacionalidade era motivadora de invisibilidade na sociedade que deveria acolhe-la, que não consideravam outras características físicas que outrora mantinha seus privilégios e a separava da maioria da população haitiana. Na República Dominicana, e em vários outros países, a origem haitiana é utilizada como justificativa, inaceitável, para o rechaço explícito e implícito contra as pessoas dessa nacionalidade.

Diante desse depoimento, solicitei que ela relatasse mais sobre o sentimento de invisibilidade que ela possuiu ao migrar para a República Dominicana, que respondeu:

Os dominicanos não são simpáticos com os haitianos, isso é um processo social e histórico entre esses dois países, entre o Haiti e a República Dominicana, vem até da divisão de quem colonizou o Haiti e a República Dominicana. Os dominicanos não gostam da gente, do jeito que a gente fala por exemplo, tudo em nós, é como se não tivesse importância, como se a gente não existisse. Eu sempre soube disso, que dominicano não gosta de haitiano, até porque minha tia e minhas primas morava lá, que até em lei a gente é excluído, fui sabendo disso, lá eu não tinha a importância que tinha no Haiti. Parecia que tudo o que os meus pais me ensinaram para eles não tinha importância, eu sou haitiana sim, mas não como os outros, e para eles isso não fazia diferença, eu era haitiana e pronto (NEUZA).

As pessoas haitianas são invisibilizadas e rechaçadas em muitos países, inclusive na República Dominicana com quem o Haiti divide a mesma ilha. Segundo Vasconcelos (2016, p. 60), em muitos territórios, e até mesmo no dominicano, a população haitiana é percebida como ameaça aos valores capitalista, por isso, ao longo da história, legislações e políticas estatais foram formuladas para legitimar a exclusão dessas pessoas, impulsionando, assim, o racismo e a xenofobia de forma implícita ou explícita na sociedade⁴⁸. Para esse autor, o

⁴⁸ Ao longo da história da República Dominicana, existiram governantes, como Trujillo, na década de 1930 que se empenhou “em restabelecer e consolidar os marcos identitários modernos da sociedade dominicana, fundados em grande parte na promoção e na disseminação de ideais racistas e xenofóbicos, dirigidos, principalmente, contra o povo haitiano. Assim, com Trujillo, os discursos anti-haitianistas são institucionalizados e passam a fazer parte de uma política ideológica endereçada à defesa de sua dominicanidade – pensada e estruturada a partir de seu contraponto haitiano – que implicava, de antemão, a redução do número de estrangeiros (haitianos) no país. [...] Trujillo coloca as relações haitiano-dominicanas como um componente central de suas políticas e, valendo-se da contribuição intelectual de Peña Batlle e Balaguer, faz do haitiano o inimigo externo/interno, transformando-o em um perigo e uma ameaça para a nação dominicana. [...] No bojo dessa política tem lugar um dos acontecimentos mais significativos e aterradores das relações haitiano-dominicanas: o massacre del Perejil. Perejil tornou-se um ponto de inflexão não só pelas proporções – estima-se que até cerca de vinte mil haitianos e/ou dominicanos de ascendência haitiana podem ter sido assassinados em outubro de 1937 – mas também pela maneira súbita como ocorreu. [...] Dessa forma, após o massacre o haitiano passa a figurar, decididamente, como um problema e uma ameaça a serem combatidos, também, pelo Estado dominicano. [Existiam] esforços compreendidos pelos dominicanos no sentido de normatizar e promover o crescimento demográfico dominicano,

discurso anti-haitianista é o principal elemento identitário das pessoas dominicanas, afirmar-se como tal “passou a significar, cada vez mais, “não ser haitiano””, rejeitando o que vem do Haiti, como sua linguagem, cultura, crenças, ideias e, até mesmo, sua cor de pele⁴⁹ (VASCONCELOS, 2016, p. 61).

Nesse contexto, de invisibilidade e rejeição das identidades haitianas, a Neuza afirma ter o nível da sua autoestima estável:

Por ter as minhas identidades como não existentes, na verdade, eu não sentia nada, minha autoestima não continuava elevada porque eu já não era a melhor, a superior, mas, também, não era baixa, porque eu não ligava para isso, eu não ligava para o que os dominicanos achava de mim, eu me apegava com as minhas primas, brincava muito com elas, e só isso que me importava, ficar horas e horas brincando com minhas primas fazia manter minha autoestima, mas não era tão elevada como antes porque eu já não estava do melhor lado da sociedade, melhor lado que alguém pode estar (NEUZA).

Os mitos raciais que marcam a vida da população haitiana acarretam consequências para a construção das suas identidades e autoestima. No caso da Neuza, identifico uma queda em seu nível de autoestima, já que ela afirmava ter ele elevado quando habitava no Haiti e médio ao migrar para a República Dominicana, que, conforme o seu relato, é decorrente da perda dos privilégios que possuía em seu país de origem por ser considerada superior, mas pode ser também consequência da invisibilidade e rejeição no país de acolhimento, mesmo ela tentando não as interiorizar. Para isso, buscava estar na companhia da família, que tinha identidades semelhantes, se entretendo com as brincadeiras de criança.

O contato com o sistema cultural dominicano provocou mudanças identitárias da Neuza, como ela conta:

Após alguns anos morando na República Dominicana com minha tia e primas, eu já não gostava mais de quase nada da cultura haitiana, como a pintura, a música do

o que significa que o seu desenvolvimento seria alcançado, segundo acreditava, em decorrência da implementação de políticas migratórias favoráveis aos povos caucásios/hispânicos e, propositalmente, desfavoráveis aos haitianos” (VASCONCELOS, 2016, p. 146).

⁴⁹ Na República Dominicana, embora tenha algumas tentativas de aproximação com o Haiti, existe uma concepção defendida principalmente pelos dominantes de que “a [...] influência haitiana colocava em questão e constituía uma ameaça à constituição étnica, física e moral do povo dominicano. O contato entre o negro haitiano – representado pelo autor como um degenerado biológico e moral – com as camadas inferiores da população dominicana, acabava influenciando-os e aquebrantando seus sentimentos patrióticos, tornando-se, portanto, uma ameaça para a nacionalidade ou à dominicanidade: hispânica, católica, branca e civilizada. [...] portanto, o problema racial na República Dominicana se confundia com os problemas sociais e políticos. A subsistência do povo dominicano como “nación española” dependeria, fundamentalmente, da afirmação das diferenças e desses contrastes definidores de suas identidades. Abdicar desse ideal seria condenar a nação dominicana à desnacionalização e, o que é pior, à haitianização. [...] Assim o haitiano é transformado em inimigo número um do país, uma ameaça, sempre presente, que coloca em risco a própria existência do povo dominicano (VASCONCELOS, 2016, p. 150)

estilo africana, eu falava mais espanhol do que francês ou crioulo, existe um pedaço da África no coração do haitiano que, na verdade eu nunca gostei, e com o passar do tempo desgostava mais ainda, principalmente depois que fui para a República Dominicana. Haitiano e Dominicano parecer ser iguais mais não é, a República Dominicana foi colonizada pelos espanhóis, a diferença já começa por ai (NEUZA).

A Neuza, detalha transformações em aspectos que marcam as identidades haitianas, especificamente na linguagem e em elementos culturais, como a música e a pintura. Conforme Hall (2005, p. 7), o deslocamento das pessoas por diferentes territórios proporciona a elas conhecer novas culturas e “desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades e a produção de novos sujeitos” (HALL, 2005, p. 7). O contato da Neuza com os sistemas dominicano fez com que ela aderisse seus aspectos culturais e rejeitasse outros que marcam as identidades haitianas.

Após quatro anos habitando na República Dominicana juntamente com sua família extensa, a Neuza retorna para o Haiti:

Morei com a minha tia e primas durante quatro *años*, eu tinha, então, doze *años* quando voltei para o Haiti, para Porto Príncipe, onde minha mãe estava. Não teve motivo nenhum, não aconteceu nada especial, meus pais apenas decidiram que eu devia voltar, então eu voltei. Quando eu voltei para Porto Príncipe, eu me sentia a mesma pessoa que eu era na República Dominicana, ou seja, eu já não me sentia a melhor mesmo tendo as características de ser superior, também não me sentia a pior, continuava gostando de ser quem eu era, minha autoestima já não era elevada como antes, também não era baixa, continuava normal, média, acho que eu estava amadurecendo, crescendo (NEUZA).

Mesmo mudando da República Dominicana para o Haiti no início da adolescência, a Neuza não identificou estabilidade em suas identitárias e autoestima. Segundo Fernandes (1994, p. 64), “a experiência emocional da identidade tem por base a manutenção da estabilidade, a capacidade de seguir sentindo-se o mesmo, frente a situações variadas e de todas as transformações que acontecem no percurso da vida”. Para essa autora, o crescimento de uma pessoa resulta em transformações e por meio da sua apropriação “o sentimento de identidade vai se estabilizando” (FERNANDES, 1994, p. 64).

Por decisão de seus genitores, após dois anos, a Neuza imigra para Paranavaí e tem impressões repudiantes sobre a população negra que vivem nesse município:

Mudei com doze anos para Haiti, fui morar com a minha mãe, fiquei lá dois anos, depois disso os meus pais decidiram que eu viria para Paranavaí, não aconteceu nada, eles decidiram que eu viria, então eu vim, eu tinha quatorze anos quando vim para Paranavaí. Meu pai aqui casou de novo, tenho uma irmã desse casamento. Me adaptei rápido, eu sou muito inteligente, falo várias línguas fluentes, foi fácil para mim aprender o português, me adaptei bem na escola, e depois que completei dezoito anos, recentemente, arrumei serviço muito rápido. Acho que Paranavaí, o

que deve ser o Brasil como um todo, é bem diferente de tudo que eu já vi, porque aqui eu tenho a sensação de que os negros não se esforça, eu sou esforçada, eu consigo aprender rápido, consegui emprego rápido e eu vou passar em medicina. Tenho consciência do que eu quero, vou traçando o que eu tenho que fazer, e vou fazendo com muito esforço, o que a maioria dos negros, dos haitianos principalmente, não fazem porque não quer nada com nada, quer vida boa (NEUZA).

Ao imigrar para Paranavaí, a Neuza faz observações a respeito da ascensão social das pessoas negras, que, para ela, é causada pelo esforço, ou seja, pela meritocracia. Contudo, verbalizações como essa é, na perspectiva de Gonzalez (2020, p. 194), indicativos de uma “lavagem cerebral do branqueamento”, em que a própria pessoa negra se distancia da sua comunidade, internaliza e reproduz ideologias “brancas”, isto é o racismo, se envergonha e despreza essa comunidade. Para essa autora, as pessoas que passam por esse processo que se ascendem socialmente “passa a achar que a negrada não é de nada, que não se esforça, que não gosta de trabalho, que é irresponsável etc. (inclusive, por exemplo, que o povo não está preparado pra votar). Portanto, a negrada é inferior mesmo” (GONZALEZ, 2020, p. 194).

Nesse contexto, a Neuza nega a sua identidade negra e a existência do racismo, como está apresentado no parágrafo a seguir:

Agora com dezoito anos, aqui em Paranavaí, eu já consegui *trabajo*, o que muitas haitianas não consegue. [...] Não existe racismo, o que existe são pessoas que não se esforça. Aqui em Paranavaí, posso ter a pele escura, mas meu coração é branco, minha alma é branca, porque eu não sou como os outros negros. Eu não acho que existe o racismo, nunca vi ninguém fazendo alguma coisa pra mim que parece racismo aqui, e se fizeram não vi, não quero ve, eu não ligo para isso (NEUZA).

Ao negar sua identidade negra, a Neuza demonstra estar alienada de si própria e das questões que envolvem a ideia de raça. Segundo Gonzalez (2020, p. 94), as pessoas não brancas que defendem ideais da branquitude se esforçam para não serem percebidas como negras, buscando sempre “provar que [...] é mais branco do que qualquer branco, [...] [estando] cada vez mais alienado de si e de sua raça, não se apercebe dos comentários, dos olhares, das formas invisíveis ou disfarçadas do “racismo à brasileira””, eu mesma já presenciei essas práticas contra a Neuza ao frequentar a organização que ela trabalha. Para essa autora, algumas pessoas negras negam a existência do racismo e da discriminação racial como forma de tentar não os perceber e senti-los.

Diante disso, perguntei a Neuza sobre o uso de produtos para a despigmentação da pele, que a priori permaneceu em silêncio e depois respondeu:

Não, eu nunca usei e não conheço ninguém que usa, mas sei que existem pessoas negras que usam. Acho que as pessoas que usam, usam para se sentirem mais bonitas, mais atraentes, mas elegante, para elevar a sua autoestima. Eu nunca usei, porque no Haiti eu me sentia branca, até na República Dominicana eu não usei, e agora, em Paranaíba que me sinto pessoa com alma branca não uso também. Sei que não é a cor de pele, cor de pele não influencia em nada, o que influencia é o comportamento da pessoa, se ela vai em busca do que quer, se ela se esforça ou se ela fica esperando tudo cair do céu pra ela. Cor de pele não tem nada a ver, por isso, eu não uso, nunca usei e não conheço ninguém que usa esses tipos de produtos para ficar com a pele branca (NEUZA).

A Neuza emite sua opinião em defesa do uso de produtos despigmentantes para elevar a autoestima e nega sua aplicação por parte dela e de pessoas próximas. Contudo, anteriormente, quando eu adentrava na residência e passava pela porta da sala avistei um frasco de *Caro White*⁵⁰ sobre a estante - é possível que ela desconheça esse produto como despigmentador ou ainda, simplesmente, não se sinta à vontade para falar sobre o assunto. Segundo Déus (2021, p. 92), é um desafio abordar esse tema, pois “mesmo que as sequelas sejam perceptíveis [...] em [...] partes [...] do corpo [...], elas não assumem que fazem uso” (DÉUS, 2021, p. 92).

Sobre sua identidade e autoestima no município de Paranaíba e perspectivas futuras, a Neuza faz a seguinte declaração:

Aqui, em Paranaíba, quando pergunta pra mim de onde sou e eu falo que não sou brasileira, sou haitiana, as pessoas pensam nossa vive como se fosse da África, não é ser humano, não eu sou ser humano igual você, igual todo mundo, acho que as pessoas aqui tem muito de pensar que não é ser humano. Mas sou feliz aqui, não posso dizer que eu tenho uma autoestima tão elevada como eu tinha quando criança no Haiti, como eu falei pra você eu era melhor em tudo o que eu fazia, minha família tinha coisas que no Haiti é bom. Mas também não posso dizer que tenho uma autoestima baixa, como quando eu mudei para a República Dominicana. Também não é estável como quando eu voltei para o Haiti. Aumento sim, porque aqui, em Paranaíba, sei que posso ser o que eu quise, só eu me esforça que eu consigo, mas não é como antes. Quero ser médica, cursa medicina e sei que isso depende só de mim (NEUZA).

Portanto, no relato da história de vida da Neuza é possível observar que sempre houve uma negação e inferiorização dos marcadores identitários da população haitiana. Mesmo sofrendo as consequências do racismo como a invisibilidade da pessoa negra em sua primeira experiência imigratória, único momento que em sua autoestima diminuiu, ela nega a

⁵⁰ Déus (2021, p. 100) ao falar sobre o *Caro White* e outros produtos, explica que ele é comercializado no Haiti, produzido em outros países e que explicitamente não se apresenta como agressivo, já que em sua embalagem contém a seguinte descrição: “o creme de beleza *Caro White* é uma fórmula rica em B-caroteno e vitaminas A e E para deixar sua pele mais clara, macia e acetinada. Seus componentes e ingredientes ativos especialmente projetados para nutrir profundamente a sua pele, protege-la e dar-lhe uma sensação de *bien-être* (bem-estar)”, porém, trata-se de um produto agressivo, sendo ele “um dos produtos que mais clareiam a pele mais rapidamente” (DÉUS, 2021, p. 100).

existência desse sistema opressor, o que pode ser uma maneira de tentar não o enxergar para não sofrer ainda mais. Essa rejeição e subalternização se fez presente também ao imigrar para Paranaíba associados a ideia de meritocracia e esforço individual, influenciando a maneira de se identificar e sentir sua autoestima.

4.4 HISTÓRIA DE VIDA DA CONCEIÇÃO: “NÃO TEM LUGAR PRA HAITIANA”

Conheci a Conceição por intermédio de uma instituição que desenvolve ações aos imigrantes em Paranaíba. No total, realizei três visitas a essa organização visando, sobretudo, obter indicações de mulheres que pudessem participar dessa pesquisa. Contactei diretamente a assistente social que eu já conhecia, sendo agendado um horário para me atender.

Essa assistente social decidiu me auxiliar ponderando as dificuldades da vida acadêmica. Sendo assim, para indicar as mulheres haitianas ela utilizou como critério aquela que compreende e fala bem a língua portuguesa, bem como, apresenta ser receptiva, com isso indicou a Djamilá, mas ela já tinha participado dessa pesquisa, assim me indicou a Conceição que cumpre esses critérios. Mas, recomendou que os meus contatos fossem efetuados via aplicativo WhatsApp, pois seu cônjuge poderia não se agradar da aproximação de terceiros.

Foi assim que procedi ao obter as informações de contato da Conceição, no mesmo dia enviei uma mensagem por WhatsApp conforme sugerido pela assistente social. Em cinco minutos ela respondeu aceitando participar dessa pesquisa e preferiu marcar em minha casa o nosso primeiro encontro já que viria escondida do seu cônjuge, como sempre faz para frequentar os espaços públicos, inclusive para aprender a língua portuguesa na Caritas. Por causa da sua expressão amedrontada, a priori senti que ela poderia estar em situação de violência e considerei que seria possível compreender melhor no nosso encontro.

Fiquei preocupada em como recebê-la, estava há poucos dias casada, morando em minha própria casa, ainda não tinha recebido visita e não sabia dizer se sou receptiva. Apesar de reconhecer que existem maneiras diferentes de observar e atuar no mundo, considerei que elas poderiam ser acometidas pela timidez, assim como eu quando estava na casa das participantes, o que dificultaria o relato da sua história de vida e a abordagem de assuntos complexos. Como estratégia, pensei em elaborar um café, tentar ganhar a confiança dela e deixá-la à vontade para falar ou permanecer em silêncio se optar por ele.

No dia posterior, conforme combinamos, a Conceição foi até a minha residência fazendo uso do transporte coletivo, chegando doze minutos adiantada. Ansiosa, eu já a esperava no portão, ela estava acompanhada por seus dois filhos infantes de sexo masculino e vestia calça jeans de cor preta, camiseta rosa, sapatilha caramelo, seus cabelos eram curtos e

estavam trançados, não utilizando adereços do tipo joias, bolsas, esmaltes e maquiagem. Quando ela e as crianças chegaram, os convidei para entrar e tomar o café, deixando o diálogo livre e aberto.

Aos poucos a timidez desaparecia, as crianças foram brincar no quintal com a supervisão do meu cônjuge e o clima de confiança que se estabelecia entre nós possibilitou substituir seu silêncio pela voz dela, que iniciou o seu relato de vida pela infância:

Eu tive uma infância muito difícil, passei necessidade e fome. Eu não estudei também, pais não tinha dinheiro pra pagar a escola, não estudei. Só pai trabalhava, eu morava no rural. Eu não tinha uma autoestima elevada não, estava insatisfeita comigo mesmo, queria ajuda minha família, queria ajuda a mim mesma. Meus pais cobrava muito de mim, que eu ajudasse família, que eu cuidasse deles, que eu fosse mais responsável pela casa, por irmãos também. Eu era criança, mas esse sentimento doía. Eu não podia fazer nada por mim e pelos meus pais, eu era criança. Cuidadora de tudo era isso que eu era, era isso que eu tinha que ser, era isso que meus pais queria, eu sentia isso (CONCEIÇÃO).

O contexto de vulnerabilidade e a incapacidade de cumprir as expectativas familiares diminuíram a autoestima da Conceição e marcaram a sua identidade como cuidadora. Segundo Gonzalez (2020), as famílias pobres, sem condições de pagar uma empregada, se organizam de maneira que, desde criança, “as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos” para facilitar o trabalho assalariado dos adultos, propriamente dos homens, pois existe um ideal que defende a eles esse tipo de atividade, e para mulheres aquelas não remuneradas como uma vocação natural (GONZALEZ, 2020, p. 50). As crianças estão em fase de desenvolvimento e por isso não conseguem cumprir determinadas incumbências, o que pode provocar-lhes, ainda na primeira infância, uma baixa autoestima.

Esse marcador identitário continuou presente na adolescência afetando os níveis de autoestima e motivaram a primeira experiência imigratória da Conceição:

Eu não queria cuida da casa, queria trabalho! Queria trabalho pra sustentar pais, dar vida boa pra pais. Nós era muito pobre e se eu continuasse morando em Haiti, sabia que meu destino não é trabalho, não é ganha dinheiro, é ser cuidadora da casa e de irmãos. Eu tenho uma tia que tinha ido pra França, ela tava la em França. Mas eu fica em Haiti não tinha como mais, então, vi que em França era melhor pra mim, pra que eu queria. Ai, quando eu tive quatorze anos, eu falei com pai, falei tudo que falei aqui pra você, do que eu queria. Falei com tia, que não queria muito, pai falou com ela, aceitou, ai ela mandou um pouco de dinheiro pra ajuda na passagem. Ai eu fui pra França, fui pra França de avião. [...] Ir pra lá, ir pra França, me deu esperança, esperança de da boa vida pra pais, porque eu me sentia capaz de ter emprego, capaz de dar boa vida pra pais, eu tava sendo cuidadora também e também imigrante, esperança melhorou a minha autoestima (CONCEIÇÃO).

A primeira imigração realizada pela Conceição foi motivada pela situação de vulnerabilidade social, ausência de oportunidades e a necessidade de subsistência própria e de sua família. De fato, de acordo com Hall (2005), o contexto de pobreza e a fome são fatores que impulsionam, e continuam impulsionando, a mobilidade das pessoas pelo mundo em busca de melhores condições de vida para si mesma e integrantes familiares. É importante perceber que as possibilidades criadas por essa mobilidade elevaram a autoestima da Conceição, reforçou sua identidade como cuidadora e agregou a ela a definição de imigrante.

Na narrativa da Conceição os cuidados e a manutenção de vínculos familiares estão sempre presentes mesmo após imigramem, marcando suas identidades e autoestima:

Minha tia arrumou trabalho em França, que não é um trabalho que dá dinheiro, mas é trabalho, dá pra viver. Ela manda dinheiro pra ajudar família em Haiti. Ela deixou filho com minha avó, ela manda dinheiro pra ajudar a criar filho dela e guarda dinheiro pra buscar filho dela. Ela não tem muito dinheiro, mas fez sacrifício pra ajudar eu ir, eu ligava pra ela, fala que precisava ir, mas é difícil ligação também, mas não é isso, ela não tinha muito dinheiro, fazia muito sacrifício, meu pai ligo, que é difícil ligação, só daí ela falou que ia fazer empréstimo, essas coisas, mas não ia mecher em dinheiro que é pra filho ir pra lá com ela (CONCEIÇÃO).

Na história de vida da Conceição, inclusive nas narrativas que obtive de haitianas durante a minha trajetória profissional, existe um vínculo de apoio e solidariedade entre elas. Observo que as mulheres, normalmente, quando imigram partem em busca de melhores condições de vida para a família, às vezes deixando seus filhos sob a responsabilidade de algum familiar, como avô, avó, tias, sogras, cunhadas e raramente o cônjuge, enviando-lhe dinheiro para o sustento das crianças e guardando-o em busca de trazer a família para morar consigo no país de destino, mesmo recebendo um valor baixo de salário. Enquanto isso, as imigrantes tentam se comunicar com quem está distante por meios tecnológicos, mas encontram dificuldades, já que o acesso à internet no Haiti é precário, sendo o mecanismo mais utilizado o telefone móvel.

A Conceição recebeu apoio e solidariedade de uma integrante da família para transporte e estadia no primeiro mês que chegou no país de acolhimento:

Minha tia deu dinheiro pra me ajudar a pagar passagem, eu devia devolver esse dinheiro pra ela, agradeço ela porque fez sacrifício. A casa que ela mora é muito pequena e tem muita gente morando, haitianas que trabalham lá. Porque a casa é pequena e morava muita gente lá, não tinha como eu ficar morando lá. Ela já tinha falado pra pai que eu não podia ficar lá por muito tempo, que eu teria que arranjar trabalho logo e sair de lá, que deixaria eu ficar lá até arranjar trabalho, e que eu tinha que arranjar trabalho logo. Eu queria ter ficado lá, porque lá parecia família, me ajudava a não sentir muito a falta da minha família, do meu Haiti, mas eu entendo que não dava pra ficar lá, porque a casa era muito pequena e tinha, muita, muita gente

dormindo nessa casa muito pequena. E mesmo sabendo que eu tinha que ir embora eu tava muito feliz porque eu achava que era capaz, eu tava sentindo orgulho de mim, de ter essa corage que tive (CONCEIÇÃO).

A ausência dos vínculos consanguíneos e afetivos dos pais biológicos da Conceição eram compensados pelos vínculos não consanguíneos e de afetividade que ela estabelecia com outras pessoas de nacionalidade haitiana que dividia consigo o mesmo local de moradia. É comum as pessoas haitianas imigrantes se unirem para compartilhar o espaço residencial, haja vista a necessidade que possuem de poupar dinheiro para enviá-lo às suas famílias no Haiti ou trazê-los para morar consigo, formando assim, uma rede de apoio e solidariedade mútua. Dessa forma, essas pessoas criam vínculos familiares não consanguíneos, possibilitando trocas importantes que podem manter o nível de autoestima diante das dificuldades que encontram no país de acolhimento.

A autoestima da Conceição continuou elevada, principalmente após se inserir no mercado de trabalho:

Comecei a trabalhar de limpa casa, uma mulher que mora lá, já trabalhava pra essa mulher. A mulher que morava com eu e tia disse que a dona tava precisando de mais alguém pra limpa a casa, ai eu fui, fui com ela limpa, a dona disse que eu podia ir mais vezes, eu fui, e comecei a trabalha lá, e já arrumei um outro lugar que tinha bastante haitiano também pra mora. Não era o trabalho que sonhei, não era o que eu e meus pais sonharam para mim, com o tempo me fez muito mal, mas quando eu consegui esse trabalho fiquei feliz, parecia que tinha ganhado prêmio, o maior prêmio, porque eu queria trabalha, queria ajuda pais, queria arruma outro lugar pra fica e ir pagando minha tia, eu senti orgulho de mim, de ter conseguido um trabalho (CONCEIÇÃO).

A Conceição declara que a conquista por um emprego elevou a sua autoestima, mas o trabalho doméstico não atendia as expectativas dela e de sua família. Em relação a falta de oportunidades para as mulheres negras, de acordo com (2020, p. 35) isso “faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca” (GONZALEZ, 2020, p. 35). Existe uma crença de que as pessoas pobres, para sobreviver, devem aceitar qualquer tipo de trabalho, mesmo que ele não atenda suas perspectivas e lhes traga consequências diversas.

Diante dessa fala, solicitei a Conceição que me contasse mais sobre como esse trabalho lhe fazia mal, na qual respondeu:

Quando comecei a trabalha, nos primeiros dias que comecei a trabalha, ela me tratava bem, depois ela falava coisas que me deixava triste, ela falava que eu era negrinha, que eu vim de um lugar podre e ruim por isso eu não fazia nada certo, nada ficava limpo, limpava com toda força que tinha com toda inteligência que

tinha. Eu tinha que trabalha mesmo doente, a mulher fazia festas pra muitas pessoas quase todo dia, ai eu tinha que ir, não dava pra falta, pra deixa tudo sujo. A dona colocava um monte de coisa na mesa, um monte de prato, um monte de copo pra uma pessoa só usa, ela devia colocar só pra eu lava, mas não era isso não que me dexava triste, me dexava triste as coisas que ela falava do meu país, que tinha orgulho, e isso não me dexava feliz, dexava insatisfeita comigo por eu não ter foça pra defende meu país, meu país não fez nada pra ela, acho que ela que era ruim (CONCEIÇÃO).

Essas situações relatadas pela Conceição é algo que muitas mulheres negras sofrem na execução da atividade doméstica. Para Gonzalez (2020, p. 35), no local de trabalho, a empregada doméstica é alvo de “um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada” (GONZALEZ, 2020, p. 35). No caso da Conceição, a inferiorização da identidade nacional haitiana⁵¹ provocava-lhe uma diminuição de sua autoestima.

As consequências à saúde da Conceição e o contexto de vulnerabilidade social motiva a sua segunda experiência imigratória:

Tive ansiedade, pânico, mais um monte de coisa, chorava bastante, dai ela me mandou embora, ai eu fiquei sem dinheiro pra pagar comida, pra manda pra pais e pagar tia. A mulher que trabalhava comigo e via tudo que sofri lá, falo pra mim de Brasil, que Brasil é um país feliz, que o povo que fica no Brasil recebe bem a gente, que ela teve uma amiga que mora em São Paulo, que talvez podia me ajuda aqui. Sair de um lugar triste e um pra lugar feliz parecia que ia ser bom pra mim, pra fica alta minha autoestima, pra fica satisfeita comigo e consegui fazer o que eu queria, dar boa vida pra pais, então eu vim, vim sem medo (CONCEIÇÃO).

Identifico, nesse depoimento, um padrão incomum presente nos estudos que abordam as mulheres imigrantes de nacionalidade haitiana sobre sua motivação para imigrar. Essas mulheres, normalmente, imigravam para atender os interesses e por decisões dos cônjuges, não apresentando autonomia e decisão própria, mas identifico que, atualmente, elas se tornaram protagonistas das suas ações imigratórias, em busca de melhores condições de vida, inserção no mercado de trabalho, ou ainda para melhorias em relação à saúde. No caso da Conceição, sua segunda imigração foi motivada por necessidades de subsistência, cuidado com a sua saúde mental e elevação da autoestima.

⁵¹ Nesse depoimento podemos perceber o contraste entre duas identidades: a francesa e a haitiana. Com base nele, é possível considerar que a população francesa tem uma visão negativa da colônia que venceu o exército de Napoleão e expulsou/matou a população francesa quando houve a Revolução Haitiana - o que é motivo de orgulho para a entrevistada é razão de irritação para a francesa e, soma-se a isso, todo o componente racial e de classe presente nessa relação

Diante disso, solicitei que ela me explicasse sobre a ideia de receptividade dada as pessoas brasileiras, que respondeu:

Lá fora, lá fora, as pessoas acha que Brasil é país feliz, tem carnaval com muitas negro lá sambando, tem futebol e tem negro jogando, muito jogador jogando. Isso faz a gente acha lá fora acha que é um país alegre e que não tem racismo, entende? Mas quando a gente chega aqui, a gente vê que tem sim, que brasileiro não é alegre com o negro como a gente acha que é quando não vive aqui, que Brasil tem racismo (CONCEIÇÃO).

A Conceição enfatiza a alegria dos brasileiros representadas por meio do carnaval e do futebol aos estrangeiros, que a vincula a falsa ideia de inexistência do racismo. Contudo, precisamos considerar, de acordo com Gonzalez (2020), que o carnaval suspende as regras de forma temporária e, assim como o futebol, fortalece o mito da democracia racial, já que existe a protagonismo das mulheres negras nesse rito e a presença do Pelé, pessoa negra, que figura como o brasileiro que tem mais notoriedade e fama no mundo. Mas, para essa autora, na realidade isso não funciona, às vezes mesmo com qualificações, muitas pessoas negras continuam ocupando subempregos⁵² e outras situações que expressam a desigualdade racial.

Ao chegar no Brasil, propriamente, na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, a Conceição percebeu essa desigualdade racial em suas relações que impactou o nível de sua autoestima:

Cheguei em Brasil, era nova, fiquei na casa da amiga da minha amiga, que falei pra você, morei no Estado São Paulo. Essa amiga, falou pra mim fica lá, era bom mora com ela pra guarda dinheiro. Ai eu procurava trabalho, as pessoas não olhava pra mim certo, parecia desconfiadas. No primeiro lugar que fui, em uma loja, o dono fez um monte de pergunta pra mim, que não sei porque serve tanta pergunta, e no final ele falou que eu não tenho uma aparência bonita ia espanta os cliente de lá. Eu não me achava bonita mesmo e eu não ia consegui porque eu tinha a dificuldade com fala e de escreve. Mas eu tava com esperança, achei que Brasil por ser um país feliz, alegre, ia ter trabalho onde queria mesmo, vim pra Brasil achando que país é bonito alegre, eu fiquei sem esperança, eu não tava feliz comigo, não estava satisfeita comigo, era pra eu trabalha e não consegui trabalho por ser feia (CONCEIÇÃO).

Segundo Araújo (2004), as diferenças fenotípicas e culturais entre as pessoas promovem a discriminação racial. Para essa autora, constantemente as pessoas não brancas,

⁵² “Raramente se veem afro-brasileiros trabalhando em bancos, restaurantes, companhias aéreas, grandes lojas ou outras profissões que exijam contato direto com o público. A seleção racial já pode ser notada em anúncios de emprego que exigem “boa aparência”. Essa expressão, como sabemos muito bem, significa “Não aceitamos negros”. Não é por acaso que 83,1% das mulheres negras e 92,4% dos homens negros se concentram em ocupações ligadas ao trabalho manual não qualificado. Ou que quatro quintos da força de trabalho negra exerçam ocupações caracterizadas por baixa remuneração e por baixos índices de escolaridade” (GONZALES, 2020, p. 59)

inclusive aquelas que se ascendem socialmente, são submetidas a situações de discriminação em vários setores da vida humana, como no local de trabalho, no ambiente escolar, no atendimento em organizações públicas ou privadas e várias outras atividades da sua rotina. A própria autora, pessoa negra, contou situações em que sua cor foi determinante, entre elas destaco “disputas de vagas em algumas empresas, onde não fui admitida por não ter "boa aparência", e isso me foi dito sem maiores explicações” (ARAÚJO, 2004, p. 59).

Apesar de não ser o emprego que ela almejava, ela se inseriu no trabalho doméstico remunerado e precário dado a necessidade de manutenção econômica mantendo sua autoestima baixa:

Eu fiquei sete meses procurando trabalho onde eu queria trabalho, queria trabalho em loja, esses lugar. Não consegui. Depois, minha amiga falou que a dona que ela trabalhava tinha uma amiga que tava precisando de alguém pra limpa, pra lava, pra fazer de tudo, tudo que empregada faz. O salário era pouquinho, trabalhava muito tempo, começava e o sol não tinha saído e saía o sol já tinha ido embora. Eu não queria esse emprego, mas eu precisava de dinheiro, ai eu fui lá. Não era o que queria, mas precisava. Minha autestima só ficava mais baixa, porque eu não tava satisfeita comigo, sentia que não capacidade pra isso, dava muita tristeza e raiva também, raiva de mim. Eu nunca ia consegui trabalha em loja, parecia que meu destino era cuidar sempre, de tudo e todo mundo também (CONCEIÇÃO).

A Conceição denota a ausência de oportunidade, sendo essa uma realidade presente na trajetória de vida dela e de várias outras mulheres negras e imigrante no Brasil. De acordo com Gonzalez (2020), o futuro da população jovem negra, que consegue sobreviver aos vários tipos de violência que está submetida, se direciona para a revolta frente a ausência das “oportunidades que uma sociedade racista procura reforçar segundo os mais variados estereótipos [...]. Para as jovens negras, o trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia, ou então a prostituição aberta e a mais sofisticada dos dias atuais” (GONZALEZ, 2020, p. 41).

Em seguida, a Conceição relata sobre a demissão desse emprego, como conheceu seu conjugue, a chegada do filho e a imigração para Paranavaí:

Eu caía muito, machucava, e a mulher não gostava que eu aparecia roxa no serviço na frente de amigas dela. Por isso, ela mando embora. Ah, esqueci de fala, nesse tempo eu encontrei marido, casei, mudei de casa de amiga, tive filho. Marido não trabalhava, eu não estava satisfeita comigo, me sentia incapaz de continuar em um emprego. Ai ele falo de Graciosa que tem indústria, frigorífico, que tem um lugar que da bastante emprego de haitiano [...], vários amigo veio pra cá, eles trabalhava lá em Graciosa e morava em Paranavaí. A gente fez isso também, mudamos pra Paranavaí (CONCEIÇÃO).

As condições de trabalho e a busca pela substância, sempre impactaram a autoestima da Conceição, motivando sua mobilidade pelo território geográfico. De fato, em Graciosa, Distrito de Paranavaí, existem muitas organizações que contêm pessoas de nacionalidade haitiana em seu quadro de funcionários, mas pesquisas, como a de João Marcos Duarte Rodrigues (2018) que estudou a especificamente a agroindústria que ela cita, mostram a utilização desses trabalhadores como mão de obra barata, submetidos às condições insalubres e precários. Trata-se da superexploração, que diminui o dinheiro pago a força de trabalho humana para direcioná-lo aos rendimentos da burguesia.

Em Paranavaí, ela também se inseriu no mercado de trabalho no âmbito institucional e sentiu o racismo explícito na sua relação de emprego:

Em Paranavaí, eu me senti capaz, satisfeita e orgulho de mim, porque era a primeira vez que eu ia trabalhar em uma empresa e não na casa. Eu consegui emprego [nome da empresa que ela pediu para não ser divulgado] eu trabalhei em hospital, de limpeza hospital. Eu senti uma coisa diferente, não sei se é porque era em empresa, eu era a única haitiana de lá, parecia que eles me tratava diferente dos outros que trabalhava lá, me olhava diferente, eu tinha que entrar pela porta diferente, porta que os outros não entrava, parece que eles não queriam me entender, tem cultura diferente, tem racismo. Isso vez fica insatisfeita do serviço e de eu mesma (CONCEIÇÃO).

As expectativas quanto ao território desconhecido e emprego novo sempre geravam a elevação da autoestima da Conceição, mas com a inserção nesses espaços, em condições precárias e as práticas racistas que nele contêm, sempre a diminuíam. Conforme Almeida (2019), fazem parte das instituições os conflitos raciais que não advêm de ações individuais de grupos ou de pessoas racistas, mas das estratégias para os dominantes se manterem no poder, utilizando instrumentos institucionais para o atendimento de seus interesses, “impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio” (ALMEIDA, 2019, p. 27). Trata-se do racismo institucional⁵³, que como qualquer outro tipo de racismo, marca as identidades e a autoestima haitiana.

⁵³ De acordo com Almeida (2019, p. 27) o racismo institucional é mais sutil e quase imperceptível para quem o pratica. Mas, ao mesmo tempo, é destrutivo à vida das pessoas, ele ocorre por meio da imposição de normas que podem parecer normais, por isso recebe menos desaprovação da sociedade. “No racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos” (ALMEIDA, 2019, p. 27).

Nesse momento, a Conceição não está mais inserida no mercado de trabalho, desenvolvendo seu trabalho no âmbito doméstico:

Não faço nada não, só marido que trabalha de Servente de Pedreiro, eu cuido da casa e só, e dos filhos também, só isso (CONCEIÇÃO).

No imaginário social, reforçado pela indústria cultural, existe uma desimportância ao trabalho doméstico, normalmente realizado pelas mulheres negras. Essa atividade laborativa, que envolve por exemplo a preparação de alimentos e a higienização da moradia, é necessário à acumulação capitalista, pois para promover a superexploração é essencial a sobrevivência da força de trabalho masculina que depende dessas atividades desde criança até a fase adulta. Portanto, não podemos minimizar a complexidade do trabalho doméstico, elas já contribuem muito para o modo de produção capitalista.

A Conceição disse que precisava partir porque seu cônjuge estava para chegar do trabalho, então entreguei a ela e aos seus filhos um mimo como forma de agradecimento por participar dessa pesquisa, encerrando o encontro. Após cinco meses, quando estava terminando a análise de sua história de vida, reencontrei Conceição, ela estava com hematomas pelo corpo, sendo explicado por ela que eles surgiram em decorrência de quedas. Suspeitei de violência e por isso busquei confirmação, assim, ela mesma contou - em seu relato, as condições financeiras se apresentaram como impedimento para não finalizar sua relação conjugal.

Em um de nossos encontros ela solicitou para que eu escrevesse nessa pesquisa sobre o nosso reencontro e o relato a seguir:

Conheci ele, haitiano também, [...] em São Paulo, [...] eu era amiga que também é amiga dele. No começo que conheci ele foi bom porque parecia que ele podia me proteger, meus pais gostaram porque achou que ele ia me proteger, Brasil parece ser bom, mas Brasil não gosta de negro, não gosta de mulher e não gosta de haitiana. Casei pensando que ele ia ser bom pra mim, mas depois que filho nasceu, ele começou a me bater falando que não faço papel de mulher direito, que não cuidava de casa e de filho direito. Fui mandada embora de serviço [...] porque eu ficava roxa e os patrão não gosta que a gente aparece roxa [...]. Lá, [...] teve um dia que ele me bateu muito, vizinho chamo polícia [...]. Ele queria sair [...] com medo e vim para Paranavaí, tinha amigo aqui que tinha emprego. Tenho vergonha, sinto que eu não me respeito suficiente, minha família não sabe disso (CONCEIÇÃO).

A Conceição sofre agressão por parte de quem ela esperava proteção diante dos problemas que poderiam enfrentar em um território que rejeita suas identidades, diminuindo sua autoestima. Porém, essa mesma pessoa, é a suposta autora da violência sofrida por essa participante da pesquisa em razão de ser mulher, é preciso considerar que, segundo Almeida

(2019), na sociedade globalizada, os sistemas opressores como o racismo e o sexismo, tendem a não se disfarçarem, aniquilando culturas e corpos que com eles se identifiquem, esses sistemas gerem a violência explícita, diversas formas de tortura e extermínio das minorias sociais. O simples fato de existirem ou ainda não cumprirem o que é socialmente atribuído como responsabilidade de seus corpos, tais que limpar a casa e cuidar dos filhos no caso feminino, geram várias formas de violência.

Diante disso, busquei algum lugar seguro para ela e seus filhos, longe do autor da violência, com condições de trabalho e renda. Inicialmente, ela refutou, mas após uma longa conversa, sentadas no chão, sobre os temas dessa pesquisa (o respeito a sua identidade e a importância de manter a autoestima elevada, sendo necessário, para isso, viver sem violência), aceitou. Posteriormente, entrei em contato, ela disse que está se posicionando em relação ao respeito de suas identidades, o que está melhorando sua autoestima.

Portanto, o contexto de vulnerabilidade social, violência, racismo e desigualdade de gênero, impacta a diminuição dos níveis de autoestima e a construção das identidades. Conforme Almeida (2019, s/p), “o que a teoria da discriminação estatística também aponta é que a maneira como as decisões são tomadas, com base nos parâmetros médios – e racistas – [...], acaba por afetar negativamente os comportamentos, a autoestima e as expectativas” das minorias sociais. No caso da Conceição, ela está buscando, até o momento, sair desse contexto.

4.5 HISTÓRIA DE VIDA DA LÉLIA: “MOSTRANDO QUE A GENTE SE AMA E MERECE O RESPEITO”

Durante a realização dessa pesquisa, frequentei diferentes salões de beleza, sendo Lélia proprietária desse tipo de organização. É preciso considerar que eles são amplamente divulgados como lugares que proporcionam a elevação da autoestima, mas, precisamos refletir se os serviços desenvolvidos também surte esse efeito nas pessoas negras, já que alguns rejeitam os símbolos de suas identidades, como o cabelo crespo, e tentam provocar nelas o desejo de aderir as características das pessoas brancas, tal que alisar o cabelo, sobre o risco de serem consideradas ultrapassadas, ou seja, que não seguem a tendência atual da moda, por isso, elas podem ter o nível de sua autoestima diminuído. Ao contrário das organizações que valorizam e ressaltam esses símbolos, como é o foco da Lélia, onde as pessoas negras podem ter esse sentimento elevado.

Os espaços que tem o cabelo crespo como desagradável disseminam o racismo, o que provoca nas pessoas negras uma autodesvalorização, ou seja, a diminuição da autoestima:

O corpo e o cabelo são símbolos da identidade negra [...]. O cabelo do negro, visto como algo “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar de inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia expressos nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo. [...] Esse mesmo racismo afeta de forma contundente e perversa suas vítimas e exala os que o praticam, colocando-os dentro da redoma de vidro da branquitude. Ao proteger as pessoas brancas e eleger-las como um padrão universal de beleza, inteligência, competência e civilidade, o racismo inculca e gera, em suas vítimas um sentimento antagônico a todos esses atributos. Essa negatividade é expressada principalmente em seus corpos, na superfície de sua pele e no tipo de cabelo. Quanto mais preta é a cor de sua pele e mais crespo é o cabelo, mais as pessoas que possuem tais características são desvalorizadas e ensinadas a se desvalorizar, não só esteticamente, mas também enquanto seres humanos. O racismo e a branquitude, ao operarem em conjunto lançam dardos venenosos sobre a construção da identidade negra e tentam limitar os indivíduos negros, sobretudo, as crianças, as mulheres, que, ao se mirarem no espelho, vem aquilo que ele – o racismo – coloca à sua frente (GOMES, 2019, s/p).

De acordo com Gomes (2019, s/p), existem instituições que disseminam discursos e práticas racistas e outras que, de fato, se preocupam com a questão racial. Deixei de frequentar salões em que eu presenciava atos racistas e comecei a procurar por espaços que buscava valorizar a beleza negra, onde encontrei Lélia. Ela prontamente, aceitou participar dessa pesquisa.

Lélia compareceu no local que combinamos para realizar as abordagens da pesquisa de campo. Ela usava os cabelos longos soltos trançados com algumas mechas em cor vermelho; trajava um vestido comprido estampado de cor preta com algumas estampas finas amarela, vermelha, branca, rosa e azul; calçava uma sandália baixa cor amarela; carregava uma bolsa de couro pequena caramelo; estava com suas unhas tamanho longo de cor rosa e levemente maquiada. Apesar da pesquisa ser em um salão de beleza, procuramos conversar em uma ambiente privado, que permitia o sigilo.

Ao encontrá-la expliquei sobre a pesquisa e a participação dela, em seguida ela iniciou relatando sua história de vida fazendo uma relação entre identidade e autoestima na infância:

Quando eu vivia em Haiti, quando era pequenininha assim, quando eu era criança, acho que minha família e eu também tinha uma identidade de classe média, você entende o que eu falo? Eu não passei necessidade, não faltava nada pra mim e pra minha família, pra irmãos, pra pais. Meus pais pagou escola pra todos os filhos deles, escola pra irmãos e pagou escola pra mim também porque eles podia paga a escola, dava pra paga a escola, então, eu não posso reclama de nada de infância, tinha dinheiro, tinha escola, tinha comida, tinha de tudo que a gente precisava pra vive. Não é que a gente tinha muito dinheiro, a gente não era rico, mas não faltava nada de dinheiro, que é o que muitos haitiano sofre. Por causa disso, por estar bem, poder estudar, viver, essas coisas, eu me sentia bem comigo, você entende o que eu to falando, entende? (LÉLIA).

O contexto socioeconômico influencia na construção da identidade e oscilação dos níveis de autoestima. Sobre isso, é possível fazer uma comparação, no caso da Lélia sua boa condição de vida fez com que ela se identificasse com a classe média durante sua infância, provocando-lhe um sentimento de bem-estar consigo mesma (o que representa um elemento da elevada autoestima), já a Conceição, que estava em situação de vulnerabilidade social no mesmo período de vida, tem sua identidade marcada pelos cuidados familiares e seu nível de autoestima diminuído. Considerando esse contexto, é possível que no Haiti as pessoas tenham uma realidade parecida com a Conceição, já que segundo Silva e Perotto (2018) elas pertencem a um dos países mais pobres do mundo.

O contexto socioeconômico da Lélia, que continuou marcando suas identidades e autoestima durante a fase juvenil e adulta, não é uma regra, mas uma exceção:

Eu vivi no Haiti desde quando eu era criança, fiquei jovem e depois fiquei adulta, vivi no Haiti a grande parte de vida. Eu amo Haiti, mas Haiti as pessoas, assim, é [...] a maioria das pessoas de Haiti não tem dinheiro, não tem dinheiro, não consegue nem compra comida, não consegue paga a escola, não consegue sair de Haiti e sair de lá e vim pra outro país e vim viver em outro país porque não tem dinheiro. Quando eu vivi em Haiti quando eu era criança e jovem também eu tive isso, de poder compra coisas, compra comida, paga escola também, então, eu entendo que não é algo que é normal lá em Haiti as pessoas fazer isso, eu podia compra coisas e por que eu falo que eu era feliz e eu era satisfeita com a vida que eu tinha e era satisfeita comigo, é pra poucos compra coisas no Haiti, entende? Eu fiz faculdade, eu fiz a faculdade pra ser professora. Eu fui diretora de escola de infância, pagava duas empregadas, pagava escola pra filhos, pagava motorista pra leva eles e busca eles de escola, eu queria compra terreno pra filhos. Por causa dessa minha história, eu posso dizer pra você que eu fui muito feliz lá em Haiti, fui feliz em infância, em adolescência, em adulto também, eu fui feliz, tive uma autoestima elevada porque meus pai deu tudo pra mim, não deixou faltar nada, eu podia compra coisas e dar coisas pra filhos também, eu identifico com classe média, eu era satisfeita comigo, com meu trabalho, com vida que eu tive lá em Haiti, você entende? (LÉLIA).

Durante a juventude e a fase adulta, a Lélia evidencia possuir um elevado poder aquisitivo, sendo suas identidades e autoestima marcadas pelo consumo e satisfação das necessidades básicas. De fato, de acordo com Livia Barbosa e Colin Campbell (2016), o consumo se intensifica com a globalização e mobilização das pessoas pelo território geográfico, ele é uma questão sociocultural e determina quem são as pessoas e o que elas sentem, ou seja, ele gera identidades, representação, hierarquização, sociabilidade e sensações. Entre os sentimentos provocados pelo consumo, a Lélia destaca a satisfação consigo mesma (o que representa uma elevada autoestima).

A busca pelo crescimento pessoal motivou a primeira imigração realizada pela Lélia:

Hoje eu, eu fico perguntando porque que eu fui fazer isso? Porque [nome dela] você foi sai de Haiti? Eu era feliz lá em Haiti, eu era satisfeita com vida que eu tinha que eu consegui da pra família com que eu era, é difícil pensar nisso, deve se difícil mais pra pessoa que não vivi em Haiti entende porque que eu com vida boa, diferente de maioria de outras pessoas, sai de Haiti e vim pra cá, é difícil pra mim também, não pode arrepende. Eu tava muito feliz, porque sair de lá e ir pra outro país, é como se eu fosse crescer, entende? Por isso que ser imigrante cresceu minha autoestima porque eu esperava crescer aqui, crescer mais, é isso que as pessoas que tem dinheiro faz em Haiti. Entende? [risos] (LÉLIA).

As possibilidades de crescimento pessoal, por meio da imigração, marcaram as identidades e elevaram a autoestima da Lélia. Segundo Handerson e Rose-Myrliè Joseph (2015), no território haitiano o ato migratório é percebido como progresso social, dado as possibilidades de encontrarem melhores oportunidades em um novo lugar, por isso essa ação se constitui em um elemento de *status* das pessoas mais favorecidas no Haiti. Essas expectativas que marcam as identidades dos imigrantes, conforme Fernandes (1984), proporcionam a elevação da autoestima.

Na sequência de seu depoimento, a Lélia continua explicando a motivação para sua primeira imigração:

como eu falei pra você, eu e família não passava necessidade, a gente podia comprar coisas, nós tinha dinheiro pra compra coisa, nós se sentia bem com a gente, satisfeito com a gente, e isso muitas pessoa que mora em Haiti não tem como eu falei, é difícil essas pessoas consegui sai de país, não tem dinheiro pra isso, pra sair de país, sai de país de Haiti é coisa de pessoa que acha que é de classe média, é como se fosse coisa de quem tem dinheiro no Haiti, sai, sai de lá, sai de Haiti, ir pra outro lugar, pra outro país, ir tentar melhor ainda mais de vida, consegui ainda mais crescer, subi no trabalho, na vida de nós mesmo. Não era dinheiro, era porque eu sentia, e família sentia uma necessidade de crescer mais, entende? (LÉLIA).

O ato de imigrar pressupõe alguns critérios, normalmente possíveis para aqueles que de fato possuem um alto ou médio poder aquisitivo. Sobre isso, Handerson e Joseph (2015, p. 7) ao analisarem a situação do território haitiano e os requisitos exigidos para ter um visto argumentam que “geralmente [...] não são as mais pobres que partem tampouco, são aquelas que fazem parte de uma categoria intermediária. Elas sentem falta de algumas condições necessárias para viver no Haiti, por isso desejam partir” (HANDERSON; JOSEPH, 2015, p. 15). No caso da Lélia, ela não sentia necessidade financeiras, mas de crescimento pessoal.

A decisão sobre para onde imigrar não considerou a vontade da Lélia, mas de seu companheiro:

Meu marido, que separei depois, tem um primo que tava ameaçado por guerrilha no Haiti e foi pra Equador refugia, por causa disso, porque tem primo lá, ele decidiu ir pra lá. Eu não queria ir pra Equador, eu queria ir pra França, um país mais melhor,

eu tinha uma amiga lá. Mas ele não quis, quis ir pra Equador por causa de primo que disse que ia da abrigo pra gente (LÉLIA).

Em relação às migrações, e qualquer outro assunto, constantemente as vontades e desejos dos homens prevalecem sobre das mulheres. De acordo com Almeida (2019) existe uma tecnologia de poder que estabelece hierarquias sociais de raça e gênero para a manutenção dos privilégios das pessoas considerados superiores, sendo a família um eixo fundamental para suas as operações tecnológicas, na qual se submete a isso para se manterem conectados com as demais pessoas da sociedade. Para esse autor, estabelecer e reproduzir hierarquias com base nas identidades é uma violência que se institui em busca da chamada coesão social.

A segunda migração da Lélia e da sua família foi, novamente, motivada pela busca ao crescimento no trabalho, mas, no país de acolhimento, ela encontrou oportunidade que não queria:

Minha família ficou seis meses em Equador, não consegui nada de empregos, eu fiz umas oito diária e só, marido também fez pouco serviço, diária, bem pouca também. O primo dele falou que tem bastante haitiano que depois que vai pra Equador, vai pra Brasil, e ele tem amigo que depois vai pra Brasil e encontra empregos, salário melhor. Por isso, nós foi pra Manaus, fiquei em uma casa lá que tinha bastante gente de outro país, fiquei pouco tempo lá, consegui serviço de doméstica e de pouco foi construindo a vida, aluga casa. Mas eu tava muito triste, não estava feliz comigo, satisfeita comigo porque eu era diretora, eu não escolhi esse trabalho, tinha empregada no Haiti e aqui eu sou a empregada, eu fazia o trabalho sujo, eu chorei muito quando filho perguntou: mãe, aqui é você que é a doméstica? eu vim aqui pra crescer e eu cai (LÉLIA).

De forma geral, o trabalho doméstico é desvalorizado e representa uma decadência social⁵⁴ para muitas mulheres. No contexto brasileiro, as atividades subalternizadas são desenvolvidas pelas mulheres, negras, pobres, e, cada vez mais, imigrantes, ou seja, pessoas que não encontram melhores oportunidades por terem suas identidades inferiorizadas. Essa desvalorização não ocorre apenas no Brasil, mas também, segundo Handerson e Joseph (2015), na sociedade haitiana.

A Lélia migrou para o sul do Brasil, propriamente para Paranavaí, em busca de melhores trabalhos, mas não encontrou:

⁵⁴ Essa decadência não pode ser compreendida apenas a partir de experiências imigratórias, mas também pelo passado no Haiti. De acordo com Handerson e Joseph (2015, p. 14) muitas mulheres de origem haitiana “trabalham para as patroas [...] [estrangeiras], elas mesmas eram patroas no Haiti, tinham ao seu dispor várias empregadas para fazer a faxina, cozinhar, lavar roupas, cuidar dos parentes e das crianças, dos doentes e dos deficientes, e por isso, elas nem faziam as atividades domésticas nas suas próprias casas” (HANDERSON; JOSEPH, 2015, p. 14).

Emprestei dinheiro com muita dificuldade pra sai de lá e vim pra Paranaíba, eu vim porque eu queria vim pra sul, lá as pessoas falavam que no sul tem mais emprego, emprego melhor. Cheguei aqui, fiquei em casa de um amigo, demorou quase um mês e encontrei o mesmo emprego, doméstica, e era o mesmo desprezo, eu mesma desprezava esse serviço em Haiti, agora eu era desprezada. Fazer o trabalho sujo diminuía minha autoestima, eu sentia que eu não me respeitava, não me valorizava, não tava satisfeita comigo, entende? (LÉLIA).

As pessoas que ocupam postos subalternizados são aquelas que possuem identidades inferiorizadas, o que afeta a sua autoestima. Segundo Handerson e Joseph (2015), é “um golpe para o ego” dessas mulheres o fato de terem melhores empregos no Haiti e são obrigadas a se inserir naqueles desvalorizados tanto na sociedade haitiana quanto na brasileira, elas se dedicam a “uma atividade que elas mesmas desprezavam; [...] elas têm a impressão de passar uma hora para outra de *status* de patroa ao de empregada doméstica. Algumas delas nunca conseguiram aceitar tal situação de decadência” (HANDERSON; JOSEPH, 2015, p. 18).

A Lélia relata as dificuldades encontradas no trabalho doméstico considerado decadente:

Chega em casa depois de trabalha muitas horas, fazer o serviço da casa é muito ruim, o trabalho de domestica já é ruim, ganha pouco também, e tem que enfrenta o assédio do filho da patroa, elas não faz nada, ninguém tira nem o prato da mesa, um lixo do banheiro, nada disso, tudo a doméstica que faz, isso me fez pensar que eu era inferior mesmo e que devia me contentar com isso, não me sentia capaz de ser feliz novamente (LÉLIA).

No contexto brasileiro, muitas mulheres haitianas, assim como outras não brancas de diferentes nacionalidades, enfrentam o problema da dupla jornada de trabalho. Elas intercalam diariamente as atividades não remuneradas e remuneradas, sendo elas pagas com salários baixos, não são valorizadas e enfrentam a superexploração econômico-sexual⁵⁵ ligadas ao trabalho doméstico. Na percepção de Gonzalez (2020, s/p) a “doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas”.

Além das condições do trabalho doméstico, outra situação que afetou a diminuição da autoestima da Lélia foi o abandono por parte de seu companheiro:

⁵⁵ Gonzalez (2020, s/p) cita como exemplo da superexploração econômico-sexual o fato de que “existem “senhoras” que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas como domésticas; mas o objetivo principal é que seus jovens filhos possam “se iniciar” sexualmente com elas”, fazendo com que elas sofram abusos sexuais no ambiente de trabalho (GONZALEZ, 2020, s/p)

Depois que eu arrumei trabalho, aluguei uma casa bem pequena, mais pequena que a que tinha em Haiti, mas eu ainda tinha esperança de cresce, de encontra serviço em escola. Meu marido, nunca trabalho depois que saiu de Haiti porque ele nunca encontro trabalho na formação dele, não encontrava emprego bom, do jeito que ele queria, ele não aceito ficar aqui fazendo serviço ruim que ele não fazia em Haiti. Ele não trabalhava e não fazia nada em casa, eu trabalhava de doméstica e chegava em casa e ainda ia faze o serviço da casa, faze comida pra ele e pra filho, limpa casa, lava roupa. Porque ele não queria fica fazendo serviço ruim, ele deixo eu e filho sozinha e volto pra Haiti, pego todo dinheiro que eu tinha e um pouco que nós junto do serviço do Haiti, e volto pra lá, tive que cria filhos sozinha aqui em Paranaíba, isso afeto minha autoestima (LÉLIA).

No Haiti, a Lélia e seu companheiro não se preocupavam com os cuidados da casa, pois eles tinham empregadas que faziam essas tarefas. De acordo com Handerson e Joseph (2015), os homens haitianos não desenvolvem nenhum tipo de serviço doméstico, eles possuem alguns privilégios sociais, o que torna, para eles, insuportável a decadência social, e quando isso acontece, normalmente, eles fazem investimento em áreas um pouco mais promissora ou imigram novamente em busca de crescimento pessoal ou social, como no caso da Lélia que seu companheiro fugiu por não encontrar emprego em sua área de formação. Dessa forma, a responsabilidade doméstica e familiar recaiu sobre a mulhere, que a sobrecarregou e teve seu nível de autoestima diminuído.

Por ter sido patroa no país de origem e posteriormente empregada no de acolhimento, a Lélia começa a criticar essas relações trabalhistas:

Eu era a patroa no Haiti e não sabia como era ruim ser doméstica. Eu acho que eu não tratava bem as domésticas que eu tinha, é um trabalho ruim, eu não sabia disso, e eu era ruim, elas devia ter baixa autoestima como eu tava tendo. Quando eu tava como doméstica eu pensava se eu crescesse de novo, tivesse doméstica, eu não seria igual eu era lá em Haiti, ia tenta trata bem elas todas. (LÉLIA).

A Lélia apresenta uma culpa pelo seu comportamento rude enquanto patroa que afetava a autoestima das suas empregadas doméstica e expressa o desejo de melhora. Conforme Handerson e Joseph (2015), a decadência nesse *status* de patroa para empregada ao imigrarem pode permitir diferentes reflexões sobre a humanidade, ponderando sobre o seu próprio ato de desprezar as pessoas consideradas inferiorizadas e os efeitos provocados nelas. No caso da Lélia, ela considera que uma das consequências do seu comportamento com as empregadas era a diminuição da autoestima delas.

Como uma forma de não desenvolver mais o trabalho considerado decadente, a Lélia realizou cursos e empreendeu:

Eu não queria ser doméstica, eu estava muito insatisfeita comigo, daí eu vi que tinha curso de graça aqui em Paranaíba. Eu fui, trabalhava o dia inteiro, depois ia fazer curso, depois ia fazer serviço de casa, mas vi uma oportunidade para crescer, primeiro fiz curso de manicure e pedicure e depois eu fiz curso de cabeleireiro, mas nos cursos que tem aqui não ensinam coisa pra cabelo crespo. Então, fui buscando aprender por fora, abri um salão, minha proposta era diferente, valorizar o cabelo crespo, pensando no dinheiro mas também, principalmente, fazer as mulheres negras gostarem de si. Faz pouco tempo que abri ele, ele não dá dinheiro, não tem muito cliente (LÉLIA).

Apesar de não se tratar do trabalho doméstico inferiorizado, a Lélia encontra oportunidade em um ramo de servir, que também é subalternizado. Para Gonzalez (2020, s/p), a mulher negra “quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração [...] sob a denominação genérica de “servente” (que se atente para as significações a que tal significante nos remete)”. Seu empreendimento tem como foco na valorização das identidades negras para que suas clientes gostem mais de si próprias, o que representa a elevação da autoestima.

Se afirmar como negra, valorizar seus aspectos identitários e promover serviços voltados para exaltar as identidades negras e elevar a autoestima desagrada muitas pessoas:

Tem pessoa, muita pessoa negra, que não gosta de ser chamado de negro, tem pessoa que acha que tá sendo ofendido quando é chamado de negro, que não tá tendo respeito. Tem muito haitiano que não gosta que outras pessoas chamem ele de africano, tem muito haitiano que não gosta que outras pessoas confundam ele como africano. Eu gosto muito de ser negra haitiana, nós que somos negro tem que gostar de nós, tem que gostar da nossa identidade, do nosso cabelo, da nossa cor de pele, do nosso corpo, de quem a gente tem origem, não pode ter vergonha dos africanos que fez nossa história bonita, nós tem que é fala disso, vive isso, gosta disso, porque eu acho que é assim que nós vai ganhar o respeito dos outros, mostrando que a gente se ama e merece o respeito, entende? Eu sei que não é fácil, incomoda os outros quando nós que é haitiano fala assim, fala que nós é negro, que nós tem origem de africano, que nós gosta de coisa de negro, de cabelo negro, de cor de negro, de cabelo de negro, que a nós gosta de nós, que nós tem autoestima, eu já sofri por isso, mais quando eu abri um salão pequeno que faz com que o negro se goste mais dele, incomoda tanto os outros (LÉLIA).

De acordo com Gomes (2019, s/p), não basta apenas se reafirmar como pessoa negra, é preciso sobretudo a aceitação e a admiração de suas identidades. Para essa autora, é preciso se “aceitar, gostar, e curtir o corpo, a cor da pele e o tipo de cabelo, [...] tudo isso é gostar de si mesmo, se aceitar antes de tudo como negra”, entendendo que ofensa não é ter o cabelo crespo, é quando fazem as pessoas não brancas desgostarem de si mesmas (GOMES, 2019, s/p). Gostar de si próprias, valorizar os marcadores identitários, representa a elevada autoestima, é o que afirma Fernandes (1984).

A Lélia relaciona o uso de produtos despigmentantes com a baixa autoestima:

Tem muita pessoa de Haiti, que não tem autoestima, e usa produto pra tirar a cor da pele, entende? Eu nunca usei, faz mal pra saúde, da câncer. No salão que é meu, muito haitiano, e também tem pessoa que é não haitiano que tirar cor de pele não é só de haitiano, pra ve se eu vendo produto que deixa a pele clara, sabia? Eles tem autoestima baixa, não deve gosta de si mesmo, de identidade deles, mas também você sabe que é a televisão, a internet essas coisas que faz a nós pensa que tem que mudar de cor pra crescer, sabia? Eu devia repudiar as identidades negras por me identificar com a classe média, porque é isso que faz, mas não repudio, acho que nós precisa se amar (LÉLIA).

Para Lélia, o uso de produtos despigmentadores está associado com a baixa autoestima, é influenciado pela mídia e traz consequências para a saúde. Essas considerações estão de acordo com o que Déus (2021) aborda em seu livro, “na sociedade haitiana, isso se manifesta por meio dos ditados populares, de comerciais de cosméticos que visam clarear a pele, vinculando a beleza com padrão apenas eurocêntrico”, mas podem acarretar em problemáticas associadas à saúde. Por fim, a Lélia, aponta que continua se identificando com a classe média e tendo uma elevada autoestima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo realizado foi possível compreender que as identidades se referem, basicamente, a concepção que temos sobre nós mesmos, construídas a partir das relações sociais. No caso das identidades haitianas, historicamente, elas sempre foram inferiorizadas e desqualificadas, sendo elas excluídas por serem negros e como forma de punirem àquelas que lutaram na Revolução Haitiana e influenciaram outras pessoas a lutarem contra o sistema escravista. Essa rejeição provocou inseguranças sociais, o que estimulou a elevada quantidade de emigrações como forma de sobrevivência.

A mobilidade das pessoas haitianas pelo território resulta no declínio das velhas identidades e formação de novas por permitir o estabelecimento de diferentes relações sociais. Com isso, as identidades vão se misturando e homogeneizando no espaço geográfico, o que assemelham as pessoas, mas, também, provocam-lhes conflitos identitários, sentimento de estranhamento, assim como, as várias formas de violência e opressão. Essas consequências, são resultado da ideia de raça e do racismo que marcam as identidades da população haitiana.

Por sua vez, a autoestima, uma dimensão psicológica da identidade formada por fatores internos e externos, também é afetada pela conjuntura racista, sexista e xenofóbicas. Esses sistemas opressores permeiam as opiniões alheias sobre a aparência física (um elemento identitário que determinam a diminuição do sentimento de autoestima), dificultando o sentimento de orgulho por parte de mulheres negras migrantes, fazendo-as buscar formas, inclusive violentas, de modificar sua aparência para clarear a sua pele e se aproximar da aparência branca caucasiana. Elas se submetem, muitas vezes, a esses tipos de práticas como forma de não sentir a desigualdade de cor, gênero e origem.

Por meio das abordagens da pesquisa de campo, sobre as migrações femininas haitianas, foi possível compreender suas particularidades. No Haiti, o ato de se mobilizar pelo território é percebido como uma forma de ascensão social e cada vez mais as mulheres estão migrando sozinha rompendo com a perspectiva que essa ação é realizada por elas apenas para acompanhar seu cônjuge, mas ainda, algumas participantes, ainda apresentaram que as decisões sobre isso ainda pertencem a eles. O contato com pessoas diferentes mistura suas identidades e as expectativas criadas a respeito do novo território elevam sua autoestima.

Normalmente, quando elas migram sozinhas, ou seja sem a companhia do cônjuge, encontram frágeis redes haitianas de apoio e solidariedade, ao contrário do homem. Mesmo assim, essas mulheres, ao se unirem, podem formar afetividade, o que é relevante para a manutenção da autoestima perante as problemáticas que esse novo território pode oferecer. A maioria, é sempre recebida por um amigo, amiga ou familiares.

Além disso, por meio da pesquisa de campo, foi possível identificar algumas das principais motivações que influenciaram as mulheres haitianas, que habitam em Paranavaí, a migrarem. Estimularam a mobilização delas pelo espaço geográfico a não aceitação de casamento arranjado, o rompimento de vínculos familiares, as inseguranças sociais, busca pela elevação da autoestima, a violência sofrida, tentativa de crescimento pessoal, possibilidade de reconstrução da vida, ausência de oportunidade, bem como, necessidade de subsistência própria e familiar. É preciso considerar que tudo isso reflete na forma que essas pessoas sentem e percebem a si própria.

A desigualdade de gênero, independente se estão no país de emigração ou de acolhimento, faz parte da trajetória de vida da maioria das haitianas que moram em Paranavaí. Apareceram em seus depoimentos situações como: proibição de estudar em razão de ser mulher, submissão ao trabalho doméstico e cuidado de crianças menores de idade diferentemente do homem, priorização deles na satisfação das necessidades e tomada de decisão, redes de apoio a migração masculina haitiana mais consolidada, desproteção da lei no caso de crimes contra a mulher. Por causa disso, algumas participantes relataram sofrer violência.

Além da desigualdade de gênero, é possível identificar a racial presente na vida das haitianas que atualmente moram em Paranavaí. Em seus relatos, ela está tanto no privilégio ofertado às pessoas que se consideram de uma raça superior no Haiti quanto no espaço de trabalho nos países de acolhimento ao serem inseridas em atividades precárias, insalubres, com baixa remuneração e sem a proteção de sindicatos fortes – o que acontece em menor frequência com migrantes brancos. É preciso considerar que essas foram poucos exemplos citados pelas participantes, mas a desigualdade racial faz parte de todos os setores da vida.

O racismo foi outra problemática enfrentada pelas participantes desse estudo. Seus marcadores identitários (como o formato do cabelo, cor da pele e religião) eram tidos como foco de xingamentos e piadas efetuados contra a maioria delas, sendo com mais frequência nas instituições que elas trabalhavam, que, às vezes, criavam regras absurdas que as invisibilizavam e disseminavam o racismo - o que diminuía sua autoestima e faziam delas vítimas de comportamentos e violentos. Apenas uma participante negava a existência desse sistema opressor e disseminava-o, mostrando estar alienada das questões de raça.

Todas as participantes desse estudo declaram que conhecem a prática de despigmentação voluntária, sendo uma estimulada por parentes a utiliza-la como forma de sedução aos homens. Elas acreditam que o uso de produtos e técnicas que prometem clarear a pele é motivado pela tentativa de elevar a autoestima, ou seja, busca-se minimizar um

marcador identitário importante na história da população haitiana, mas que sempre foi rejeitado, para obter boas percepções sobre si mesma. Algumas relatam que a mídia no Haiti, pondero que em muitos outros países, influenciam as pessoas a aderirem, mas acreditam que eles acarretam problemas à saúde, como o câncer.

O objetivo principal dessa pesquisa é compreender o que sentem as mulheres haitianas, que habitam no município de Paranavaí, por serem quem são. Com a pesquisa de campo, foi possível compreender que fez parte da trajetória de vida dessas mulheres os sentimentos por suas identidades de orgulho, mérito, aceitação, valorização, perfeição, bem-estar, esperança, desesperança, bem como, rejeição, invisibilidade e desestímulo na busca por melhores condições de vida. Atualmente, em Paranavaí, o sentimento de rejeição e subalternização continuaram presente em seu cotidiano.

É importante perceber como a associação de identidade e autoestima se apresentou no depoimento realizado pelas haitianas pesquisadas apresentados nesse estudo. Sentimentos bons, como orgulho de ser quem é, sempre está exibido com a percepção de elevada autoestima, bem como, aqueles que não são positivos, como sentir suas identidades invisibilizada, aparecem juntamente com a diminuição da autoestima. Portanto, a forma de se identificar e se sentir estão sempre vinculados, sendo impactados, negativamente, pelo racismo, sexismo e xenofobia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino. Limitações e Estratégias de ação Feminina na Sociedade Haitiana: categorias de articulação/ interseccionalidades. **Agenda Social**, v. 9, n. 2, 2015.
- ARAUJO, Marivânia Conceição. O conceito de identidade social: considerações sobre identidade étnica. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 10, 2004.
- BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de estudos de População**, v. 34, n. 1, 2017.
- BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura, consumo e identidade**. FGV Editora, 2006.
- BERGER, Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes. 1985.
- BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa-Primeira Parte, 2008. 2008.
- BRANDEN, Nathaniel. **Auto-estima: como aprender a gostar de si mesmo**. São Paulo: Saraiva, 1994.
- BRANDEN, Nathaniel. **Auto-estima e os seus sei pilares**. Editora Saraiva, 1997.
- CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; MACEDO, Marília., Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020
- DA REDAÇÃO. Para ONU, comentário de Trump sobre Haiti e África é racista. **Veja**. São Paulo, 12 de jan. de 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/onu-comentario-de-trump-sobre-haiti-e-paises-africanos-e-racista/>>. Acesso em: 20 de jul. 2021.
- DALBERTO, Germana. Para além da colonialidade: os desafios e as possibilidades da transição democrática no Haiti. **Porto Alegre: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais–CLACSO**, 2015.
- DE SOUZA SILVA, Karine; PEROTTOI, Luiza Lazzaron Noronha. A Zona do Não-Ser do Direito Internacional: Os Povos Negros e a Revolução Haitiana. **REVISTA DIREITO E JUSTIÇA**, p. 125, 2018.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Vol. 1: O legado da “raça branca”. São Paulo: Globo, [1965] 2008.

- FERNANDES, Gisele da Silva. **Mulher, identidade e auto-estima: elementos teóricos para uma reflexão crítica.** Mestrando em Psicologia (Dissertação de Mestrado), Centro de Pós-graduação em Psicologia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1984.
- GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Autêntica Editora, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Lamparina, 2005.
- HANDERSON, Joseph. Diaspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, n. 43, p. 51-78, 2015.
- HANDERSON, Joseph. A historicidade da (e) migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Periplos, GT Clacso–Migración Sur-Sur**, v. 1, n. 1, 2017.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A visão do paraíso.** São Paulo: Nacional/EDUSP, 1969.
- JAMES, Cyril Lionel Robert Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.
- JOSEPH HANDERSON ET ROSE-MYRLIE, JOSEPH. As relações de gênero, de classe e de raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas-Brasil**, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria e método. **Ciência, Técnica**, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: GOMES, R.; DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed., 2009.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de. **O Espírito das Leis.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MOYSÉS, Lucia. **A autoestima se constrói passo a passo.** Campinas: Papyrus Editora, 2014.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Metodologia das ciências humanas.** Unesp, 1998.
- RODRIGUES, João Marcos Duarte. Condições de trabalho, percepção e adaptação dos imigrantes haitianos inseridos em uma agroindústria no município de Paranavaí. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, v. 6, n. 1, 2018.
- ROSA, Renata de Melo. Xenofobização da mulher negra migrante no processo de construção do feminino em emigração: a migração feminina haitiana em Santo Domingo. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 15, n. 29, 2007.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, Dec, 2005.

QUIJANO. Aníbal “Raza”, “etnia” y “nación” en Mariátegui. En: Cuestiones y horizontes de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires. CLACSO, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** /Toma.Z Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SEGUY, Franck et al. **A catástrofe de janeiro de 2010, a " Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti**. 2014. Doutorado em Filosofia (Tese de Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciência Humana, Campinas, 2014.

VASCONCELOS, Alex Donizete. **Identidade haitiana na história, na literatura e em discursos midiáticos do Haiti, da República Dominicana e dos Estados Unidos (2004-2014)**. 2016. Doutorado em História (Tese de Doutorado), Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, 2016.

REFERÊNCIAS DE SITES

BEM antes de Trump, Bolsonaro chamou haitianos e outros imigrantes de “escória do mundo”. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 15 de jan. de 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/bem-antes-de-trump-bolsonaro-chamou-haitianos-e-outros-imigrantes-de-escoria-do-mundo-bvhv8jc0gsf15ueai7od4uy0l/>>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

DA REDAÇÃO. Para ONU, comentário de Trump sobre Haiti e África é racista. **Veja**. São Paulo, 12 de jan. de 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/onu-comentario-de-trump-sobre-haiti-e-paises-africanos-e-racista/>>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

G1 PIRACICABA E REGIÃO. 'Voltem ao Haiti', diz pichação sobre imigrantes em muro de Nova Odessa. **G1 Globo**. Piracicaba, 10 de ago. de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2015/08/voltem-ao-haiti-diz-pichacao-sobre-imigrantes-em-muro-de-nova-odessa.html>>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

RAMOS, Vanessa. “Fui asfixiado, não conseguia respirar”, denuncia haitiano agredido em fábrica da Brasil Foods. **Brasil de Fato**. São Paulo, 15 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/15/fui-asfixiado-nao-conseguia-respirar-denuncia-haitiano-agredido-em-fabrica-da-brasil-foods>>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Reports**. 2021. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

THE WORLD BANK. **The World Bank in Haiti**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/haiti>>. Acesso em: 23 jun. 2021.